

Revista do INSTITUTO HISTÓRICO e GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL

133

1998 – PORTO ALEGRE – RS - BRASIL

Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul/ Instituto Histórico e Geográfico RS. Vol 1, n. 1 (jan./mar. 1921) - Porto Alegre: IHGRGS, 1921 -

Periodicidade irregular

1. História do Rio Grande do Sul. 2. Geografia do Rio Grande do Sul. I Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul

CDU 981.65
918.65

Claudia Zanenga de Medeiros CRB10/306

Diagramação: Miguel Duarte

Selo
Stamp

Ao

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL
- IHGRGS –

Rua Riachuelo, 1317
90.10-271 Porto Alegre/RS
BRASIL

Remetente
Sender

Nome/*name:*_____

Endereço/*address:*_____

Cidade e Estado/*city and state:*_____

País/country:_____

Senhores:
Dear Sirs:

Queiram ter a gentileza de preencher o presente, devolvendo-o ao IHGRGS, a fim de que não haja interrupção na remessa do número seguinte da Revista do IHGRGS.

Please complete the requested below and return to us, so that we can send you the next number of Revista do IHGRGS

1. Recebemos e agradecemos: Revista do IHGRGS – nº **133** – 1998
We have received

2. Faltam-nos:
We are in want of

3. Enviamos em permuta:
We send you in exchange

Local e data:
City and date

Assinatura:
Signature

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL

Rua Riachuelo, 1317
90010-271 . Porto Alegre . Rio Grande do Sul . Brasil
Telefone/ Fax (051) 224 37 60

DIRETORIA DO IHGRGS

Presidente
Sérgio da Costa Franco

1º Vice-Presidente
Luís Alberto Cibils

2º Vice-Presidente
Earle Diniz Macarthy Moreira

Tesoureiro-Geral
Coralio Bragança Pardo Cabeda

Secretário-Geral
Raphael Copstein

Secretário
Paulo Jaurès Pedroso Xavier

Responsável pela Biblioteca
Ruy Ruben Ruschel

Orador
Carlos de Souza Moraes

Conselho Fiscal
Gervásio Rodrigo Neves
Laudelino Teixeira de Medeiros
Moacyr Flores

Comissão da Revista
Coralio Bragança Pardo Cabeda
Gervásio Rodrigo Neves
Raphael Copstein

Comissão de Admissão e Demissão
Laudelino Teixeira de Medeiros
Luís Alberto Cibils
Raphael Copstein

Comissão de História
Earle Diniz Macarthy Moreira
Laudelino Teixeira de Medeiros
Paulo J.P. Xavier

Secretário Executivo
Miguel Duarte

MEMBROS EFETIVOS DO IHGRGS

Arno Alvarez Kern - Arthur Rabuske - Braz Augusto Aquino Brancato - Carlos de Souza Moraes - Coralio Bragança Pardo Cabeda - Dante de Laytano - Earle Diniz Macarthy Moreira - Fernando O.M. O'Donnell - Francisco Riopardense de Macedo - Gervásio Rodrigo Neves – Heinrich Hasenack - Helio Moro Mariante - Laudelino Teixeira de Medeiros - Lothar Francisco Hessel - Luís Alberto Cibils – Margaret M. Bakos - Miguel Frederico do Espírito Santo - Moacyr Flores - Mozart Pereira Soares - Paulo J.P. Xavier - Raphael Copstein - Ruben Neis - Ruy Rubem Ruschel - Sérgio da Costa Franco - Telmo Lauro Müller - Véra Lúcia Maciel Barroso.

Fundado em 05.08.1920. Reconhecido de utilidade pública pelo Decreto Federal 4373 de 24/11/1921; Decreto Estadual 16 565 de 15/04/1964; Decreto Municipal de Porto Alegre nº 2464 de 10/12/1962



MEMBROS FUNDADORES DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL 5 DE AGOSTO DE 1920

ADROALDO MESQUITA DA COSTA
AFONSO AURELIO PORTO
AFONSO GUERREIRO LIMA
ALBERTO JUVENAL DO REGO LINS
ALCIDES DE MENDONCA LIMA
ALCIDES MAIA
ALFREDO ALVARO MACIEL MOREIRA
ALFREDO CLEMENTE PINTO
ALFREDO FERREIRA RODRIGUES
ALFREDO VARELLA
ALVARO BATISTA
AMARO BATISTA
ANTAO GONCALVES DE FARIA
ANTONIO AUGUSTO BORGES DE MEDEIROS
AQUILES PORTO ALEGRE
ARMANDO DIAS DE AZEVEDO
ARTHUR DE CARVALHO CANDAL
AUGUSTO DAISSON
AUGUSTO PORTO ALEGRE
BENJAMIN FLORES
CARLOS TESCHAUER
DELFINO MARQUES RIET
DEMETRIO NUNES RIBEIRO
EDUARDO DUARTE
EMILIO FERNANDES DE SOUZA DOCCA
FERNANDO LUIZ OSORIO FILHO
FLORENCIO CARLOS DE ABREU E SILVA
FRANCISCO ANTONINO XAVIER E OLIVEIRA
FRANCISCO DE LEONARDO TRUDA
FRANCISCO RODOLFO SIMCH
HOMERO BATISTA
JOAO BATISTA HAFKEMEYER
JOAO BITTENCOURT DE MENEZES
JOAO CANDIDO MAIA
JOAO DA SILVA BELEM
JOAO LUTGEN
JOAO PINTO DA SILVA
JOAQUIM FRANCISCO DE ASSIS BRASIL
JOAQUIM LUIZ OSORIO
JOSE PAULO RIBEIRO
JOSE VIEIRA REZENDE SILVA
JOSE ZEFERINO DA CUNHA
LEOPOLDO DA CRUZ DE FREITAS
LINDOLFO COLLOR
LUIZ MARIANO DA ROCHA
MANUEL JOAQUIM DE FARIA CORREA
MANUEL TEOFILO BARRETO VIANA
MIGUEL JOSE PEREIRA
OLAVO FRANCO DE GODOI
OSCAR MIRANDA
OTAVIO AUGUSTO DE FARIA CORREA
PROTASIO ANTONIO ALVES
ROBERTO LANDELL DE MOURA
ROQUE OLIVEIRA CALLAGE
TANCREDO FERNANDES DE MELO

MEMBROS CORRESPONDENTES DO
INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL
QUADRO GERAL – 1925/1998

ACHIM SCHRADER
ADILSON CEZAR
AFONSO CELSO (CONDE DE)
AFONSO DE ESCRAGNOLE TAUNAY
AGUSTIN VENTURINO
ALCINDO DE AZEVEDO SODRÉ
ALFONSO FERNANDEZ CABRELLI
ALFREDO ROMÁRIO MARTINS
ALFREDO MANUEL SÁNCHEZ MUÑOZ
ÁLVARO DE ALENCASTRE
AMÉRICO JACOBINA LACOMBE
ANGIONE COSTA
ANÍBAL MATOS
ANTÔNIO BATISTA PEREIRA
ANTÔNIO DE ARAÚJO DE A. BULCÃO SOBRINHO
ANTÔNIO TAVARES PINÃO
ARTUR CESAR FERREIRA REIS
AUGUSTO MEYER
AUGUSTO TASSO FRAGOSO
CARLOS GRANDMASSON RHEINGANTZ
CARLOS HUMBERTO PEDERNEIRAS CORREA
CARLOS TASSO DE SAXE C. E BRAGANÇA
CARLOS XAVIER PAES BARRETO
CLÁUDIO MOREIRA BENTO
DANIEL ORTEGA RICAURTE
DAVID ANTÔNIO DA SILVA CARNEIRO
DAVIS RIBEIRO DE SENA
DÍDIO IRATIM AFONSO DA COSTA
DINO WILLY COZZA
EDGAR FONTOURA
ELISEO POPOLIZIO
EMÍLIO A. CONY
EPIFÂNIO DA FONSECA DÓRIA
FERNANDO CALLAGE
FERNANDO O. ASSUNÇÃO
FRANCISCO DAS NEVES ALVES
FRANCISCO DE PAULA CIDADE
FREDERICO DE BARROS BROTÉRO
GASTÃO DE BITTENCOURT
GASTÃO PENALVA (COM. SEBASTIÃO DE SOUZA)
GERALDO JOSÉ PAUWELS
GUILHERME AULER
GUILHERME STUDART (BARÃO STUDART)
HÉLIO LEÔNCIO MARTINS
HELIO VIANA
HENRIQUE DA SILVA FONTES
HENRIQUE OSCAR WIEDERSPAHN
HERBERT CANABARRO REICHARDT
HILGARD O'REILLY STERNBERG
HORÁCIO ARREDONDO HIJO
IVAN MONTEIRO DE BARROS LINS
JALI MEIRINHO
JEAN ROCHE
JOÃO AFONSO CORTE REAL
JOÃO BORGES FORTES
JOÃO NEVES DA FONTOURA
JONAS DE MORAES CORREIA NETO
JONATAS DA COSTA REGO MONTEIRO
JORGE D'ESCRAGNOLLE TAUNAY
JORGE SALIS GOULART
JOSÉ ANTÔNIO FALCÃO
JOSÉ ARTUR BOITEUX
JOSÉ BUENO DE OLIVEIRA DE AZEVEDO FILHO
JOSÉ HONÓRIO RODRIGUES
JOSÉ LIMA FIGUEIREDO
JOSÉ OTAVIANO PINTO SOARES
LAURO REINALDO MÜLLER
LEOPOLDO PETRI
LUIZ ALVES DE OLIVEIRA BELO
LUIZ DA CÂMARA CASCUDO
LUIZ DA SILVA RIBEIRO
LUIZ FELIPE DA SILVA WIEDEMANN
LUIZ FELIPE DE CASTILHOS GOYCOCHEA
LUIZ FERRAND DE ALMEIDA
LUIZ LAVANÈRE
MANUEL ESTEVÃO FERNANDES BASTOS
MÁRIO CARNEIRO DO REGO MELO
MÁRIO GARDELIN
MAX FLEIUSS
MOARCI MATEUS SEMPÉ
MORIVALDE CALVET FAGUNDES
OLÍMPIO COSTA JÚNIOR
OSWALDO RODRIGUES CABRAL
PEDRO BRASIL BANDECCHI
PEDRO DIAS DE CAMPOS
PEDRO GASTÃO DE ÓRLEANS E BRAGANÇA
PEDRO JACINTO DE MALLET JOUBIN
PERCY ALVIM MARTIN
PLÍNIO AYROSA
RAIMUNDO GIRÃO
RAMON DE CASTRO ESTEVES
RAYMOND PEBAYLE
ROMEU CALDERAN BELTRÃO
RUBEN MACHADO DA ROSA
RÚBIO BRASILIANO FERREIRA
SALVATORE CANDIDO
SETEMBRINO A. PEREDA
SEVERINO SOMBRA
TARCISIO ANTONIO COSTA TABORDA
TITO LIVIO FERREIRA
TÚLIO VARGAS
VICTORINO COUTINHO CHERMONT DE MIRANDA
VIRGÍLIO CORREIA FILHO
VITOR RUSSOMANO
WALTER FERNANDO PIAZZA
ZÉLIA ANDRADE LEMOS
ZOSYMO LOPES DOS SANTOS

SUMÁRIO

ARTIGOS

O DESPERTAR POLÍTICO DA REGIÃO COLONIAL ITALIANA 11
Sérgio da Costa Franco

DUAS SESMARIAS 15
Luís Alberto Cibils

CORSÁRIOS NA LAGOA MIRIM 35
Laudelino T. Medeiros

INDEPENDÊNCIA OU MORTE – UMA NOVA VISÃO 57
Francisco Riopardense de Macedo

FAZENDAS NO VALE DO TAQUARI 65
Lothar Hessel

JÚLIO DE CASTILHOS E A CHARQUEADA DO PAREDÃO 75
Coralio Bragança Pardo Cabeda

GAÚCHO 79
Moacyr Flores

OS PRESÍDIOS E O INÍCIO DA URBANIZAÇÃO RIO-GRANDINA 87
Raphael Copstein

ONDE FICAVA O IBIÃ ? 97
Ruy Ruben Ruschel

A CONTRIBUIÇÃO DE CARLOS REVERBEL À CONSTRUÇÃO HISTORIOGRÁFICA ACERCA DA IMPRENSA SUL-RIO-GRANDENSE 111
Francisco das Neves Alves

Arquivo Geral do IHGRGS

Apontamentos vários extraídos dos Livros Registros da Correspondência dos Governadores e Capitães Generais (1791-1818) 119

Arquivo Histórico – Papéis Vários – 1754-1824

Alvará de 10 de Outubro de 1754. Item Carcereiros 133
Fazenda Real do **Bojurú** para a **Baronesa do Real Agrado 134**
Carta de Título de Terras a **Francisco Gil** no Distrito de **Caí 137**
Alexandre Luís – motim **138**
Capela do **Livramento** – Limites **139**

Arquivo **Athos Damasceno Ferreira**

A Exposição Provincial de 1875 141

Arquivo **Aurélio Porto**

Santas Mães - Gen. **João Borges Fortes** (*in memoriam*) 147

José Luís Caldeira (Cartas ao **Conde de Sarzedas**) **–Laguna/SC 155**
Francisco Brito Peixoto 154
Cristóvão Pereira de Abreu 159

O RIO GRANDE DO SUL ANTES DO BRIGADEIRO JOSÉ DA SILVA PAIS 163
Moacyr Domingues (*in memoriam*)

Posse de Véra Lucia Maciel Barroso

SANTO ANTÔNIO DA PATRULHA NO CENÁRIO REGIONAL – OLHARES E FRONTEIRAS 173

Posse de Margaret Marchiori Bakos – Saudação de Sérgio da Costa Franco

PODER PÚBLICO MUNICIPAL E COTIDIANO EM PORTO ALEGRE DOS ANOS VINTE 187

A naturalidade do Almirante Tamandaré **203**

Parecer – Parque Nacional dos Aparados da Serra **206**

Necrológio **207**

O DESPERTAR POLÍTICO DA REGIÃO COLONIAL ITALIANA

Sérgio da Costa Franco

A história política do Rio Grande do Sul só tem sido estudada em visões panorâmicas, em grandes quadros que definem uma evolução global e antagonismos partidários de todo o Estado. Não em suas particularidades regionais, que apresentam aspectos interessantes e dignos de melhor pesquisa.

Durante a história republicana, e por longos anos, a região colonial italiana foi uma espécie de paiol de votos cativos do Partido Republicano Rio-Grandense. Vários fatores contribuíram para isso. Em primeiro lugar, a nosso ver, a *grande naturalização* de 1890, que transformou generosamente em cidadãos brasileiros todos os estrangeiros presentes no Brasil ao ensejo da proclamação da República, salvo rejeição expressa. Por um passe de mágica, numerosos imigrantes recém-chegados da Itália puderam assumir a cidadania brasileira, com direito ao exercício de empregos públicos e todas as prerrogativas de cidadãos, inclusive o direito de voto. Embora fraudado muitas vezes, tal direito incluía o imigrante na esfera das clientelas partidárias, permitindo-lhe obter algum benefício na distribuição de favores dos caudilhetes políticos. Mesmo desligado emocionalmente da política estadual e federal, o colono tinha interesses a defender na esfera municipal, no tocante a escolas e estradas e, muito especialmente, ao lançamento de tributos. Disso decorreu o estabelecimento de tranqüilas ditaduras borgistas nas intendências municipais da Encosta Superior do Planalto, sendo tais municipalidades fábricas insuperáveis de votos nas eleições estaduais e federais. A possibilidade das reeleições ilimitadas permitiu que Bento Gonçalves tivesse um prefeito quase eterno na pessoa do Coronel Antônio Marques de Carvalho Júnior; que em Antônio Prado se acomodasse por longos anos Inocêncio de Mattos Miller; que em Veranópolis se perpetuasse Aquiles Taurino de Rezende; que em Guaporé reinasse incontestado Agilberto Maia, e em Caxias, José Penna de Moraes. Todos, coronéis da Guarda Nacional, burocratas do Partido Republicano, originalmente estranhos à região e aos seus interesses econômicos. Para as influências locais reservavam-se os cargos, quase honoríficos, de conselheiros municipais (os atuais vereadores), com poderes muito reduzidos. De qualquer modo, pelo desinteresse e omissão das lideranças locais, o equilíbrio se manteve por muitos anos.

Daí por que, no longo período de comando político de Borges de Medeiros, a região colonial italiana era considerada a fortaleza eleitoral do partido oficial, onde este alcançava os mais altos índices de aprovação. Se real ou fantasiosa, não se pode saber. O certo é que, na eleição federal de 1910 (Hermes da Fonseca como candidato oficial, contra Rui Barbosa, apoiado pela oposição civilista e federalista), na região Hermes derrotou Rui Barbosa por diferenças esmagadoras: 1169 a 3 em Veranópolis; 507 a zero em Antônio Prado; 552 a 5 em Bento Gonçalves; 961 a 2 em Caxias; 324 a 2 em Garibaldi; 942 a zero em Guaporé. Note-se que, noutras regiões do Estado, as diferenças foram bem menores, tendo Rui Barbosa se vitoriado em três municípios: Bagé, São Gabriel e Soledade.

Em 1919, quando outra eleição presidencial determinou polarização clara das forças políticas, os republicanos com Epitácio Pessoa e a coligação oposicionista com Rui Barbosa, outra vez a região colonial italiana ofereceu soberbas vantagens ao oficialismo: 1576 a zero em Veranópolis; 363 a 10 em Antônio Prado; 588 a 13 em Bento Gonçalves; 990 a 20 em Caxias; 379 a zero em Garibaldi; 1220 a 2 em Guaporé; 494 a zero em Encantado.

Em 1922, na forte campanha eleitoral de Assis Brasil contra Borges de Medeiros, começam a surgir indícios seguros de um despertar da consciência crítica entre os eleitores da região. Em Veranópolis, onde a supremacia borgista chegara a obter discutíveis unanimidades, Assis Brasil alcançou 398 votos contra os 1589 de Borges de

Medeiros. Em Bento Gonçalves, os assisistas atraíram uma terça parte do eleitorado votante; em Garibaldi fizeram 195 sufrágios contra os 834 do candidato oficial; em Caxias botaram 500 cédulas nas urnas, contra 1919 de Borges; em Encantado e em Guaporé os oposicionistas saíram do chão, alcançando votações pequenas, mas ainda bem melhores que as de pleitos anteriores. E, finalmente, houve o milagre de Antônio Prado, onde Assis Brasil derrotou Borges de Medeiros por 327 a 76 votos!

Seguiu-se a luta civil de 1923, encerrada com a Paz de Pedras Altas, um protocolo que envolveu importantes concessões constitucionais e legais de parte do oficialismo borgista e implicou o compromisso de uma eleição parlamentar federal fiscalizada pelo Ministro da Guerra, General Setembrino de Carvalho. A eleição de 3 de maio de 1924, destinada à renovação de uma cadeira no Senado da República e da representação gaúcha na Câmara dos Deputados, teve a supervisão geral do Ministro da Guerra, que nomeou delegados militares para cada município do Estado, com a incumbência de assegurarem liberdade de propaganda e de fiscalização à coligação oposicionista.

Coincidentemente, ou não, os resultados desse pleito assinalaram uma verdadeira virada política na região colonial italiana. Os candidatos da Aliança Libertadora foram vitoriosos em Caxias, Antônio Prado, Veranópolis, Garibaldi e Encantado. O resultado de Caxias (1790 a 1017) encheu de pasmo e vergonha os dirigentes borgistas. Mesmo Bento Gonçalves, baluarte do Partido Republicano, apresentou vitória medíocre do situacionismo: 668 a 563. Guaporé, onde o Coronel Agilberto Maia era habituado a triturar as pretensões da oposição, esta alcançou 677 sufrágios, contra os 794 do partido oficial. Em Encantado, município ainda novo, o desprestígio do Coronel Virgílio Silva, intendente republicano que se achava francamente atritado com as lideranças locais, determinou derrota dos candidatos borgistas.



Borges de Medeiros

O arquivo Borges de Medeiros, hoje integrado ao acervo cultural do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, reflete com objetividade o desapontamento das lideranças republicanas e as explicações que estas acharam para o seu inesperado insucesso. No próprio dia 3 de maio, à noite, Otávio Rocha, que fora designado para trabalhar na eleição de Caxias, telegrafava ao presidente do Estado:

Eleição correndo perfeita ordem devido nossa absoluta tolerância paciência. Cônego Meneguzzi com dois padres distribuiu e embuchou cédulas, Delegado Militar visitou mesa acompanhado chefe oposição Penna, cabalando também como noticiei. Na véspera havia feito fiscais oposição seguir junto com força federal. Tudo isso assanhou novamente esta gente. Prevejo derrota visto apuração distritos não ter dado para cobrir

diferença. Penso perderemos por uns 600 eleitores. Só amanhã posso dar resultado visto apuração continuar ainda. Distritos apurados: Nova Trento 225 republicanos por 125 oposicionistas, Nova Pádua 60 nossos por 98 deles, Galópolis 52 nossos por 95 deles, São Marcos 221 nossos por 54 deles. Sigo amanhã aí. Afetuosas saudações Otávio Rocha.

A derrota prevista consumou-se, dando margem a outro angustiado telegrama do Intendente Pena de Moraes a Borges de Medeiros, em 6 de maio, queixando-se das *traições de que fomos vítimas*, além da ação deletéria *do padre e do delegado militar, de que já vos cientifiquei.* O intendente cogitava da necessidade de *uma punição exemplar a este elemento, sob pena ficar aqui a felonia como praxe política sancionada.* Mais sereno, dois dias após, o mesmo Pena de Moraes explicava a derrota ao Presidente do Estado:

> *Nossos reforços aqui não puderam sobrepor-se ascendência religiosa padre Meneguzzi transformada em prestígio político contra nossa causa, secundada parcialidade ostensiva delegado militar.*

Acrescentava que o deputado Otávio Rocha fizera tudo ao seu alcance, apoiado por toda a máquina municipal. E rematava com novas queixas contra o Padre Meneguzzi: *Após ter alcançado abstenção colonos, padre conseguiu trazê-los às urnas contra nós.*

De Garibaldi, no dia imediato ao pleito, o Intendente Jacob Nicolau Ely era taxativo: *Vencido pela traição dos frades, deponho nas mãos de V.Exa. cargos imerecidamente exerço.*

De Veranópolis, no dia 8 de maio, a comissão diretiva do Partido Republicano fazia sua autocrítica:

> *Nossa derrota aqui, apesar esforço empregado, encontra explicação situação deplorável município, deixada administração anterior, trabalho intenso padres capuchinhos, traição elementos próprio partido.*

É interessante observar que, nas eleições municipais realizadas no mesmo ano de 1924, os resultados se modificaram. Não só o Partido Republicano tornou a vencer em todas as comunas de região, como, em várias delas, a oposição sequer disputou o pleito. É claro que as máquinas burocráticas municipais continuavam fortes, que a oposição não tinha organização partidária bem estruturada, e que as populações deviam recear a escolha de governos locais incompatibilizados com o poder estadual.

De qualquer maneira, a eleição federal de 1924 foi um sinal de alerta e uma demonstração inequívoca de que a cidadania começava a subtrair-se à hegemonia dos caudilhetes e dos *coronéis burocratas*, para seguir outras lideranças, religiosas ou não. O assunto vai aqui levantado como sugestão e provocação aos pesquisadores de história política e social da área ítalo-brasileira.

DUAS SESMARIAS

Luís Alberto Cibils

Estudamos aqui a história da propriedade, em parte, de duas Sesmarias, antes pertencentes a Dores de Camaquã, depois a Tapes, hoje aos Municípios de Tapes, Arambaré e Sentinela do Sul.

Verificamos as divisões que sofreram em virtude de alienações, sucessões ou casamentos endogâmico-familiar que se acentuaram na região, em face do pronunciado isolamento em que viviam ou da preocupação de não fragmentar as propriedade. São as "Sesmarias de N. Sra. dos Prazeres" e "Capão do Meio e Sobras".

A SESMARIA N. SRA. DOS PRAZERES

Foi concedida ao Cap. Francisco José Cidade, em 1790, por D. Luís de Vasconcelos e Souza.

Francisco batizou-se a 26.02.1755, na Matriz do Desterro (Florianópolis) e faleceu em Porto Alegre a 18.03.1803. Era filho de José da Costa Cidade e Joana Rosa de Bittencourt, ele b. na Freguesia de N. Sra. da Virgínea, cidade do Porto; ela, natural da Freguesia de S. Marcos onde se batizou, na Ilha Terceira, Bispado de Angra.

Casou Francisco, em primeiras núpcias, com Eugenea Rosa de Jesus, n. a 16.03.1753, em Rio Grande e f. a 04.01.1793, em P. Alegre. Era filha de Tomé Machado Ourique e de Maria de Jesus.

Em segundas núpcias Francisco José casou a 16.07.1793, em Santo Amaro, com Helena do Nascimento de Azambuja, b. a 04.01.1768, em Triunfo e f. a 20.01.1853 em P. Alegre.

Helena era a 12a. entre os filhos do Cap. Francisco X. de Azambuja e de Rita de Menezes, neta de Jerônimo de Ornelas Menezes e Vasconcelos, natural da Ilha da Madeira e de Lucrécia Leme Barbosa, n. em Guaretinguetá, São Paulo.

José de Araújo Fabrício refere que Francisco José Cidade tivera os seguintes filhos:

1. Maria Altina Azambuja Cidade, c/c Joaquim Estácio Bittencourt do Canto;
2. Rita de Azambuja, c/c Antônio Caitano Damasio;
3. Ana de Azambuja Cidade, c/c Francisco José Barbosa Filho;
4. Antônio de Azambuja Cidade, c/c s/ prima Rita Emilia de Alencastro
5. Maria Angélica de Azambuja Cidade, c/c Inocente Osório.

A viúva de Francisco José Cidade, Helena de Azambuja Cidade, quando faleceu a 20.01.1853, deixou três herdeiros:

1. Ana de Azambuja Cidade, c/c Francisco Barbosa Filho;
2. Maria Altina de Azambuja Cidade, c/c Joaquim Estácio Borges Bittencourt do Canto e,
3. Antônio de Azambuja Cidade, c/c Rita Emilia Alencastro.

Criada a Vila de N. Sra. das Dores de Camaquã através da Lei 402, de 16.12.1857, realizou-se a eleição para Vereadores. Na apuração realizada em P. Alegre a 16.03.1958. surge o nome de Francisco Barbosa Filho obtendo 231 votos, um voto a menos do que obtivera o Vereador mais votado, José Gomes Martins que, dessa forma, seria o 1º Presidente da Câmara, instalada a 12.05.1858.

Barbosa Filho, alegando cumprimento de promessa tornar-se-ia mais tarde festeiro do Divino Espírito Santo da Freguesia de N. Sra. das Dores, criada pela Regência com o Dec. 42, de 29.08.1833. Foi Delegado de Polícia. Como genro do Sesmeiro Francisco José Cidade recebeu quinhão na parte da Sesmaria N. Sra. dos Prazeres, com limite na Lagoa dos Patos. Francisco Barbosa Filho faleceu às 23 horas do dia 24.08.1893, viúvo, com 96 anos.

Pedro Nunes Barbosa e s/m Felicidade Pereira Barbosa em 16.04.1875 venderam a Joaquim Pereira de Quadros uma propriedade, herdada de José Pedro Barbosa. A 30 de outubro daquele ano, João de Deus Barbosa também vende sua propriedade, como herdeiro de José Pedro Barbosa. Joaquim Pereira de Quadros, a 19.05.1877, constitui procurador a Luís Marques da Cunha para representá-lo na qualidade de cessionário de herdeiros do finado José Pedro Barbosa e credor da herança. Em 29.05.1877 Leandro Marques Barbosa constitue procurador a Augusto Grahn Ferreira para chamar Joaquim Pereira de Quadros e s/m em Juízo de Paz da Vila, a fim de consolidar-se relativamente à posse destes na propriedade, como cessionários de herança do casal.

Boaventura Pereira de Quadros e s/m Bernardina de Araújo Quadros, a 06.12.1894, vendem a Manoel Pires de Arruda uma parte de campo na Fazenda dos Prazeres, havida por compra a Antônio Silveira de Ávila e s/m. Na mesma data os referidos vendedores transferem a Ana Juaquina Arruda, uma parte de campo, com casa de moradia, arvoredos e cercados, na Fazenda dos Prazeres, havido por herança do pai.

Antônia Meireles Barbosa, em 30.11.1895, vendem a Sezefredo José Soares e seus filhos João Joaquim Soares, José Custódio Soares e Zeferino José Soares, no "Lageado", Camaquã.

Geraldo Gonçalves de Lima e s/m Maria Josefa Guimarães de Lima em 10.10.1896, venderam a João Henrique Braul Filho a parte de campo que houveram por herança do pai e sogro Manoel Pires Arruda, na Fazenda dos Prazeres.

A 12.02.1897, Porfirio Gomes de Lima e s/m Maria dos Anjos Gonçalves de Lima vendem a João Henrique Braul Filho parte de campo na Fazenda dos Prazeres, havido por herança de sogro e pai Manoel Pires de Arruda.

A parte Norte da Sesmaria dos Prazeres coube a Antônio de Azambuja Cidade c/c Rita Emilia Alencastro.

Tendo falecido a mãe do Major Antônio Carlos Cidade, Rita Emilia Alencastro em 09.09.1879, seu pai Antônio de Azambuja Cidade em 27.06.1889, na residência do Major, resolveram partilhar em 29.10.1890, entre outros bens, uma parte de campo e matos na Sesmaria dos Prazeres, com meia légua de frente e uma de fundos, casa de moradia, arvoredo e mais benfeitorias, havidas por herança de seus avós Francisco José Cidade e s/m Helena de Azambuja Cidade, primeiros proprietários da Sesmaria N. Sra. dos Prazeres, por eles havida em concessão de D. Luís de Vasconcelos e Souza, em 1790.

O Major Antônio Carlos Cidade e s/m Maria das Dores Barbosa Cidade e sua irmã Maria da Luz Cidade venderam, em 22.12.1880, a Cândido José Soares e João Silveira Soares, duas colônias de matos e terra com 100 braças de frente com 1.000 de fundos,

cada uma, na Serra do Herval. Antônio Carlos e s/m e irmã, em 14.06.1890, venderam a José H. de Oliveira, campo na Serra do Herval, havidos por herança de pais e sogro.

A 28.07.1910 o Major Cidade realizou Escritura de Inventário de sua irmã solteira Maria da Luz Cidade, falecida em 24.12.1908, como único herdeiro "uma parte de campo com 504 braças de frente, casa de moradia onde tem sua residência e aramados, havidos por herança de seus pais Antônio Azambuja Cidade e Rita Emilia Alencastro".

Maria das Dores Cidade Barbosa, a 18.03.1912, vendeu a Maria Júlia Cidade e Maria Madalena Cidade, 15 há, mais ou menos, na Sesmaria dos Prazeres, dividindo-se de um lado com a estrada que vai de Dores ao Arroio Velhaco, a Leste; pelo Norte, com uma sanga abaixo da estrada que divide com a Sesmaria Cárcere de S. Pedro; pelo Sul, com terras da vendedora. Na mesma data, Maria das Dores vendeu a Antônio Galvão Schinoff, parte de campo com seis braças de frente com légua de fundo, na Sesmaria dos Prazeres, sendo o ponto de partida o canto da lavoura no terreno de Regina Schinoff; pelo Sul, com o terreno de Regina e Henrique Braul Filho, rumo da estrada real de Dores para Barra do Velhaco e, pelo Oeste, com terras da vendedora.

Maria das Dores Barbosa Cidade, viúva do Major Cidade, a 21.07.1916, como seu marido tivesse falecido a 10.10.1910, com 78 anos de idade, vendeu a Virgílio Oliveira Albuquerque, um quinhão de campo e matos, na Sesmaria dos Prazeres, com 13.408.402m2 6173, situado na beira da estrada geral de Dores a São João, pelo "passo de cima (Chico Bueno)" e tendo como limites Constança Quadros e filhos, até a Sesmaria "Cárcere de S. Pedro" e mais AIC, Antônio Galvão Schinoff e AIC[1], até o córrego do Arroio Américo e Sesmaria "Capão do Meio"; a Oeste, pela estrada geral, Patricio Vieira de Morais, Manoel Morais Cidade, Paulo Cidade, Maria Madalena Cidade e João Cândido.

O Major Antônio Carlos Cidade foi veterano da Guerra do Paraguai, tendo sido condecorado por atos de bravura como Capitão do 14º Corpo Provisório de Cavalaria Auxiliar de Guarda Nacional, recebendo Medalha de Mérito Militar ou Bravura, nos combates de Avaí e Lemas Valentinas em 1869 e teve comissionamento como Major, por ato de Bravura. Na eleição para Vereadores da Vila de Dores de Camaquã, para o período de 1883 a 86, foi o mais votado.

Por sua vez, Virgílio Oliveira Albuquerque e s/m Hermeninda Maria Albuquerque, em 10.07.1919, venderam a referida propriedade a Daniel Kreim. Este, a 10.01.1924, e s/m Carlota Meneguine Kreim a venderam a AIC, com limite Sul no atual cemitério.

Nesta propriedade situa-se hoje a sede da Fazenda Alvorada de propriedade de MHCS[2] que possui também área na Sesmaria do "Capão do Meio".

FAZENDA VELHA – VIGIA

A parte Central da Sesmaria N. S. dos Prazeres coube a Maria Altina de Azambuja Cidade c/c Joaquim Estácio Borges Bittencourt do Canto residente no 2º Distrito de P. Alegre e que, por sua vez, venderam a 11.06.1859 a Boaventura Pereira de Quadros, morador no Distrito de Pedras Brancas[3], "Parte de campo com meia légua de frente e

[1] Atahualpa Irineo Cibils
[2] Maria Helena Cibils Sattinari
[3] Guaíba/RS

uma de fundos", havido em pagamento de sua legítima por falecimento de sua sogra e mãe Helena de Azambuja Cidade".

Com o falecimento de Boaventura, ocorrido em 27.07.1861, entre outros bens e escravos, ficou "campo com meia légua de frente e uma de fundos".

Além da viúva Maria Matildes de Quadros foram arrolados os seguintes herdeiros:

1. Maria Pereira de Quadros Martins c/c Pedro Felipe Martins;
2. Joaquim Pereira de Quadros c/c Constância Rita de Quadros;
3. Antônia Pereira de Quadros, com 37 anos;
4. Ana Pereira de Quadros c/c Antônio Silveira de Ávila;
5. Manoel Pereira de Quadros, com 35 anos;
6. Jerônimo Pereira de Quadros, c/c Domingas de Quadros (S. Gabriel);
7. José Pereira de Quadros, c/c Ana Inácia de Quadros;
8. Belmira Pereira de Quadros, c/c José Martins de Oliveira
9. Bernardina Pereira de Quadros, c/c Filisbino Pereira de Quadros;
10. Jerônima Pereira de Quadros, c/c Antônio Pereira da Silva;
11. Bibiana Pereira de Quadros, com 21 anos;
12. Rita Pereira de Quadros, com 17 anos e
13. Boaventura Pereira de Quadros Filho, com 11 anos.

Com o Inventário de Boaventura, julgado por sentença de 16.06.1862 em P. Alegre, coube essa parte ao Cap. José Pereira de Quadros que também adquiriu o quinhão que tocou a seus irmãos Manoel Pereira de Quadros e Boaventura Pereira de Quadros Filho.

Antônio Silveira de Ávila e s/m Ana Quadros da Silveira venderam a Boaventura Pereira de Quadros Filho, a 13.08.1880, duas partes de campo na Sesmaria dos Prazeres, havidos por herança de seu sogro e pai Boaventura Pereira de Quadros.

Boaventura Pereira de Quadros Filho e s/m Bernardina de Araújo Quadros a 06.12.1894, vendem a Manoel Pires de Arruda uma parte de campo na Fazenda dos Prazeres, havido por compra a Antônio Silveira de Ávila s/m. Na mesma data os referidos vendedores transferem a Ana Joaquina Arruda, uma parte de campo com casa de moradia, arvoredos e cercados, na Fazenda dos Prazeres, havido por herança do pai.

Através de Escritura de 04.06.1895, Inácio José Quadros e s/m Ana Maria de Oliveira Quadros venderam a João Joaquim Soares o que lhe coube por falecimento de sua mãe Ana Inácia de Quadros e do pai e sobro Cap. José Pereira de Quadros, em 13 daquele mês e ano Manoel Vicente Leiria e s/m Jerônima de Quadros Leiria venderam a Inácio José Quadros o herdado do pai e sogro Cap. José Pereira de Quadros. Nessa mesma data Raimundo Martins Mocato e s/m Maria Antônia de Quadros Martins venderam a João Joaquim Soares os bens que lhe couberam por falecimento de sua mãe Ana Inácia de Quadros. Ainda nessa data Boaventura José Quadros e s/m Cristina Pereira de Quadros venderam a João Joaquim Soares os bens adquiridos em partilha, por falecimento de s/m Ana Inácia de Quadros e, bem assim, seus direitos como herdeiros de seu pai e sogro Cap. José Pereira de Quadros. Por fim, José Cândido Pereira Dias e s/m Maria Andradina Quadros Dias vendem a João Joaquim Soares os bens que lhes couberam por herança da sobra e mãe Ana Inácia de Quadros e do pai e sogro José Pereira de Quadros.

Geraldo Gonçalves de Lima e s/m Maria Josefa Guimarães de Lima, em 10.10.1896, venderam a João Henrique Braul Filho parte de campo que houveram por herança de pai e sogro Manoel Pires Arruda, na Fazenda dos Prazeres.

A 03.02.1897 foi lavrada Escritura de retificação e venda que fazem Boaventura José Quadros e s/m Cristina Pereira de Quadros a João Joaquim Soares, por falecimento de sua mãe Ana Inácia Quadros, do pai e sogro José Pereira de Quadros.

Em 12.02.1897, Porfírio Gomes de Lima e s/m Maria dos Anjos Gonçalves de Lima vendem a João Henrique Braul Filho, parte de campo na Fazenda dos Prazeres, havida por herança de sogro pai Manoel Pires de Arruda.

Floripa Antônia de Vasconcelos Quadros, viúva, como 2ª mulher de José Pereira de Quadros, falecido a 06.10.1891, com 59 anos de idade, a 06.09.1897, vende a João Joaquim Soares "as partes que possuem na casa de moradia, coberta de telhas, aramados, junto a 30 braças de campo que lhes coube em partilha dos bens do casal".

João Henrique Braul Filho e s/m Ana Joaquina de Arruda Braul, a 19.10.1903, vendem a João Joaquim Soares cem braças de campo, de frente, com 3.000 ditas de fundos, na Sesmaria dos Prazeres, havidas por herança do sogro e pai e por compra a Boaventura Pereira de Quadros Filho e s/m.

Mediante Escritura de 20.01.1904, José Pedro da Silveira e s/m Maria Conceição Barbosa Silveira vendem a Joaquim Pereira de Quadros Filho cem braças de frente e 3.000 de fundos, na Sesmaria dos Prazeres, que houveram por herança de pais e sogros, Inácio Silveira de Ávila e Rita Quadros Silveira. Na mesma data, José Rodrigues Silveira e s/m Modesta Silveira de Ávila venderam a Joaquim Pereira de Quadros Filho uma parte de campo com cinqüenta braças de frente e 3.000 de fundos, na mesma Sesmaria, havido por herança de sogros e pais, Inácio Silveira de Ávila e Rita Quadros Silveira.

Medição da Sesmaria Nossa Senhora dos Prazeres.

A 09.12.1907 o Eng. Antão Gonçalves Faria comunicou que foi terminada a medição da Sesmaria dos Prazeres que alcançou 92.800.000 m2 e assim descrita: "Esta fazenda está situada no Município de Dores de Camaquã e limita-se: ao Norte, pela vertente que nasce no boqueirão que fica a Nordeste da casa do Ten. Cel. Cidade (Antônio Carlos), na antiga estrada real (local hoje denominado Figueiras), e por esta vertente abaixo até a ponta da sanga onde esta sanga em vertente se desfaz em um banhado e por este águas abaixo - ora por alinhamento reto demarcados, ora por sangas ou córregos mais ou menos fortes - até a Lagoa dos Patos, próximo ao Capão denominado de embarque; a Leste, por esta Lagoa; ao Sul, ainda por esta Lagoa, pela sangradoura que esta traz as águas da Lagoa Formosa, por esta última até sua parte setentrional, daí por uma linha reta ao Capão da Mangueira Velha, em seguida pela sanga junto a este capão, por linhas retas demarcadas no centro do banhado que passa junto ao "Capão do Bastião" e do último marco deste banhado, acima deste capão, por um córrego acima do dito capão. Deste ponto em diante o banhado vai diminuindo e o córrego vai se transformando em sanga e depois em arroio sempre por dentro da restinga. Ao Oeste, por este arroio até o fundo do potreiro velho e daí por seu galho oriental até as nascentes deste no boqueirão que fica a Nordeste da casa do Ten. Cel. Cidade. Possuía uma área de 9.280 Hectares. São confrontantes: ao Norte, os co-proprietários da Sesmaria do Cárcere de S. Pedro; ao Sul, os da Sesmaria do Capão do Meio e Sobras repetivas; ao Este, Gabriel dos Santos e

outros, da Sesmaria das Criúvas e também os ocupantes do Potreiro Velho, na Sesmaria Cárcere de S. Pedro e a Leste, a Lagoa dos Patos". Na mesma data procedeu a seguinte divisão: em m2:

1. Ten. Cel. Antônio Carlos Cidade e Maria da Luz	14.649.568.673
2. Constância Rita de Quadros e filhos	4.255.753.8360
3. João Joaquim Soares	3.122.604.4789
4. Inácio Silveira de Ávila	685.048.8834
5. João Henrique Braul Filho	1.356.618.8382
6. Joaquim Pereira de Quadros e outros	10.759.200.1350
7. Inácio José de Araújo e outros	16.741.436.4388
8. João Gomes dos Santos e outros	26.119.503.5797
9. João Gomes Martins e outros	2.734.500.7440
10. Maria Rita de Alencastro Martins e filhos	967.779.1666
11. Sucessores de Francisco Barbosa Filho e de José Silva	10.019.140.2063
12. Sucessores de Boaventura Quadros Filho e outros	1.088.845.0765
Soma	92.800.000. m2

Posteriormente essa propriedade foi objeto de transações, como passamos a estudar as principais.

VIGIA

Escritura de Partilha é efetuada a 10.12.1907, entre Constância Rita de Quadros e seus filhos Joaquim Pereira de Quadros Filhos, Antônio Joaquim de Quadros, e José Joaquim de Quadros, dos bens ficados por morte de seu marido e pai Joaquim Pereira de Quadros, falecido em 21.10.1907, de uma casa de moradia, contendo aramados, na Sesmaria dos Prazeres, lugar denominado "Vigia"; uma parte campo junto à referida casa, havida por inventário paterno; uma parte de campo na mesma sesmaria e lugar, havido por compra a Felisbino Pereira de Quadros; uma parte de campo na referida sesmaria e lugar, havido por compra a Timóteo Vasconcelos Quadros.

João Joaquim Soares, por seu procurador Manoel da Cunha Vasconcelos, em 04.11.1907, dirige-se ao Juiz Distrital da sede, na Ação de Medição e Divisão de quinhões da Sesmaria Nossa Sra. dos Prazeres, informando que é cessionário de quase todos os herdeiros do Cap. José Pereira de Quadros, no campo denominado "Vigia", fazenda havida por herança de seu pai Boaventura Pereira de Quadros e por compra de outros, inclusive de Boaventura Pereira de Quadros Filho. Informa, outrossim, os documentos que comprovam o Inventário da primeira mulher do Cap. José, Ana Inácia de Quadros, realizado em Santo Antônio da Patrulha em 1874 e o Inventário do próprio Cap. José Pereira de Quadros, realizado pela Inventariante, sua Segunda mulher Floripa Antônia Vasconcelos Quadros.

Osório Silveira de Ávila e s/m Ana Conceição Rodrigues a 23.05.1908, vendem a Joaquim Pereira de Quadros Filho, uma parte de campo com 47 braças de frente e uma légua de fundo, na Sesmaria dos Prazeres, havido por herança de seus pais e sogros, Inácio Silveira de Ávila e Rita Quadros Silveira.

João Joaquim Soares e s/m Bernardina da Silva Soares vendem seu estabelecimento situado na Sesmaria dos Prazeres (Vigia), constante de campo, casa de moradia e mais benfeitorias a AIC, com 231 braças na Sesmaria dos Prazeres, havidos por compra de herdeiros de José Pereira de Quadros e de João Henrique Braul e s/m, confrontando-se ao Norte, com campos do Major Antônio Carlos Cidade; ao Sul e Leste, com herdeiros de Antônio Pereira da Silva e João Henrique Braul e a Oeste, com campos de Firmino José Pereira.

A residência dessa propriedade na Sesmaria dos Prazeres é hoje a sede da "Fazenda Velha" na Vigia de LAC[4] que possui também área na Sesmaria do Capão do Meio.

Zulmiro Francisco Alves da Silva e s/m Maria Julia Quadros da Silva, em 21.08.1911, vendem a AIC, uma casa de moradia coberta de telhas, paredes de tijolos e um galpão anexo, também coberto de telhas, com arvoredos, cercados de lavouras, mangueiras e um potreiro, situados em Dores de Camaquã, havidos por herança de Bernardino Quadros da Silva.

À 28.02.1913, Antônio Cidade Barbosa e s/m Josefina Scherer Barbosa, vendem a Alexis José da Silva, uma parte de campo com 14ha, mais ou menos, situado na Sesmaria dos Prazeres, havido por herança de pai e sogro João Batista Cidade Barbosa, dividindo-se ao Norte, pela estrada real que vai ao Passo do Velhaco; ao Sul, com terras de Maria das Dores Cidade Barbosa e João Mário Barbosa e, pelos outros lados, pela estrada que vai a Tapes, a contar do Capão da Figueira.

Em 16.06.1913 é realizada Escritura de Inventário Amigável, extra judicial, por José Boaventura dos Santos, dos bens deixados por sua sogra Bibiana Pereira de Quadros, falecida em 20.05.1913, tendo única filha Maria Brasileira de Azambuja, casada com o requerente, de uma parte de terras de 58 Ha, na Sesmaria dos Prazeres. No dia seguinte, José Boaventura e s/m Maria Brasileira, vendem a AIC essa propriedade com 57 ½ braças de frente, com 3.000 fundos, fazendo divisa, por um lado com Quinzote Quadros (Joaquim Pereira de Quadros Filho) e pelos outros lados com terras do comprador.

João Cândido Alves Garcia, a 12.04.1914, vendeu uma parte de campo, na Sesmaria dos Prazeres, com 50 braças de frente por 500 de fundos, mais ou menos, a Patricio Vieira de Morais, havido por herança de s/m Maria Julia Cidade.

É realizada a 07.08.1915 a venda de uma parte da casa situada na Sesmaria dos Prazeres, lugar denominado "Vigia", feita por Joaquim Pereira de Quadros Filho e s/m Maria Rita Silveira Quadros a José Joaquim de Quadros, havida por herança de seus pais.

A 08.06.1917 realizou-se a venda de Regina Schinoff e Antônio Galvão Schinoff e s/m a AIC, de 30.000 braças de campo, situado na Sesmaria dos Prazeres confrontando-se pelo Norte, com terras de Virgílio Oliveira Albuquerque, pelo Sul com o outorgado e pelo Leste com Henrique Braul, havidos por compra a João Joaquim Soares e de Maria das Dores Barbosa Cidade.

Em Escritura de ratificação, Antônio Joaquim de Quadros e s/m e José Joaquim Quadros, em 15.07.1918, transferem a João Ricardo Viegas campo com uma légua de fundos e uma casa de material, havidos por herança de seus pais, na "Vigia", Sesmaria dos Prazeres, limitando-se ao Norte por uma restinga que divide a Sesmaria Cárcere de S. Pedro, ao Sul com Joaquim Pereira de Quadros Filho, a Leste com José Joaquim Quadros e outros, a Oeste com Joaquim Pereira de Quadros Filho e Maria das Dores Cidade.

O Cel. Patricio Vieira Rodrigues Filho, a 03.01.1919, vendeu a AIC em Tapes, um terreno, limitando-se a Leste com Cândida Costa, pelos fundos com a Sanga da

[4] LAC= Luís Alberto Cibils.

Charqueada, pela frente e do outro lado com a herança de Brigida Calderom Vieira Rodrigues.

Depois de haverem vendido terras na Sesmaria do Capão do Meio, em 01.12.1919, Manoel Batista Gomes Martins, em partes desiguais, compraram de Maria Antônio Barbosa, Maria Teresa Barbosa, João Francisco Barbosa, José Antônio Barbosa e s/m Maria Hortencia Alencastro; Geraldo Gonçalves de Lima e s/m Maria Josefa de Lima; João Hortencio Correa e s/m Irlanda Soares de Campos; Marcelino Francisco Bonfim, Salistiano Inácio de Souza e s/m Roslina Barbosa, Maria das Dores dos Santos Bittencourt, João Teixeira de Carvalho e s/m Alexandrina Teixeira de Carvalho, uma fração de campos e matos com a área de 1.247 Ha, situado na Sesmaria N. Sra. dos Prazeres, havidos pelos outorgantes por herança de José Marcelino de Azambuja Barbosa por testamento, área esta confrontando-se, ao Sul com a Sucessão de Constança Quadros e Virgílio Oliveira Albuquerque, a Leste com João Ricardo Viegas e a Oeste com José Scherer e sucessão de João Batista Barbosa.

Os herdeiros do finado Manoel Francisco Garcia Filho, em 08.07.1924, venderam a AIC a área de 36 Ha, sita no "Carvalho", sendo 8 Ha de cada Outorgante.

João Henrique Braul e s/m Adelaide Machado Braul, a 27.04.1925, vendem a Elias Paim dos Santos uma parte de matos, casa de moradia e mais benfeitorias, com 136 Ha, sitos na Sesmaria dos Prazeres, limitando-se ao Norte com a Sucessão de Inácio Silveira de Ávila; ao Leste, com Lídio José Viegas e AIC; ao Sul, com este e a Oeste Joaquim Pereira de Quadros Filho. Elias Paim dos Santos e s/m Ana Maria Quadros Paim, em 18.02.1926, vendem a propriedade acima referida a AIC, pelo mesmo preço.

É realizada venda, com garantia hipotecária, a Antônio Pedro Evangelista, de uma fração de campo com 692 braças de Sesmaria no "Canto Grande", com casa de moradia, galpões, depósitos, açudes, aramados, etc., havidos por permuta com Rita e havida por seu pai Felisberto Pereira de Quadros.

A 11.08.1926 é realizada em Dores de Camaquã escritura de partilha extra-judicial do finado Manoel Gomes Martins, entre os filhos: Josefina Martins Jenisch c/c Emílio de Abreu Jenisch; Josefa Gomes Martins Ávila c/c Francisco de Paula Ávila; Manoel José Gomes Martins, José Marcelino Gomes Martins, Mário Gomes Martins e Emílio Mariante Gomes Martins. Entre os bens arrolados figuram: uma parte de campo com 9.465.316 m2, na Sesmaria Cárcere de São Pedro, havido de herdeiros de José Marcelino de Azambuja Barbosa; uma parte de terras e matos com a área 1.120.000m2, sito na Data do Camestre; uma parte de campos e matos com a área de 216Ha, situado na Data da Frente, havido por herança de Manoel Francisco Garcia e de Maria Helena Garcia Martins, sogra e mãe do Inventariado.

Escritura de Parceria Agrícola é feita a 18.10.1930, entre Rodolfo Hoftaiter com Feliciano Alfonsim, para plantio de arroz, no "Bastião", terras de AIC.

É efetuada a 29.05.1937 Escritura de cessão de direitos de Almerindo Nunes Rabelo e s/m Ernestina Araújo Rabelo, Adelina de Araújo Quadros, Jerônimo de Araújo Quadros, Urbano da Cruz Paganini, Hélio Alves, Manoel Morais e outros a AIC, transferindo todos os direitos hereditários e o que lhes couberem, como sucessores universais de Boaventura Pereira de Quadros Filho (genros, filhos e noras), na extensão de 174.451m2, havido por Boaventura no Inventário de Manoel Quadros, procedido em 1917, sendo divisas a estrada geral à Fazenda do outorgado, por outro lado por uma linha com campos de Joaquim Pereira de Quadros Filho e pelo outro, com o banhado do Capão do Meio.

No ano seguinte, a 29.08.1938, é realizada cessão de direitos por Jerônima de Quadros Leiria, domiciliada em Carazinho, a AIC. Sobre uma parte de campo com a área de 5 braças e 7 palmos no lugar "Cortado", Sesmaria dos Prazeres, havida por doação de Rita Quadros Silveira, herdeira de Manoel Pereira de Quadros, encravado em terras do outorgado.

Joaquim Pereira de Quadros Filho (Quinzote Quadros) faleceu em Tapes a 30.05.1949, com 94 anos de idade, filho de Joaquim Pereira de Quadros e Constança Pereira de Quadros, viúvo de Maria Rita Silveira de Quadros. Além de netos, deixou os seguintes filhos: Ana Angélica, com 65 anos; Inácio com 64 anos; Osório com 48 anos; Laudelino Silveira Quadros com 47 anos e Eudoxio Santos Silveira Quadros.

José Pereira de Quadros, em 24.07.1950, realiza escritura de cessão de direitos hereditários a Ataliba Gomes Garcia. Escritura de divisão de campo na Fazenda Quadros é realizada a 30.10.1953.

Doação "Inter Vivos" é realizada a 19.12.1957 de AIC e s/m AMDC, ao Município de Tapes, para ser construída uma Escola Rural Primária.

É realizada venda, a 10.05.1961, de Amaral Silveira de Ávila e s/m Geni Barbosa Silveira a Olmiro Silveira de Ávila, herança de mãe e sogra Irene Scherer de Ávila, na Sesmaria dos Prazeres.

VISTA BONITA

Em 13.07.1961 Inácio Pereira de Quadros e s/m Alzira Silveira de Quadros venderam a Joaquim Ferreira de Quadros 15,00 Ha, na Vista Bonita, Sesmaria dos Prazeres, herança de Joaquim Pereira de Quadros Filho.

Inácio Pereira de Quadros e s/m Alzira Silveira de Quadros, a 18.12.1961, venderam a Olmiro Silveira de Ávila, 721.422.87 m2 na Vista Bonita, Sesmaria dos Prazeres, havido em partilha de Maria Rita Silveira de Quadros e Joaquim Pereira de Quadros Filho. Essa propriedade foi vendida em 05.07.76 a LAC, Liv. 2-A, R1/257.

Em 26.12.1961, José Joaquim Silveira de Ávila e s/m Jovina Gonçalves Silveira vendem a Olmiro de Ávila 71.750 m2, na Vista Bonita, Sesmaria dos Prazeres, havido por herança de Irene Scherer de Ávila.

Venda é feita por Maria Conceição Gonçalves de Lima, em 25.03.1963, a Ubaldo Boeira Rafaelli de 116.160 m2, na Sesmaria dos Prazeres, havido por meação de s/m José Jacinto Lima, tendo ao Sul campo de Cibils S.A.

Maria Josefa Seara de Quadros, a 23.07.1963, vende a José Joaquim de Ávila 226.579,9 m2 de campo, na Vista Bonita, SNSP, havidos por falecimento de Pio Pereira Quadros, limitando-se ao Sul, com terras da Cibils SA.

A 11.09.1966 José Joaquim Silveira de Ávila e s/m Jovina Gonçalves Silveira, vendem a Eudoxio dos Santos Quadros.

José Silveira de Ávila e s/m Maria Luisa Silveira Silva de Ávila vendem, em 28.09.1966, a Adão da Silva Lackmann uma fração de terras com 135.829,33 m2, na

Vista Bonita, SNSP, havida por herança de Senhorinha da Silva Quadros, tendo limite Sul com Cibils SA.

Vilson Krigues Machado e s/m Loiva Peixoto Machado em 28.05.1973, vendem a LAC uma área de campo, na Vista Bonita, com uma área de 203.743,99 m2, uma casa de alvenaria, arvoredos e mais benfeitorias, SNSP, havidos por compra a Adão da Silva Lackmann e s/m.

A 13.02.1973 Júlio Gomes Moreira vende a LAC, uma área de 193.635,50 m2, na Vista Bonita, havida conf. R1 nº 11.945, Liv.3-N, fls. 135, SNSP.

Eray Gomes Garcia, Miguel Arcanjo Garcia e s/m Helena Hütner Garcia, Eranildo Gomes Garcia e s/m Maria Eli Duarte Garcia, Hervandil Gomes Garcia, em 29.08.1973, vendem a LAC, 543.313.66m2, na Vista Bonita, havido por compra de José Silveira de Ávila e s/m, de Laudelino Silveira Quadros e s/m e de Osório Silva Lackmann e s/m, SNSP.

Setembrino Antônio Boeira Raphaeli e s/m Iolanda Quadros Raphaeli, em 19.11.1976, vendem a LAC, uma fração de terras de 2Ha, na Fazenda Vista Bonita, havido por herança de Joaquim Pereira de Quadros Filho em 24.01.1968, SNSP.

Iracema Silveira da Silva e s/m Augusto Pinheiro da Silva, a 17.05.1978, vendem a LAC, uma fração de campo com 57 Ha 181m2, na Vista Bonita, havido por falecimento de Jovina Gonçalves Silveira e que houve em partilha de s/m José Joaquim Silveira de Ávila.

Em 28.07.1978, Andradino Machado de Almeida e s/m vendem a LAC, 21Ha 1018, na Vista Bonita, havido conf. CRI sob nº R4/397, liv 2-A.

Osmar Hofteiter e s/m Sueli Silveira Hofteiter, vendem a LAC, 11Ha. 4362m2, ma Vista Bonita, SNSP, havido em partilha de Jovina Gonçalves Silveira.

CAPÃO DA MANGUEIRA VELHA

Manoel Francisco Garcia, em 07.11.1901, vendeu a Joaquim Pereira de Quadros Filho, 1/3 de campo que possue na Fazenda dos Prazeres, no lugar "Capão da Mangueira", havido por compra a José Pedro Barbosa.

Dias depois, a 11.11.1901, Manoel Francisco Garcia Filho, vendeu a Joaquim Pereira de Quadros Filho, uma parte de campo e faxinas, na Fazenda dos Prazeres, havido da herança da avó Ana Azambuja Cidade.

Em 26.04.1904, Manoel Batista Gomes Martins e s/m Maria Amélia Gomes Martins, em Dores de Camaquã, vendem a Inácio José de Araújo e seus cunhados Boaventura José Centeno e Carlos José Centeno, 727 braças de campo, junto à Mangueira Velha, Sesmaria dos Prazeres, sendo 37 braças de frente com ¾ de légua de fundo, havido por herança do sogro e pai, sogra e mãe, Manoel Francisco Garcia e Ana Helena Cidade Garcia e 356 braças de frente, com legue de fundo, havido por herança de sua avó Ana Cidade de Azambuja Barbosa, confrontando-se, pelo Sul com a Sesmaria do Capão do Meio, a Leste com campo dos vendedores, a Oeste com campo dos compradores, e pelo Norte com herdeiros da Sesmaria dos Prazeres.

No Capão da Mangueira, SNSP, uma parte de campo com extensão de 217 ½ braças de frente com uma légua de fundo, havido por João Batista Cidade Barbosa, por

troca com sua filha Ana Helena Cidade Barbosa e esta, por herança de sua mãe Maria de Jesus Cidade Barbosa, João Batista, em 23.05.1904, vende essa propriedade a Inácio José de Araújo, Boaventura José Centeno e Carlos José Centeno.

Na mesma data, Honório Alipio Ferreira Soares e s/m Maria Floresa Soares, venderam a Inácio José de Araújo, Boaventura José Centeno e Carlos José Centeno, uma parte de campo com 217 ½ braças de frente com uma légua de fundo, Ses. NSP, havida pelos trasmitentes por herança da mãe e sogra Maria de Jesus Cidade Barbosa.

A 27.06.1904, José Gomes Martins, viúvo de Ana Isabel Garcia Martins, seus filhos maiores Ana Vitória Gomes Martins e Coriolano Cesar Gomes Martins e, bem assim, seus filhos menores púberes Gabriela Gomes Martins e Maria Helena Gomes Martins, autorizados por Alvará do Juiz da Comarca, vendem a Inácio José de Araújo e seus cunhados Boaventura José Centeno e Carlos José Centeno, uma parte de campo que houveram no Inventário de seu sogro Manoel Francisco Garcia e s/m Ana Helena, com 110 ½ braças de frente com ¾ de légua, de fundos. Seus filhos menores púberes Gabriel Gomes Martins e Maria Helena Gomes Martins, autorizados por Alvará do Juiz da Comarca, vendem 284 braças de campo de frente, com uma légua de fundo, herdado de sua mãe Ana Isabel Garcia Martins. Ana Vitória Gomes Martins vende mais 42 ½ braças de frente com ¾ de fundo, havido no Inventário de seu avô Manoel Francisco Garcia e s/m, tudo na Sesmaria dos Prazeres, lugar Mangueira Velha.

Em 02.10.1920 é realizada Escritura Pública de divisão de terras, entre Inácio José de Araújo e Carlos Centeno, no Capão da Mangueira.

Parte de campo da Mangueira Velha, hoje pertence a LAC.

PONTAL

A Fazenda do "Pontal" pertenceu a Francisco Barbosa Filho, como herança de seus sogros.

Maria Rita Alencastro Martins, viúva e seus filhos José Gomes Martins Sobrinho e s/m Francisca Pereira Martins, Otávio Pereira Campos e s/m, Cesar Augusto Gomes Martins, Joaquim Gomes Martins e Boaventura, em 07.03.1913, vendem a João Gomes Martins uma parte de campo, matos, casa de moradia e mais benfeitorias com 66 braças e seis palmos de frente, com 3.000 ditas de fundo, limitando-se, a Oeste com Lagoa dos Patos, situado no lugar denominado "Pontal", Sesmaria dos Prazeres, havido por herança de seu marido, pai e sogro, Francisco Gomes Martins.

Francisco n.a 04.10.1855 em Dores, era filho de José Gomes Martins, de Minas Gerais e de Maria Helena Gomes, de Triunfo. Eram seus avós paternos José Gomes Martins e Jerônima Maria Rodrigues, ambos de Minas Gerais. Avós maternos Manoel Francisco Garcia e Isabel Alves Garcia, de Triunfo.

Escritura efetua-se a 02.04.1927, onde Jerônima Antônia Alencastro Martins, viúva, José Patricio Gomes Martins e s/m Ana Julia de Quadros Martins, Otaviano Gomes Martins, Otávio Gomes Martins e Antônio Gomes Martins vendem a José Gomes Martins, uma parte de terras sita na "Lagoa Formosa", que os outorgantes houveram por herança de João Batista Gomes Martins, marido e pai dos outorgantes. João Batista era filho de José Gomes Martins e Maria Helena Martins.

Escritura de Contrato é celebrada a 20.10.1919, entre herdeiros e sucessores de Gabriel dos Santos Soares e sua viúva Florisbela dos Santos Pacheco, com o Eng. Antão de Faria, no Pontal.

Emidio dos Santos vende a 20.10.1919 a Ricco & Batista..... 2.372.448.50 m2 de terras, havidas de herança de Gabriel dos Santos Soares, na Fazenda do "Pontal".

Em 21.11.1919, é realizada Escritura de Divisão da Fazenda do Pontal, entre sucessores de Gabriel dos Santos Soares e s/m Florisbela dos Santos Pacheco, Adilda Santos Soares, Dorvalino Soares de Oliveira, Alderina dos Santos, Pedro Rodrigues Vileta, Francisco Fagundes da Silva, Otávio Pacheco e Ricco & Batista.

Em Dores de Camaquã, a 03.04.1930, é realizada Escritura de Partilha extra-judicial de bens, por falecimento de José Gomes Martins, ocorrido em 04.09.1929, viúvo de Ana Isabel Gomes Martins, com 81 anos de idade, entre os seguintes filhos: Coriolano Cesar Gomes Martins e sua mulher Maria Guilhermina Beckel Gomes Martins, Ana Vitória Gomes Martins Jenisch e s/m Fidelis de Abreu Jenisch, Gabriela Martins de Ávila e s/m Rogério de Ávila, Maria Helena Martins Moreira e s/m Hervandil Vasques Moreira. Foi arrolado um campo com 1.043 Ha, havido por herança dos pais, na Sesmaria dos Prazeres, e Capão do Meio, no lugar denominado Pontal, confrontando-se, ao Norte com a Fazenda "Capão da Moça", da Firma Kesssler, Vasconcelos & Cia, ao Sul com terras de sucessores de Gabriel dos Santos Soares, a Leste com a Lagoa dos Patos e a Oeste com terras de Jerônima Antônia Alencastro Martins.

Essa propriedade hoje pertence, em parte, a herdeiros de Hermínio José Soares, ex-Prefeito de Tapes.

CAPÃO DA MOÇA

Francisco José Cidade Filho, c/c Ana de Azambuja Cidade, filha do Sesmeiro Francisco José Cidade, recebeu na Sesmaria dos Prazeres, junto à Lagoa dos Patos.

Em 03.03.1843, José de Azambuja Cidade comprou o campo São Miguel de Jerônimo de Azambuja Cidade, em plena República Riograndense.

Joaquim Pereira de Quadros, a 19.05.1877, constitue procurador a Luís Marques da Cunha para, representá-lo na qualidade de cessionário de herdeiros do finado José Pedro Barbosa, credor da herança. Em 29.05.1988 Leandro Marques Barbosa constitue procurador a Augusto Grahn Ferreira para chamar Joaquim Pereira de Quadros e s/m em juízo de Paz da vila, a fim de conciliar-se relativamente à posse destes na propriedade, como cessionários de herança do casal.

Custódio Barbosa da Silva e s/m Isabel Ursulina da Silva, em 22.05.1886, vendem propriedade a Cristóvão Gomes de Andrade e Francisco Xavier da Veiga.

Pedro Nunes Barbosa e s/m Felicidade Pereira Barbosa, em 16.04.1893, venderam a Joaquim Pereira de Quadros uma propriedade, herdada de José Pedro Barbosa. A 30 de outubro daquele ano João de Deus Barbosa também vende sua propriedade, como herdeiro de José Pedro Barbosa.

Antônia Meireles Barbosa, em 30.11.1895, vendem a Sezefredo José Soares e seus filhos João Joaquim Soares, José Custódio Soares e Zeferino José Soares, propriedade sita no "Lageado", Camaquã.

A 24.12.1903, Clara Benta Guimarães vende a José Marcelino de Azambuja Barbosa seu estabelecimento constante de casa de moradia e benfeitorias, com 290.020 braças de campo à frente com uma légua de fundos, na Sesmaria N. Sra. dos Prazeres, no lugar "Capão da Moça", havido em meação por falecimento de seu marido José Gomes dos Santos e por herança de seus filhos Joaquim Gomes dos Santos e Manoel Gomes dos Santos.

Escritura de venda de um quinhão de campo, casa de moradia, potreiro, cercados e mais benfeitorias, sito na Sesmaria dos Prazeres, lugar, denominado "Capão da Moça", em 02.07.1906, é feito por José Marcelino de Azambuja Barbosa a favor de Jolino de Azambuja Barbosa.

Em 22.04.1929 é realizada Escritura de Venda e Dação em Pagamento pela firma "Oscar Matzembacker & Cia" a "Kessler Vasconcelos & Cia LTDA." de uma parte de campo com a área de 63 braças e 2 ½ palmos de frente, sobre légua de fundo que os outorgantes houveram por compra a Otaviano Alves de Oliveira e s/m e estes de Antônio Manoel Oliveira e Lídio Moreira da Costa e s/mulheres, situado na Fazenda Conceição (Capão da Moça).

Efetua-se escritura de dação em pagamento e quitação geral, em 26.09.1929, por Oscar Matzembacker & Cia e Alberto Matzembacker a Kessler, Vasconcelos & Cia Ltda. de 25.000 sacos de arroz em casca.

Por falecimento de José Gomes Martins, no respectivo inventário e partilha amigável, procedida em 03.04.1930, couberam as terras a seus sucessores Rogério de Ávila, Fidelis Abreu Jenisch, Coriolano Cesar Gomes Martins e Hervandil Vasques Moreira os quais e suas mulheres, alienaram os seus quinhões à Arrozeira Brasileira Ltda. (sucessora de Kessler Vasconcelos & Cia Ltda.), respectivamente em 27.08.1931, em 15.09.1932 e em 29.05.1934. As divisas são, pelo Norte terras da empresa adquirente, já condômina da Sesmaria por outros títulos; pelo Oeste, parte da gleba 1ª, então pertencente a adquirente; pelo Sul, campos de Herminio José Soares e pelo Leste a Lagoa dos Patos, no lugar denominado "Pontal". Esta Arrozeira tendo adquirido a Gabriel Brasil, em fins de 1932, mais terras correspondentes à condômina Maria Tomazia, ficou com a propriedade de toda 1ª gleba.

Escritura é lavrada a 01.03.1936, onde Corbiniano Nestor Batista e s/m Dejanira Flores Batista vendem a Arrozeira Brasileira & Cia uma parte de campo com 914.760m2, no Capão do Meio, havido por compra a Manoel Ricco.

Depois de adquirir terras no "Capão da Moça" a firma Kessler, Vasconcelos & Cia, em 1928, passou a ali também dedicar-se à atividades agrícolas e pastoris. Posteriormente a firma passou a ser Kessler, Vasconcelos & Cia Ltda., Arrozeira Brasileira Ltda. e finalmente Arrozeira Brasileira S.A.

Teve como Diretor-Presidente a Vitor Adalberto Kessler, sendo Luís Marocco o Diretor do setor agrícola e pastoril. Com o falecimento de Vitor Kessler em 1955, foi o cargo de Diretor: Presidente confiado ao membro da Diretoria Hugo Adalberto Kessler o qual, com Fernando Kessler, continuaram a obra do pai, dentro da área de 6.533, 09 Ha.

Posteriormente essa área foi dividida entre acionistas e herdeiros, cabendo: Estrada estadual 38,95Ha; área da ABSA 15,09Ha; Grupo Preve 3.238,52 Ha; Grupo Kessler 1.943,12 Ha; Grupo Marocco 1.295,41 Ha.

Presentemente o "Capão da Moça" pertence ao Grupo Preve, com a área de 3.136Ha. Os herdeiros de Fernando Kessler, possuindo parte da área atribuída ao Grupo Kessler, atuam na região, tendo como sede local da antiga sede da Sesmaria do Capão do Meio.

SESMARIA DO CAPÃO DO MEIO

O Cap. Francisco Xavier de Azambuja recebeu terras em Viamão em 1732. Depois deu início à fundação de Triunfo. A seguir possuiu uma grande fazenda onde hoje está Santo Amaro.

Estabeleceu nova fazenda na foz do Arroio Velhaco (Cibilslândia). Entretanto a posse da mesma somente foi recebida por sua viúva Rita de Menezes em 1789, concedida por José Marcelino de Figueiredo.

Nascido em S. Paulo, o Cap. Francisco era filho de Manoel de Azambuja, natural de Azambuja, patriarcado de Lisboa, e de Francisca de Oliveira Leite, natural de S. Paulo, onde faleceu em 1721.

Casou com Rita de Menezes, nascida da Freguesia do Facão, hoje cidade de Cunha, em S. Paulo, a qual era filha de Jerônimo de Ornelas Menezes e Vasconcelos e de Lucrécia Leme Barbosa. D. Rita faleceu a 07.02.1801, com aproximadamente 90 anos.

Falecido na então Freguesia do Triunfo a 16.11.1768, o Cap. Azambuja deixou 12 filhos, quase todos menores, os quais vieram a continuar o povoamento da região: Mariana de Jesus, Faustina Maria, Jerônimo Xavier de Azambuja, Francisca Maria da Conceição, Angélica Maria de Menezes, Manoel Francisco de Azambuja, Antônio Xavier de Azambuja, Cristóvão de Azambuja, Maria da Luz Menezes, Felizarda Azambuja, Francisco de Paula Azambuja e Helena do Nascimento Azambuja.

Em 1820 Tomás Francisco Garcia, por concessão de D. José Castelo Branco, Conde da Figueira, recebeu uma légua de frente por três de fundo, campos no Distrito de Camaquã, na costa da Lagoa dos Patos, dividindo-se pelo Norte com campos dos herdeiros de Francisco José Cidade (Sesmaria N. Sra. dos Prazeres), servindo de divisa um banhado que aporta o rincão denominado do Meio e deságua na dita Lagoa dos Patos, com a qual se divide a Leste; pelo Sul com o Arroio Velhaco e pelo Oeste, com a estância do finado Matias José de Almeida (Sesmaria das Criúvas). Esses campos houve por troca de outros que possuia, com Angélica Maria de Menezes, viúva do Cap. João Cardoso de Menezes. Angélica Maria era filha do Cap. Francisco Xavier de Azambuja e de Rita de Menezes.

Em 1822 foi concedida pelo Governo Provisório, constituído por João Carlos Saldanha, João de Deus Mena Barreto, Manoel Maria Ricarde Marques, José Inácio da Silva, Félix José de Matos Pereira de Castro, José Teixeira de Mata Bacelar, Fernando José Mascarenhas Castelo Branco e Antônio Bernardes Machado, Sobras de Campo não excedendo a uma légua de frente, por três de fundo, a Antônio José Garcia, sobras de uns campos no Distrito de Camaquã, termo desta Capital, dos quais está de posse seu pai Tomás Francisco Garcia e situados junto ao Arroio Velhaco.

O Major Antônio Carlos Cidade e s/irmã Maria da Luz Cidade, a 04.06.1890, vendem a Serafim José Soares, na Costa do Velhaco, Bomba d'água e, no mesmo mês, ainda a José H. Oliveira, campo na Serra do Herval, havido por herança dos pais.

Em 22.08.1907 é realizada a venda de duas porções de campo, na Fazenda Capão do Meio, de José Silveira de Ávila e s/m Marcelina Silveira de Ávila e Boaventura Quadros da Silva, havido por herança de Antônio Silveira de Ávila.

Em abril de 1908, o Eng. Antão de Faria, informa que terminou o cálculo da medição da "Sesmaria Capão do Meio" a qual continha a área de 171.636.800m2, ou 11.820 braças e 7 palmos e a área das "Sobras" sendo, conseqüentemente, de 2.820 braças e sete palmos de légua.

Francisco Xavier da Veiga vende, a 22.10.1908, a Henrique Linde uma parte de campo com 42 braças de frente e uma légua de fundos, na Costa do Velhaco, Sesmaria do Capão do Meio.

Antônio Cidade Barbosa e sua irmã Ana Helena Cidade Barbosa, em 06.04.1909, vendem à Empresa Colonizadora Castro & Cia, o que lhes podia caber no Faxinal dos Ramires, na divisa com o Município de Camaquã.

João Joaquim Soares e s/m Bernardina da Sila Soares vendem em 13.10.1909, a AIC 630 ½ braças de Sesmaria no Capão do Meio, havidas por herança de sogro e pai Antônio Pereira da Silva e por compra a Inácio Pereira da Silva e Zulmiro Francisco Alves da Silva e s/m. Parte dessa área hoje pertence a LAC.

A 03.01.1910 Firmino José Pereira e s/m Firmina dos Santos Pereira vendem um estabelecimento situado na Costa do Velhaco, a AIC, constituído de casa de moradia, galpões, arvoredos, casas e mais benfeitorias, bem como campo na extensão de 181 braças de frente com uma légua de fundos, havido por compra a Francisco Pereira da Silva e s/m, por escritura de 21.05.1807, os quais houveram do pai e sogro Antônio Pereira da Silva e por compra a José Antônio Pires e s/m, Gabriela Veiga Pires e parte comprada a Vitoriano Longaray e s/m Marcelina Veiga Longaray, de seis braças de frente com uma légua de fundos, mais ou menos. Essa hoje pertence a MHCS.

MEDIÇÃO DA SESMARIA CAPÃO DO MEIO E SOBRAS

A Sesmaria do Capão do Meio, em abril de 1912, foi assim descrita pelo Agrimensor Francisco José Sinch:

Confina ao Norte desde o Passo do Américo por um pequeno arroio que separa da Sesmaria N. Sra. dos Prazeres e, em seguida, pelo córrego em que este arroio se transforma, quando despeja suas águas no Banhado do Bastião, até um marco de pedra, afastado de cerca de 400 metros para Oeste do capão que dá o nome a este Banhado. Deste marco segue a divisa pelo centro deste banhado, constituída por alinhamentos retos demarcados, até o extremo oriental do Capão da Mangueira Velha e do marco aí existente em reta à ponta Norte da Lagoa Formosa, ao rumo verdadeiro de 68º09. Sudeste, sempre confrontando com terras da mencionada Sesmaria dos Prazeres. A Este pela Lagoa Formosa, pelo sangradouro que o comunica esta com a Lagoa dos Patos e, por esta Lagoa até a barra do Arroio Velhaco. Ao Sul por este arroio, que divide Dores de Município de S. João B. de Camaquã. Ao Oeste, por alinhamentos retos demarcados desde o Passo do Américo até a cabeceira da vertente da Cotia e, em seguida por esta e outro alinhamento reto que se estende do ponto em que esta vertente ou sanga termina em um banhado, no extremo Oeste de um capão, até o dito Arroio Velhaco. Em toda essa divisa o imóvel confronta com terras da Sesmaria das Criúvas. O Imóvel tem a área de 171.636.000 m2. Cabendo à Sesmaria 130.680.000 m2 e às Sobras 40.956.800m2, conforme consta do memorial e planta.

Em 1916 o Eng. Antão de Faria realizou a seguinte divisão de Sesmaria do Capão do Meio:

Dos Quinhões	Área em m2
1. José Gonçalves Martins e José M. de Alencastro	4.154.984,60
2. Herdeiros de Gabriel dos Santos Soares	56.225.771.48
3. Manoel Antônio Rodrigues	5.972.000,00
4. José da Costa Lemos	2.178.000,00
5. Manoel Antônio Rodrigues e outros	700.000,00
6. Manoel Batista G. Martins e outros	18.224.907,90
7. Inácio José de Araújo e outros	7.513.396,80
8. Ricco & Batista	5.973,939,60
9. Luís Manoel Oliveira César	1.161.600,00
10. Senhoritas Zulmira e Amenaide Quadros	442.526,00
11. Zeferino José Soares	21.032.920,26
12. José Vitoriano Butte	4.164.197,40
13. Antônio Pereira da Silva e outros	5.307.191,18
14. Antônio Pereira da Silva	116.678,00
15. Atahualpa Irineo Cibils	10.632.150,20
16. Manoel José de Alencastro Sobrinho	628.481,50
17. M. José de Alencastro sb., Ulfredo, Alexandre e outros	42.784,00
18. Sucessores de L. Magalhães e João de Souza Garcia	51.227,00
19. Celestino Borges	12.358,00
20. Teodoro dos Santos Soares (1ª parcela)	738.000,00
21. Cassiano Silva e filhos	192.000,00
22. Israel Alves Garcia (1ª parcela)	918.444,38
23. Modesto Machado de Almeida	116.160,00
24. Suces. De Ant. Jq. de Souza Garcia	269.027,00
25. Antônio Silveira de Ávila	352.246,47
26. Manoel Francisco Israel Garcia	116.160,00
27. Israel Alves Garcia (2ª parcela)	41.092,00
28. Teodoro dos Santos Soares (2ª parcela)	1.972.595,50
29. Jacinto Abreu e outros	115.660,00
30. Francisco Xavier da Veiga e filhos	488.053.30
31. Gaspar P. de Lucena e Frutuoso Soares	87.120,00
32. Sucessores de José Antônio da Cunha	363.000,00
I. Ausentes (1ª parcela)	5.007.000,00
II. Ausentes (2ª parcela)	2.003.600,00
III. Ausentes (3ª parcela)	2.160.575,00
IV. Ausentes (4ª parcela)	1.400.000,00
e Sucessores de Félix Batista da Cunha	363.000,00
Soma	171.636.800,00 m2

Manoel Marcos Soares e s/m Maria Conceição Soares em 16.09.1916, vendem a Ricco & Batista 16.593 m2 de terras na Sesmaria do Capão do Meio.

Dia 18 de dezembro desse ano, Luís Manoel Oliveira César e s/m Agneda da Cunha Bittencourt César, vendem 1.160.600 m2 a Ricco & Batista na Sesmaria do Capão do Meio.

Na mesma Sesmaria Manoel Batista Gomes Martins e outros vendem a Ricco & Batista 7.344.613 m2.

Gabriel da Cunha Brasil, em 29.09.1917, vendem a AIC uma área de campo, situado no lugar denominado "Capão do Bastião", Sesm. Capão do Meio, com 216 Ha e 275 m2, havido por compra a Felisberto Gomes e Jorge Nicolau Dill, herdeiros de Maria José Ferreira da Luz e João Flores e s/m Ana Bernardina da Silva Flores.

E, 09.09.1918, AIC compra da Antônio Pereira da Silva uma parte de campo com 1.327.177 m2, situado na Costa do Velhaco, Sesmaria do Capão do Meio, havido por herança de pai e por compra, confrondo-se por um lado com a estrada da Serra a Tapes; por outro lado com terras do outorgado e ainda por outro lado, com terras de José Vitoriano Butes.

Antônio Pereira da Silva e s/m Cândida Pereira da Silva, e, 28.09.1920, bem como José Pereira da Silva e Atílio Pereira da Silva, vendem a AIC, uma casa de moradia, de material, forrada e assoalhada e mais dois galpões cobertos de telhas e outras benfeitorias, com a área de 3.980,014 m2, à margem esquerda do Arroio Velhaco, Sesm. Cap. do Meio; por outro lado, com José Vitoriano Butes e pelo outro, com a estrada que vai à Barra do Velhaco (Cibilslândia).

Antônio Silveira de Ávila e s/m Deotilía Silveira de Ávila, em 07.06.1924, vendem a AIC uma parte de campo com 25 braças, na Várzea de Água Branca, Costa do Arroio Velhaco, dividindo-se por 2 lados com o comprador e por outro com a estrada que vai ao Velhaco e Manoel Francisco Garcia.

Em 08.07.1924 Manoel Francisco Garcia e s/m Jovita dos Santos Garcia, vendem a AIC, 18 ½ braças de campos e matos de frente e uma légua de fundos, na costa do Arroio Velhaco, Sesm. Capão do Meio, havido de José Pereira da Silva Sobrinho, confrontando-se por 2 lados com o adquirente, por outro com a estrada que vai ao Passo do Velhaco e por outro, com Modesto Machado de Almeida.

José Vitoriano Butes e s/m Constância da Silva Butes, em 13.06.1929, vendem a Aspiros da Silva Soares 1.254.528m2 de campo, na Costa do Velhaco, Sesm. Capão do Meio, dividindo-se na frente com a estrada de Maria Gomes à Coxilha Grande; pelos fundos com AIC e pelo outro com Zeferino José Soares.

Escritura de Servidão é realizada por Leonardo Irribarem e s/m Iracema Rodrigues Irribarem, como possuidores de terras na margem direita do Arroio Velhaco, lugar "Rincão", Sesmaria do Lageado, Camaquã, em 29.03.1930, em favor de AIC, constituem servidão perpétua e permanente para que possa encostar o seu represo em águas do Arroio Velhaco e construir represo, em local onde lhe for conveniente.

João Hipolito da Cunha e s/m Marieta Butes da Cunha, em 01.08.1935, vendem a AIC, 20 braças de Sesmaria 895 milésimos de légua, na Sesm. C. M., de campos havidos na partilha da sogra e mãe Constança da Silva Butes em 1933, na qual lhes coube 134.470m2 1810 e 25.667m281.

José Vitoriano Butes e Aracy da Silva Butes venderam em 04.03.1938 a AIC, 1.041.92 m2 de campo, casa, arvoredo e mais benfeitorias, na Sesm. C. M., com 199.911m2, pertencente à Outorgante Aracy, procedida em 1930 o Inventário, no Cartório de Órfãos.

Alfredo Viegas Corleta e s/m Conceição Ribeiro Corleta, em 30.06.1939, vendem a AIC, uma parte de terras localizadas à margem esquerda do Arroio Velhaco, lugar denominado "Porto do Sal", que houveram por compra feita a Manoel Antônio Rodrigues, no Cap. do Meio (Cibilslândia).

Emelinda Farias da Silva, Maria Pereira Gonçalves, Mariante Pereira Gonçalves e outros, em 16.11.1939, vendem a AIC, aos partes recebidas de terras, em meação por herança de Justino Gonçalves da Silva, situadas à esquerda do Arroio Velhaco, Porto do Sal, havido por compra a Manoel Antônio Rodrigues, CM, (Cibilslândia).

O casal Antônio Bueno e s/m Anita Rodrigues Bueno, em 11.12.1939, vendem a AIC, 5.972.000 m2 de terras, havidas por herança do sogro e pai Manoel Antônio Rodrigues em 1924, dividindo-se com a Lagoa dos Patos pelo Sul, pelo Leste e Nordeste, com a Sucessão de Gabriel dos Santos Soares e pelo outro lado, por todo curso do Arroio Barrinha.

Ratificação e renúncia é feita em Escritura, a 22.04.1940, onde Jacinto Soares Peixoto, Corbiniano Nestor Batista e s/m Dejanira Flores Batista e outro, fazem a AIC, na Sesm. C. Meio.

Em 06.06.1940 é lavrada escritura de cessão de direitos de Resoleta da Silva Soares a AIC, na Sesmaria do Capão do Meio.

Aspiros da Silva Soares e s/m, em 30.10.1940, vendem a AIC, uma fração de terras com 1.815.000m2, casa, galpões, mangueiras, etc., no Capão do Meio, havida por herança da mãe e sogra Júlia da Silva Soares.

A 10 de dezembro daquele ano, Oliveiros dos Santos Soares vendem a AIC, uma pequena casa com respectivo terreno de 11,00m de frente e 132 de fundos, em Guararapes (Cibilslândia).

No ano de 1941, a 17 de abril, Aspiros da Silva Soares e s/m Aldevina dos Santos Soares fazem cessão de direitos sobre uma parte de terras com 573.822m2, mais ou menos, situadas dentro da gleba atribuída a Ataíde dos Santos Soares, na Sesm. Capão do Meio.

Escritura de arrendamento é realizada a 01.04.1949, por AIC e s/m AMDC, à Firma Cibils S.A., das terras que possuem e, bem assim, outra complementar de arrendamento é feita a 12.05.1949, pelos mesmos.

A 18.02.1953 Homero Gonçalves Barbosa e s/m Prosperina Gonçalves Barbosa vendem uma propriedade à Cibils S.A.

Walmy Ribeiro Corleta e s/m Francisca Marques Corleta, em 27.10.1953, vendem à Cibils S.A., uma fração de terras com 116.433m2, havidas por herança de Alfredo Viegas Corleta.

Euclides Flores Batista e demais herdeiros de Corbiniano Nestor Batista e s/m Dejanira Flores Batista, vendem a João Ataliba Wolff, em 01.09.1965, 5.537.400m2 de campo, na Sesmaria Capão do Meio. Dia 10 do mês seguinte, os mesmos vendedores, realizaram cessão de direitos ao mesmo comprador. Esse campo hoje pertence aos herdeiros de Wolff.

Posteriormente, as terras do casal AIC, nas duas Sesmarias foram incorporadas, em 17.12.1959, à Firma Cibils S.A., Agrícola, Industrial e Comercial. Depois, em conseqüência de processo de desincorporação procedido, a 14.10.1968, descontadas as terras vendidas pela firma, MHCS e LAC, receberam cada um, nas duas Sesmarias,

1.918.502 Ha. A Sucessão de AIC recebeu 356.3740 Ha e VCR recebeu 850.9797 Ha, ambos na Sesm. C. Meio, além de terras recebidas no Município de Camaquã.

A 28.10.1983 Antônio Pedro Mahfuz e s/m Maria Araújo Mahfuz, venderam a LAC, cinqüenta Ha. na Sesmaria do Capão do Meio e Sobras, havido conf. Liv. 2-M, fls. 92, sob nº 1/2532.

RICCO & BATISTA

Manoel Marcos Soares e s/m Maria Conceição Soares, em 16.09.1916, vendem a Ricco & Batista 165.939,60m2 de terras na Sesmaria do Capão do Meio, havidas por compra a Getúlio José Martins de Azevedo, Manoel Alves Garcia e Angelino José Joaquim da Silva.

Dia 18.12.1916, Luís Manoel de Oliveira César e s/m Agneda da Cunha Bittencourt César vendem 1.161.600 m2 de terras a Ricco & Batista, Sesmaria do Capão do Meio, havidas por herança de tios e avós João Crisóstomo de Oliveira César e José Custódio Souza Salazar.

Jerônima Antônia Alencastro Martins, viúva; José Patricio Gomes Martins e s/m Ana Julia de Quadros Martins; Augusto Gomes Martins, Manoel Gomes Martins, Otaviano Gomes Martins, Otávio Gomes Martins e Antônio Gomes Martins, a 02.04.1917, vendem a José Gomes Martins, uma parte de terras sita na "Lagoa Formosa", por eles havida por herança de João Batista Gomes Martins, marido e pai dos outorgantes. João Batista Gomes Martins era filho de José Gomes Martins e de Maria Helena Garcia Gomes.

Em 06.09.1918, os sucessores de Francisco José Flores vendem suas terras, na Sesm. Capão do Meio, à firma Ricco & Batista, confrontando-se, por um lado com a adquirente, por outro, com Manoel Luís Oliveira César, por outro com Inácio José de Araújo e outros, e por outro lado com o dito Manoel Luís, atravessando o imóvel a estrada geral.

Manoel Batista Gomes Martins, viúvo de Maria Amélia Martins, a 05.09.1919, por si e como tutor de seus filhos menores Mário Gomes Martins e Emílio Mariante Gomes Martins, conforme Alvará do Juiz da Comarca; Manoel José Gomes Martins, José Marcelino Gomes Martins, Francisco de Paula Ávila com procuração de sua mulher Josefa Martins de Ávila, Emílio Abreu Jenisch com procuração de s/m Josefina Martins de Campos, Maria Rita Gomes Martins e Joaquina Gomes Martins vendem à outorgada compradora a Firma "Ricco & Batista", representada pelo sócio Manoel Ricco, a área de 7.444.613m2, na Sesm. Capão do Meio, confrontando-se, ao Norte com Carlos José Centeno, pelo Sul com o Arroio Velhaco, pelo Norte com a Sesmaria dos Prazeres, pelo Leste com Jerônima Antônia Alencastro Martins e pelo Oeste com Carlos José Centeno, incluindo casa de moradia, galpões, dependências, aramados e mais benfeitorias, havido por herança de mãe e sogra ou pai e Avô, respectivamente.

Manoel Batista Gomes Martins era filho de José Gomes Martins e Maria Helena Gomes Martins, ele natural de Minas Gerais, ela de Triunfo. Foram seus avós José Gomes Martins e Jerônima Maria Rodrigues, ambos de Minas Gerais, tendo deixado grande descendência. José Gomes Martins desempenhou as funções de Vereador-Presidente da Câmara Municipal de Dores de Camaquã, quando se instalou em 12.03.1858 pois fora o mais votado.

Durante a Revolução de 1923, Manoel Batista, como Major das forças de Zeca Neto, atacou os governistas nos arredores da Vila de Dores, defendida pelo Vice-

Intendente Narciso Barbosa e seus filhos. O Major Manoel Batista Gomes Martins faleceu por ocasião da tomada de Pelotas em 29 de outubro daquele ano. Sua mãe Maria Helena Gomes Martins, deu o nome ao "Passo Maria Gomes", no Arroio Velhaco.

Emídio dos Santos vende a 20.10.1929 a Ricco & Batista 372.448,50m2 de terras, havidas por herança de Gabriel dos Santos Soares, na Fazenda do Pontal.

A 27.10.1920 é realizado Contrato entre Manoel Ricco (D.Ricco) e Corbiniano Nestor Batista, no caso de dissolução da Sociedade.

Escritura de Dissolução da Sociedade "Ricco & Batista" é efetuada em 27.04.1922, entre Manoel Ricco e Corbiniano Nestor Batista. Na mesma data efetua-se a venda de 1.964 braças de campo, incluindo casa de moradia, galpões, aramados e mais benfeitorias, de Manoel Ricco a Corbiniano Nestor Batista, na Sesmaria do Capão do Meio.

Em 08.06.1927, Corbiniano Nestor Batista vende a Fidelis e a seu irmão João Jenisch parte da gleba adquirida de Manoel Ricco, ficando com a maior parte da compra realizada, com divisas certas e demarcadas.

É realizada em 18.08.1929, escritura de quitação à Mafalda Alfonsim Ricco por Fidelis, de obrigação de seu finado marido Manoel Ricco.

Em meados de 1933 Corbiniano adquiriu de Gabriel Brasil mais terras na Sesmaria do Capão do Meio, na mesma gleba, correspondentes aos sucessores de Maria Tomasia Garcia, ficando, portanto, com os 2 irmãos Jenisch, de posse de toda gleba, no lugar denominado "Passo Fundo".

Euclides Flores Batista, Zenobia Batista de Lima e Severino Flores Batista, herdeiros de Corbiniano Nestor Batista e s/m Dejanira Flores Batista, em 01.09.1965, vendem a João Ataliba Wolff, Julio Paulo Roberto e João Alberto Wolff a área de 10.101.870m2, Fazenda Sta. Maria, confrontando-se ao Norte, com campos da Arrozeira Brasileira S.A. e Sucessão de Hermínio José Soares; ao Sul, com o Arroio Velhaco; a Leste, com Arno Correa, Cibils S.A. e Sucessão de Hermínio José Soares e a Oeste com campos da Arrozeira Brasileira S.A. Venderam, outrossim, na ocasião, a fazenda que pertenceu a Salazar. Essa propriedade hoje pertence a herdeiros de João Ataliba Wolff e de seus filhos antes referidos.



Portão – acesso à Fazenda Velha, na vigia

CORSÁRIOS NA LAGOA MIRIM

Laudelino T. Medeiros

O objetivo deste artigo é dar a conhecer alguns documentos existentes no Arquivo Nacional referentes à presença de corsários na Lagoa Mirim, durante a Guerra da Cisplatina. (1)

Este conflito, é sabido, envolveu as Províncias Unidas do Rio da Prata, o Uruguai e o Brasil, nos anos de 1825 a 1828. Os confrontos em terra foram muitos, dos quais o mais importante foi a Batalha do Passo do Rosário. Numerosos os confrontos navais: Ramos Mejia diz que a "escuadra argentina tuvo más de cincuenta encuentros com la brasileña." (p.118)

Na época, as forças navais de ambos os contendores eram fracas, especialmente a Argentina, que não possuía uma marinha de guerra organizada. (2) O Brasil já dispunha de marinha incipiente, com oficialidade nacional, fortalecida por estrangeiros para postos intermediários, e navios armados com alguma experiência no mar. Os argentinos não dispunham de marinha de guerra forte e, por isso, contrataram o Almirante Guilherme Brown e oficiais estrangeiros, aumentando suas forças com navios mercantes armados em guerra. Para melhorar sua situação no mar, recorreram ao corso. Corsários norte-americanos e franceses e outros receberam carta de corso. Naquele início do século os piratas e corsários americanos, não obstante as restrições e os trabalhos para extinguir o corso, estavam em grande atividade, inclusive em sociedades organizadas, das quais a mais importante era sediada em Baltimore. Esta sociedade armou vários barcos, a serviço da Argentina, inclusive um importante navio corsário – o "General San Martin" – que realizou pelo menos três grandes cruzeiros. Essas sociedades de corsários, com sede nos Estados Unidos, na Inglaterra, na Suécia e outros países, costumavam apossar-se de uma ilha remota para refúgio com as presas; daí transportavam os bens arrecadados para os países sedes ou outros, onde eram vendidos. A ilha de São Bartolomeu era entreposto de piratas suecos; os corsários ingleses dispunham de pequena ilha, próxima de Madagascar, a ilha de Santa Maria; a ilha de Tortuga (Haiti), dos corsários de Baltimore. Entre os corsários a serviço de Buenos Aires talvez o mais ativo tenha sido Cezar Fournier, que levou suas atividades até as costas do Rio de Janeiro e colaborou em operações da esquadra argentina, no Rio da Prata.

Outros corsários argentinos chegaram às costas da Bahia e de Pernambuco. Esses corsários freqüentavam também as costas rio-grandenses. (3) Francisco de Paula Soares, à época comandando tropas em Torres, fala da presença de corsários na costa, aparecendo ao anoitecer e desaparecendo pela manhã, o que o levava a admitir que se abrigassem na Ilha dos Lobos durante a noite. (Duarte, p.64) Manifestação do Conselho de Governo da Província, em reunião de 4 de maio de 1827, reclama do Governo central maior proteção para a navegação comercial: "Que o Conselho, de mais a mais, julga necessário chamar a atenção do Governo de Sua Majestade Imperial sobre o estado do comércio da Província, bastantemente estragado pelas tomadas sucessivas de suas embarcações, até junto da própria Barra, comboiados mesmo por navios de guerra, sendo que no último comboio, apenas escaparam um, ou dois barcos de cair no poder de Corsários, que bloqueavam a entrada do Rio Grande."

A pirataria foi atividade existente desde remotos tempos. Os fenícios a teriam exercido em larga escala. Com a evolução das relações entre os povos, dela se

diferenciou o corso. Essas atividades – corso e pirataria – se expandiram por todos os mares. (4)

O corso veio a ser um tipo de operação aceita nas relações bélicas e regulada pelo que se admitia ser o "Direito das Gentes e o Direito Natural". Foi, porém, progressivamente rejeitada. Durou até a primeira metade do século passado. O progresso dos conhecimentos e da técnica transformaram profundamente os transportes e as comunicações; e com isto o corso não pôde subsistir. A primeira medida efetiva para a não utilização do corso foi o tratado de Paris, de 16 de abril de 1856, assinado pela França, Grã-Bretanha, Prússia e Rússia. Não assinaram o tratado, entre outros, Espanha, Estados Unidos e México. (5)

Com o deflagrar do conflito no Prata, já na declaração de guerra pelo Brasil se proclamava o aliciamento para o corso. (6) O Brasil, que já dispunha de marinha de guerra, não fez uso abundante deste recurso; as Províncias Unidas, porém, que tinham marinha de guerra incipiente, recorreram logo ao corso, como haviam feiro anteriormente. Com isto prejudicaram muito o comércio marítimo brasileiro e as longas costas desprotegidas.

Segundo informa o Barão do Rio Branco (2.1.1826), as Províncias Unidas armaram cerca de 40 navios corsários. O comando e boa parte das tripulações eram constituídas de franceses, americanos e ingleses. Inclusive vários navios foram fornecidos pelos corsários norte-americanos. Por outro lado, se eram numerosos os corsários platinos, também foram muitos os apresados, afundados ou incendiados. Segundo as indicações de Rio Branco, as Províncias Unidas perderam cerca de metade desses corsários.

O Brasil, após a independência, recorreu ao corso contra Portugal. E para isso, a atividade foi regulada pelo Alvará de 30 de dezembro de 1822, que é quase tão minucioso quanto a legislação portuguesa, da qual ele procede. (7)

O que principalmente interessa neste trabalho é a presença de corsários em águas da Lagoa Mirim. Não houve apenas um caso isolado de atividade de corsários argentinos nesta área, apesar de inexistência de comunicação com o mar, a não ser pelo porto do Rio Grande. O acesso por este porto, entretanto, estava sob o controle militar do Brasil.

Cezar Fournier foi encarregado de hostilizar os brasileiros com atividades corsárias. Provavelmente esse francês terá sido o idealizador do plano da Lagoa Mirim. (8) Após entrevistar-se com o comandante geral das forças argentinas, de imediato começa a tomar as providências para a execução do plano. Depois da entrevista, dirigiu-se a Maldonado, preparou dois lanchões, providenciou recursos "e marchou por terra com os dois lanchões e trinta e sete homens estrangeiros e uma peça... calibre oito, mais armamentos como clavinas, pistolas, espadas, lanças, pólvora e balas", diz Leddele em interrogatório a que foi submetido em 19 de janeiro de 1827. De Maldonado foi até alcançar o arroio de Paráu e atingiu a Lagoa Mirim. (9)

Como foi dito, Fournier apresentou-se sempre como corsário muito ativo, atilado e desejoso de presas. Esteve no comando de vários barcos corsários argentinos, com missões muitas vezes bem sucedidas, outras com insucesso. Dele, entretanto, o Almirante Brown não fazia juízo muito favorável: "Despues de una pobre defensa, fueran abandonados los heridos, mas atento Fournier a salvar sus cofres que a pelear."

Na Lagoa Mirim, até início de 1827, Fournier conseguiu muitas presas, dois contos de réis em dinheiro, e aprisionou seis iates, cinco deles carregados. Mandou vir de Maldonado carretas para conduzir as presas, tendo deixado no comando dos navios, como segundo comandante, um francês; e como auxiliar deste o inglês Charles Leddele. Esses resultados conseguidos levaram o corsário francês a planejar novas conquistas. Segundo as informações de Leddele, seus planos eram trazer para a ilha do Padre Roberto (10), onde costumavam estacionar, uma peça de vinte e quatro, armamento e mais gente para armarem os ditos seis iates em guerra.

Quando o exército Imperial entrasse para a Província Cisplatina, "aproveitava ele Francês de ir a Porto Alegre e, São Francisco de Paulo (Pelotas), e antes de irem a esses dois pontos, virem à freguesia de Jaguarão e saquearem tudo quanto encontrassem, e na volta que fizessem da cidade de Porto Alegre, saquearem a vila do Rio Grande e do Norte (São José do Norte), e ali neste porto agarrassem um barco grande, correr-lhe artilharia e passar todo o saque para a dita embarcação, e saírem pela Barra do Rio Grande, e dali para o Norte da América.

Segundo o tenente Leddele, teria Fournier recebido a oferta de um tal Labalhegas, para o acompanhar "a serviço da Pátria", grande quantidade de dinheiro, quatro lanchões já preparados em Maldonado e dois em Canelones. Mas Fournier não aceitou, dizendo "que pretendia tirar mais lucro nesta Lagoa de Inhumirim, roubando as Freguesias e estâncias estabelecidas sobre a costa da referida Lagoa."

Pretendia o francês permanecer ainda algum tempo nessa área, apesar de não ser tão pacífica a presença de corsários na Lagoa. Um autor, não identificado mas que certamente tomou parte na guerra, em livro que publicou em alemão, com o pseudônimo de Testemunha Ocular, informa ter o General Lecor se preocupado com a segurança das fronteiras do Sul. (11) E uma das medidas tomadas foi, indo a Porto Alegre, mandar "armar um iate, com artilharia e guarnição, o qual enxotou os pequenos corsários da Lagoa Mirim, que ali haviam penetrado da margem inimiga". Esta providência teria sido tomada, provavelmente, em novembro ou dezembro de 1826. (Testemunha Ocular, p.95.)

Tal providência não se mostrou muito eficaz. Os corsários, ou continuaram fazendo gordas presas ou não perderam as que já haviam conseguido. Em janeiro de 1827 os corsários ainda estavam na posse de pelo menos seis iates apresados. E um ano depois continuavam operando com sucesso naquela área.

Não mais Fournier chefiava o corso na região; passou a operar no Rio da Prata e nas costas do Brasil. Das operações na Lagoa Mirim, a partir de então, Rodriguez e Arguindeguy dão informações: "Os armadores Rafael Pereira Lucena e Eladio Otamendi organizaram, logo que Daguemet se retirou, uma esquadrilha corsária com base de operações na Lagoa Mirim sob as ordens de Santiago Sciurano e secundado por Victorio Dandreys, cujas operações são pormenorizadas no estudo que trata sobre as baleeiras sob o nome de Convención Argentina, às quais se uniram em esquadrilha um número variável delas (entre quatro e oito no total). Ao regressar Sciurano a Buenos Aires, em maio de 1827 – por divergências com Dandreys – assume o comando Calixto Silva, que se manteve no posto até a chegada da 8 de Febrero (T. Espora) ao teatro da Costa de Castilhos. Espora pôs à frente da esquadrilha corsária ao Sgto. Maior da marinha D. Joaquim Hidalgo, que manteve a esquadrilha em operação (reduzida ao número de quatro baleeiras) até o fim da guerra, em outubro de 1828."(p.451)

Rio Brando registra, nas "Efemérides", a 4 de janeiro de 1828: "Alguns lanchões corsários argentinos, dirigidos por Gerônimo Soriano (Chentopé), tomaram na Lagoa

Mirim o iate-canhoneira "19 de Outubro": sua guarnição, composta de 24 homens, resistiu por algum tempo e teve cinco mortos e vários feridos. Este pequeno navio foi retomado em (23 de) abril."

A 5 de janeiro de 1828: "A Canhoneira "Catalan", comandante Souza Junqueira, repele um ataque da "18 de Enero"(anteriormente brasileira: a "Dezenove de Outubro") e vários lanchões argentinos, comandados por Gerônimo Soriano (Chentopé). O inimigo consegue, porém, apresar 2 iates mercantes, que aquela canhoneira protegia."

E poucos dias depois, a 20 de janeiro, ocorre nova operação: "o iate-canhoneira "Catalan" é atacado na Lagoa Mirim por vários corsários argentinos. Depois de enérgica resistência, o comandante da "Catalan", segundo-tenente Junqueira, queima o seu navio e desembarca com a pequena guarnição." (Rio Branco) (12)

Como se vê, as operações de corsários na Lagoa Mirim causaram sérios prejuízos ao comércio e à tranqüilidade dos habitantes da região. Mas em certo momento surge um personagem, até então sem qualquer evidência, que provoca acontecimentos até com um quê de espetacular e terá deixado Fournier enraivecido ao extremo. Trata-se do Tenente inglês Charles Leddele.

O Tenente Leddele tinha antecedentes que não ficam esclarecidos em seu depoimento. Por exemplo: não esclarece suas atividades na vinda e nos primeiros tempos em Buenos Aires. Mas é minucioso nos demais pontos. É inglês, tenente, tinha função de segundo comandante na fragata-baleeira em que veio. Esteve preso quatorze meses por terem desconfiado dele, em vista de que "principiasse a esse tempo a revolução". Essa circunstância leva a admitir que não tinha vindo para a missão de corsário. Foi enviado inicialmente para a corveta do Almirante Brown. Após, "fizeram-no embarcar com um francês de comandante, de nome Fournier". Com este francês veio para a Lagoa Mirim. Durante o tempo em que esteve com Brown e com Fournier, foi sempre mais ou menos vigiado como preso. No barco em que vieram para esta Lagoa tinha o posto de ajudante do francês segundo-comandante. Em janeiro de 1827, aproveitando-se da ida de Fournier a Maldonado, com um golpe-de-mão apossa-se dos iates em poder dos corsários. (13)

No início de 1827, o comandante das forças estacionadas na fronteira de Jaguarão, Bento Correia da Câmara, oficia ao "Presidente do Governo da Província" comunicando "ter ontem (18-1-1827) entrado neste porto os 6 iates e seus carregamentos que o pirata francês Cezar Fournier havia apresado nas águas da Lagoa Mirim". E junta ao mesmo ofício sete impressos apreendidos, inclusive a Carta de Corso do mesmo corsário, patentes, instruções e passaporte. E diz ter isto ocorrido "por terem sido (as presas) retomadas pelo brioso britânico o Ten. Carlos Leddele, com o auxílio de 24 marujos da mesma Nação". Diz, ainda, que o Ten. Leddele foi submetido a inquérito, cuja transcrição é anexada.

Fica-se sabendo por este inquérito que Leddele estava vivamente insatisfeito com Fournier e os homens de sua confiança; e também como conseguiu apossar-se do controle dos barcos. A transcrição dessa parte do inquérito diz bem do ocorrido, com as palavras do inglês":

"... não querendo seguir este péssimo plano, tramou uma revolução. (Refere-se ao plano de Fournier de armar os iates, fazer presas e saques e retirar-se). Com mais quatorze homens, incluindo dois patrões dos mesmos iates prisioneiros, Thomé Ribeiro dos Santos e Vicente Ferreira dos Santos, únicos de quem ele Charles fazia confidência, depois de passar palavra a estes de sua confidência, fez com que o dito francês Segundo-Comandante fosse chamado de outra embarcação, para ali o agarrarem, o que

se efetuou em muito pouco tempo, levantando-se todos a um tempo com um sinal que ele Charles já tinha urdido em todos os barcos, e dali marchou para este porto de Jaguarão no dia quinze do corrente (janeiro de 1827), deixando ficar em terra o dito comandante e mais oito homens, por ter desconfiança deles, temendo algum levante, e ele Charles não ter gente para poder resistir; esse foi o motivo por que os não trouxe consigo, que o seu destino foi só para entregar a seus donos tudo quanto ali se achava apresado, e buscar ele Charles a sua liberdade."

O ato de recuperação de presas por corsário envolvia questões jurídicas: umas menos intrincadas, outras mais. Por isso o Comandante Correia da Câmara, em seu ofício, diz ao Presidente da Província: "... entregando documento ao Ten. Inglês, a quem fica salvo o direito que julgar ter o competente tribunal na Corte do Império". Em situações como estas, a legislação previa um tribunal especial para corso. E dizia também o ofício: "O Major Comandante desta Freguesia fica na diligência de verificar a entrega daqueles vasos e carregamentos aos seus proprietários, procuradores e correspondentes dos ausentes, por inventário a que assistem 3 negociantes,...". E diz depois: "Ultimada esta diligência, farei seguir os 25 ingleses a apresentarem-se a V.Exa., levando os 2 botes acamado pa. 9 (?) e armamento que suponho pertencer-lhe e que V.Exa. melhor decidirá conforme a lei".

As atividades de corso terão diminuído ou cessado com as negociações de paz, salvo casos excepcionais ocorridos a grandes distâncias, por falta de informações sobre o término da guerra.

NOTAS

1) Os documentos anexados ao ofício do Gal. Bento Correia da Câmara, eram os seguintes:
   1) transcrição do interrogatório do Tenente Charles Leddele; 2) Instruções Reservadas do Presidente da República das P.U.R.P., com as assinaturas Bernar^{no} Rivadavia e J. de la Cruz, e com o compromisso assinado por C. Fournier, de "observar e fazer observar" as instruções; 3) um documento assinado por J. de la Cruz, conferindo a C. Fournier atribuições do cargo; 4) a Patente de Corso de Cezar Fournier, no comando do lanchão Corsário "Veinte y Uno de Septiembre"; 5) "Proclama del Govierno de la Provincia", a seus concidadãos, datado de Canelones, Diciembre 20 de 1826, assinado por Joaquim Soares e Juan Franscisco Giró; 6) documento conferindo a condição de Capitão do "Veinte y Uno de Septiembre", com os direitos reconhecidos próprios e a faculdade de nomear subalternos, datado de Buenos Ayres, "dois de outubro de 1826" e assinado Rivadavia e J. de la Cruz; 7) documento para ser verificada, em vista da patente de corso, a viagem de sua habilitação; 8) uma longa carta de C. Fournier a Carlos Alvear, Chefe do Exército, datada de Maldonado, 11 de Outubro de 1826, tratando da operações militares no porto de Maldonado e fazendo juízos desfavoráveis sobre o Cel. Leonardo Oliveira; 9) ato do Presidente, Bernardino Rivadavia, datado de 2 de outubro de 1826 (de difícil leitura)

2) Quanto à esquadra das Províncias Unidas, "era ela constituída, no começo da guerra, dos brigues Balcarse, Belgrano e La Correntina, e de onze barcas-canhoneiras". (Maia, p.91.) Quanto à esquadra brasileira, vide mesmo autor, ps. 91 a 100.

"La Republica Argentina carecia de una verdadeira escuadra, pues la preparación y fletamiento de la que debia operar en el Pacifico de acuerdo com los planes de San Martin habia insumido todo el material naval, y Buenos Ayres sufria las consecuencias del bloqueo a que la tenia sometida la escuadra brasileña del almirante

Pinto Guedes que, desdobrada en tres poderosas divisiones, contaba com numerosas unidades de guerra". (Ramos Mejia, p.113.)

"Las fuerzas marítimas del enemº constan de 57 buques pr. todos, el nº y Cald. destas fuerzas es supor, à la ntra. en mas de un 400-p- %, sinembargo todo lo vencerá la Constancia de los libres". (Alzogaray, p.5)

3) Entre as freqüentes presenças de corsários argentinos nas costas do Brasil, é interessante uma destas registrada por Rio Branco, em "Efemérides", 17 de maio de 1827:

> "... o corsário argentino "Vencedor de Ituzaingo", fundeado diante da Ilha Grande, mandou a terra 3 lanchas, com marinheiros armados, para saquear a fazenda de Dois Rios. O proprietário, que armara os seus escravos, repeliu o ataque, e tomou uma das lanchas, fazendo 14 prisioneiros. Foi morto um escravo".

4) A distinção entre "pirataria" e "corso" é encontrada em tratados de Direito Internacional Público:
"A pirataria é o fato de um navio que corre os mares por sua própria conta, isto é sem ser a isso autorizado por um governo qualquer, e com o objetivo de cometer atos de pilhagem contra bens, ou atos de violência contra pessoas". (Foignet, p.326.) "... o pirata perdeu portanto a nacionalidade do Estado..." (Ibidem)
" O corso é uma prática de guerra marítima consistindo, da parte de um beligerante, em dar a simples particulares a autorização de armar em guerra navios de comércio, para andar em perseguição aos navios do inimigo". - " O corsário age tanto por patriotismo tanto como com intuito de especulação..." (Foignet, p.626.) E está sujeito à marinha de guerra, nos termos da legislação pertinente.

5) Vide Foignet, ps. 628-630.

6) Os cidadãos do Império, pela Declaração de Guerra do Brasil às P.U.R.P., de 10.12.1825, são convocados à prática do corso: "... Portanto, ordeno que por mar e por terra se lhes façam todas as possíveis hostilidades, autorizando o corso e armamento a que os meus súditos queiram propor-se contra aquela nação, declarando que todas tomadas e presas, qualquer que seja sua quantidade, serão completamente dos apresadores, sem dedução alguma em benefício do tesouro público". (Fragoso, p.150-151.) - Para o conhecimento do texto da declaração de guerra do Brasil, da "exposição fundada" das razões invocadas pelo Brasil e da declaração de guerra das Províncias Unidas, vide Lima e Silva, ps. 189-205 e 207-208. - Para conhecimento dosa motivos da declaração de Guerra, leia-se: Fragoso, ps. 151 a 153. - A declaração de guerra do Brasil e o manifesto justificativo estão transcritos no estudo de Lucas A. Boiteux, Ver. Rer. Marít. Bras., jan.-mar de 1957, ps. 15 a 25.

7) A Lei que regulá a prática do corso, com patente brasileira, é o Alvará referido no texto; e se encontra na coleção de Leis brasileiras para o ano de 1822. - Quanto a minúcias na legislação portuguesa, é exemplo o inciso XXX do Regimento do corso, de 7.12.1796" "Antes de sair algum Navio de Corso, será examinado pelo Governo do Porto de que sair se vai bem preparado de munição e armas...; e levará Capelão, e Cirurgião, por ser uma e outra cousa necessária para remédio das almas, e dos corpos".

8) O Almirante Lucas Boiteux, historiador competente e criterioso, ainda que às vezes não explicite as fontes com precisão, o que não permite o controle das informações, é de opinião de que o plano é anterior e de autoria do comandante das forças das Províncias Unidas: "O comandante-chefe do exército inimigo, cujo plano de

campanha continuava (1827) a ser o esboçado pelo seu antecessor (incapaz, como se mostrava, de engendrar outro mais simples e expedito) tinha em vista fazer-se senhor das águas da lagoa Mirim, trasladar um corpo de tropas para a margem oposta e com ele, articulado aos movimentos do grosso do exército, operar contra a vila do Rio Grande, que seria o trampolim para alcançar Porto Alegre onde seria ditada a paz..." (Ver.M.Br., jan.1958, p.17.)
A respeito da "Esquadrilha corsária de Cezar Fournier, na Lagoa Mirim", os autores Rodriguez e Arguindeguy referem que teria sido autorizada a operar em 3 de fevereiro de 1827. Trata-se seguramente de equivoco. É provável que essa referência tenha confundido a missão na Lagoa Mirim com outra missão atribuída a Fournier. Indiscutivelmente .mais de um mês antes já Fournier operava e havia conseguido presas na área. O tenente Leddele a 18 de janeiro de 1827 chegava ao porto de Jaguarão e entregava os seis iates e seus carregamentos ao comandante brasileiro local. Não é plausível que oficiais e pessoal estrangeiro preparassem lanchões, viajassem lentamente, pelo natureza e modo de transporte, de Maldonado à Lagoa Mirim e lá operassem, sem autorização. Tudo isto deve ter gasto ainda mais tempo além dos trinta dias referidos. E, como argumento irretorquível, tem-se que a "carta de corso", as "instruções reservadas" e outros documentos, entregues a Fournier são datadas de dois de outubro de 1826.

9) No depoimento de Leddele se diz: "depois de chegar a Maldonado (Fournier) fez aprontar dois lanchões, marchou por terra com os ditos lanchões, trinta e sete homens estrangeiros... (e) vieram embarcar no Arroio de Parau e entraram para a Lagoa de Inhumirim...". Ora, o referido Arroio del Parao fica à margem esquerda, portanto ao Norte do Cebolati, quase na foz deste rio. Não temos explicação para o não uso do Cebolati.

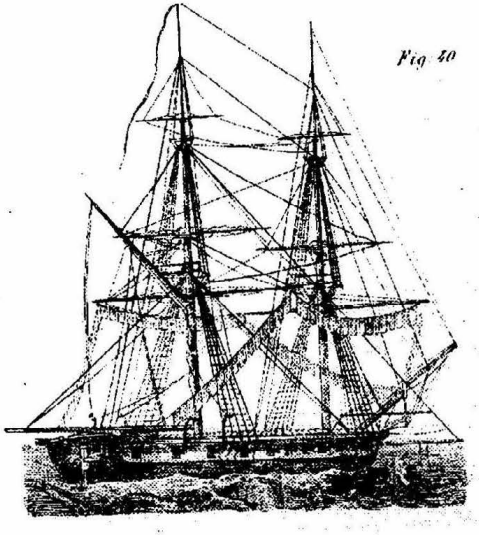
10) Um navegador e conhecedor da área – Décio Vaz Emydio -, em livro sobre a Lagoa Mirim, registra o seguinte: "Vamos subindo rio a pano (rio Cebolati), aproveitando o lestinho que sopra no meio da tarde. Passamos por mais duas ilhas, próximas da margem esquerda, a Isla Mendes e a Isla de Marta, também chamada Isla Larga. A pouco mais de três milhas da foz localiza-se a Isla del Padre, uma enorme ilha coberta por mato, que tem uma área ao redor de 800 há. ... Passamos pelo norte da ilha, mas pode ser contornada pelo sul, num percursos muito mais longo, através do Arrouyo de Lo Sal, onde forma várias ilhotas e um furado chamado Laguna Hermosa. ... O Rio Cebolati possui margens formadas por barrancas com matos altos, enormes saltos e coqueiros que em muitos lugares estão caídos sobre o leito do rio. ... - Um pouco acima da Isla del Padre, na margem esquerda, deságua o Arroyo Parao, no local conhecido por Tres Bocas. ... Explica-se o nome porque corre em campos planos. (Emydio, ps.196-197)
Muito provavelmente a ilha do Padre Roberto é a Ilha del Padre, descrita por Emydio. As características e localização são próprias a um abrigo ou esconderígio utilizado pelos corsários platinos, que infestavam a Lagoa Mirim.

11) Quanto à importância da "fronteira de Jaguarão", Bento Correia da Câmara insiste no ofício de 19 de janeiro de 1827: "Devo voltar (...) a representar a V.Excia. que sendo este ponto o mais rico e opulento das povoações limítrofes à Cisplatina, ficará exposto à discrição do inimigo, por mar e por terra, quando o Exmo. Sr. General em chefe lhe não deixe a necessária guarnição, que na guerra passada, em 1819, não foi menor de 500 homens, além de mais 3 pontos guarnecidos como Chuhy, Bagé e Birapuitan (sic) ao todo 2.300 homens, não compreendo (...) ".

12) A explicação da origem destes últimos ataques corsários na área é dada por conhecido historiador da Marinha:

O Alm. Lucas A. Boiteux, apoiado no historiador uruguaio J. M. Kenny, diz ter sido formada em Buenos Aires "uma comandita com o propósito de explorar o corso nas águas da Lagoa Mirim, para onde pretendiam transbordar o corsário Convención Argentina". O comando seria entregue a um italiano, Victor F. Dandreis, oficial da Armada Argentina. Em vista do conflito com Chentopé (Jeronymo Scurano), que seria seu imediato, esta etapa frustou-se. E Dandreis organiza uma Segunda expedição. Boiteux dir ter a expedição percorrido 180 léguas, partindo de Buenos Aires para chegar às margens da Lagoa Mirim. "Em fins de dezembro (de 1827) já artilhados e guarnecidos com 36 homens, foram os dois lanchões lançados às águas; e, no dia 29, aportavam à xarqueada Dávila passando no dia seguinte a fazer um reconhecimento na direção da barra do Cebolati". (RMB, jan. de 1959, p.13.)

13) Já no Rio de Janeiro, pleiteia Leddele uma recompensa: "O Tenente Charles Leddele, em requerimentos de 31 de maio e de 18 de agosto (1827) pediu um galardão para o seu ato a ser incorporado à Armada Nacional. O Governo encaminhou à Câmara a pretensão do referido oficial. O deputado Lino Coutinho, depois de mostrar o quanto era indecoroso à Nação o aprovar-se e animar-se a traição, ... caso aprovasse o procedimento de Leddele. Termina por oferecer emenda ao parecer que desaprova a ação por desmoralizadora e assentava que tais indivíduos não deveriam ficar a serviço do Brasil e que pelo contrário deviam ser expulsos de nosso território". (Boiteux, R.Ma.Ba., jan. 1958, p.89.)



Brigue. – (t. mar.) – *Brick.* – *Brig.* – Navio de dois mastros com velas redondas e cestos de gávea. Fig. 40.

(Diccionario Maritimo Brazileiro. Barão de Angra. Rio de Janeiro: Tip. e Lit. do Imperial Instituto Artístico, 1877, p.38)

Bibliografia

ALZOGARAY, Alvaro de – Diario de Operaciones de la Escuadra Republicana – Campaña del Brasil (1825-1828) – Montevideo, Tip. De la Marina, 1934. 336 ps.

BARÃO DE ANGRA (org.) – Dicionário Marítimo Brasileiro – R.J., Typ. Imp. Inst. Art., 1877. 287 ps.

BARÃO DO RIO BRANCO – Efemérides Brasileiras – R.J., M.R.Ext., Edição fac-similada, 1946. 734 ps.

BOITEUX, Lucas Alexandre – Nossas Campanhas Navais – A Guerra da Cisplatina (1825-1828) – longo trabalho publicado na Rer. Marítima Brasileira, outº de 1955 a jul. de 1959.

CANDIDO, Salvatore – Giuseppe Gar'baldi – corsário rio-grandense (1837-1838) – P.A., EDIPUCRS, 1992. 160 ps. + anexos.

CARNEIRO, David – História da Guerra Cisplatina – S.P., Ed.Nac., "Brasiliana", 1946. 283 ps.

CURRIER, Theodore S. – Los Cruseros del Rio de la Plata – B.A., Fac.Fil.Letr., 1929. 65 +XVI ps.
Los Cruseros del "General San-Martin"- B.A., Fac.Fil.Letr., 1944. 119+XI ps.

DIAS, Eduardo – Argonautas da Mancha – História de Grandes Exploradores e Corsários Britânicos – Lisboa, Clas.Ed., 1944. 2 vols. 293+275 ps. + ilust.

DUARTE, Miguel Antônio de Oliveira – Torres: "As Termópilas Brasileiras – in Véra Lucia Barroso et alli (org.) – Raízes de Torres, P. A., EST, 1996. Ps.53-68.

EMYDIO, Décio Vaz – Lagoa Mirim – uma paraíso ecológico – Pelotas, ed. Liv. Mundial, 1997. 268 ps.

FOIGNET, René – Droit Internacional Public – Paris, Lib. Rousseau, 1932. 732 ps.

FRAGOSO, Tasso – A Batalha do Passo do Rosário – R.J., Impr. Nac., 1922. 387 ps.

FRANCHI, Anna – Storia della pirataria nel mondo – Milano, 1957. 2 vols.

GOSSE, Philip – Histoire de la Piratarie – Paris, Payot, 1933.

KARRAKER, Cyrus Harrold – Piracy was a business – 1953.

LIMA E SILVA, Luiz Manoel de – Guerra com as Províncias Unidas do Rio da Prata – R.J. , Bibl. Exérc., 1956. 370 ps.

LORETO, Aliotar – Capítulos de História Militar do Brasil – R.J., Bibl. Mil., 1946. 189+29 ps.

MAIA, Padro – A marinha de guerra do Brasil na Colônia e no Império – Rio, J. Olimpio, 1965. 340 ps.

RAMOS MEJIA, Hector G. – Historia de la Nación Argentina – B.A., Ed. Ayacucho, 1945. 2 tomos, 432+470 ps.

MINISTÉRIO DA MARINHA – Subsídios para a História Marítima do Brasil – R.J., 1942. V.IV, 251 ps.

RODRIGUEZ, Horacio – Pablo E. Arguindeguy – El Corso Rioplatense – Buenos Aires, Instituto Browniano, 1996. 566 ps.

TESTEMUNHA OCULAR – Contribuição para a História da Guerra entre o Brasil e Buenos Aires – R.J., Bibl.Mil., trad de Bertholdo Klinger e notas de Paula Cidade, 1938. 318 ps.

Periódicos

Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul – Porto Alegre – divs. Ns.

Revista Marítima Brasileira – R.J., Ministério da Marinha, especialmente ns. com o trabalho do Contra-Almirante Lucas Alexendre Boiteux.

D O C U M E N T O S

Doc. 1 – Carta do Marechal Bento Correa da Câmara
Doc. 2 – Interrogatório do Ten. Charles Leddele
Doc. 3 – Carta de Cezar Fournier a Alvear
Doc. 4 – Carta de Corso de Fournier
Doc. 5 – Instruções reservadas a Fournier
Doc. 6 – Compromisso de Fournier de cumprir e fazer cumprir
Doc. 7 – Proclamação do Governo Uruguaio
Doc. 8 – Final da carta de Fournier
Doc. 9 – Final do inquérito do Tenente Leddele, com sua assinatura e concordância



Carta da zona leste dos Estados do Rio Grande e Oriental
Escala 1:1.000.000 – Detalhe – Reduzido – Acervo AHRS s/data

Doc. 1

Ilmo. e Exmo. Senhor

Com inteiro prazer apresso-me participar a V.Exa. ter ontem entrado neste porto os 6 iates e seus carregamento que o pirata francês Cezar Fournier havia apresado nas águas da Lagoa Mirim, por ter sido retomado pelo brioso britânico o Ten. Carlos Leddele, com o auxílio de 24 marujos da mesma Nação, cujas ocorrências e plano do inimigo consta do interrogatório incluso que mandei proceder para ser presente a V. Exa. e ao Governo Militar da Provª. Junto igualmente os 7 impressos contendo (?) a Carta de Corso do pirata Fournier, patentes para (...), instruções e passaportes.

O destacamento mandado por mar e por terra, destinado a retomar as presas não teve tempo de o praticar; este já se apresentou. Aquele não (...) O Sr. Major Comandante deste Freguesia fica na diligência de verificar a entrega daqueles vasos e carregamentos aos seus proprietários, procuradores ou correspondentes dos ausentes, por inventário a que assistem 3 negociantes, entregando documento ao ten. Inglês, a quem fica salvo o direito que julgar ter o competente tribunal na Corte do Império. Ultimada esta diligência, farei seguir os 25 ingleses a apresentarem-se a V.Exa., levando os 2 botes acamados para 9 e armamento que suponho pertencer-lhes e que V.Exa. melhor decidirá conforme a lei. Devo voltar (...) representar a V.Exa. que sendo este ponto o mais rico e opulento das povoações limítrofes à Cisplatina, ficará exposto à disquisição do inimigo, por mar e por terra, quando o Exmo. Sr. General em Chefe lhe não deixe a necessária guarnição, que na guerra passada, em 1819, não foi menor de 500 homens, além de mais 3 pontos guarnecidos como Chuhy, Bagé e Birapitam (sic) ao todo 2.300 homens, não (...). Pelas notícias que acabo de receber consta que o inimigo com a maior força marcha a procurar o nosso Exército, e que Ignácio Oribe com 600 homens sobe pelas águas do Rio negro, procurando a 6ª Brigada que deve ter muito maior força, o inimigo levantou o sítio de Montevideo, unindo aquela força ao seu Exército, praticando o mesmo com as mesmas que tinha vencido.

Deus guarde V.Exa.

Jagᵃᵒ, 19 de Janº de 1827;

Ilmo. e Exmo. Sr. Salvador J (osé) Maciel
Presidente do Governo da Província

(ass.) Bento Corrª da Câmara

(Há um PS ilegível)

Doc. 2

Interrogatório que mandou proceder o Exmo. Marechal Comandante da Fronteira do Rio Grande ao inglês Charles Leddele, a que assistiu como interrogante o Tenente de Cavalaria de 1ª Linha nº 4, Zeferino Domingues de Oliveira e eu Simão de Brum de Oliveira, 1º Sargento nomeado para o escrever.

Sendo perguntado ao referido inglês como se chamava, donde era natural, que cidade e estado tinha, de quem filho, respondeu que chamava-se Charles Leddele, natural de Londres, idade vinte e oito anos, solteiro, filho do falecido Coronel Thomas Leddele.

Sendo-lhe mais perguntado se tinha alguma graduação, de que nação vassalo, a quem servia presentemente, como viera de sua terra, há quantos anos, e presentemente da onde e de que sítio vinha, há quantos dias saíra, que embarcações eram as que conduzira a este porto, quantas eram, por quem apresadas, o que traziam nelas, quem era o comandante das presas, de que nação, como se chamava, que número de gente, de que nação, que qualidade de armamento, como se separara ele Charles de seu comandante, para onde teria ele ido, quais serão os seus planos, o que pretende ele fazer na Lagoa Inhumirim, = = respondeu que ele, Charles Leddele, tinha graduação de Tenente, (...) de Londres, que de lá saíra há seis anos e meio, em uma fragata baleeira, da qual ele Charles era o segundo comandante e aportara no porto de Boenosaires (sic), a seus negócios particulares, e como ali aportasse, e principiasse a este tempo a revolução, o prenderam. Por desconfiança o tiveram preso por quatorze meses em Buenos Aires, e dali o passara para o bordo da corveta do Brown, Comandante em chefe da esquadra inimiga, onde o conservaram mais de cinco meses preso mais ou menos, e que apanhando uma enfermidade o mandaram para um hospital em Boenosaires (sic) e depois de ficar bom, o fizeram embarcar com um francês, em uma escuna, cuja foi encontrada por quatro barcos de guerra da Esquadra Imperial, e foi apresada em um porto, fundiado ao pé da Colônia sete léguas mais ou menos, escapando de serem prisioneiros toda a tripulação da referida escuna, por se acharem em terra, porém como houvesse uma grande tempestade foi desamparada a dita escuna pelos portugueses que já a tinham presa, ficando no mesmo lugar fundiada, a qual foi retomada pelo dito comandante francês, com uma peça de vinte e quatro que já os portugueses a tinham passado para seu bordo, cuja peça o dito francês a fez desembarcar para terra mandou pegar fogo na escuna, marchou a apresentar-se na vila de Caneloins ao General da Pátria, a quem vendeu a referida peça por mil e quinhentos pesos, e dali marchou por terra para Maldonado, depois de fazer suas combinações com o General da Pátria, e depois de chegar a Maldonado fez aprontar dois lanchões e marchou por terra com os ditos lanchões e trinta e sete homens estrangeiros e uma peça de rodijo (sic) de calibre oito, mais armamentos como clavinas, pistolas, espadas, lanças, pólvora e bala, cujos armamentos e lanchões mais preparativos, vieram embarcar no Arroio de Paráu e entraram para a Lagoa de Inhumirim, deixando o dito comandante francês na Ilha do Padre Roberto como depositário das presas que fizessem, e ele Charles, e há poucos dias chegara o referido comandante com seis iates apresados, cinco carredos (sic) de vários efeitos, e dois contos de réis em dinheiro, e um vazio e toda a tripulação prisioneira, à exceção de um patrão e seu camarada, que tinham morto; dali do Arroio de Paráu marchou para Maldonado, a mandar vir carretas para conduzir o saque. Igualmente iam buscar para aquele sítio uma peça de vinte e quatro e mais armamentos e gente e perparativos (sic) para armarem os ditos iates em guerra, e que o seu plano era quando se reunisse o exército Imperial e entrassem para a Província Cisplatina,

aproveitava ele Francês de ir a Porto Alegre, São Francisco de Paula, e antes de irem a esses dois pontos, virem à Freguesia de Jaguarão e saquearem tudo quanto encontrassem, e na volta que fizessem da cidade de Porto Alegre, saquearem a vila do Rio Grande e do Norte, e ali neste porto agarrarem um barco grande, correr-lhe artilharias e passar todo o saque para a dita embarcação, e saírem pela Barra do Rio Grande, e dali para o Norte da América, porém acontece que marchando o dito francês para Maldonado, deixou encarregado das referidas presas (...) ao seu Segundo, que também era francês, e ele Charles, não querendo seguir este péssimo plano, tramou uma revolução. Com mais quatorze homens, incluindo dois patrões dos mesmos iates prisioneiros, Thomé Ribeiro dos Santos e Vicente Ferreira dos Santos, únicos de que ele Charles fazia confidência, depois de passar palavra a estes de sua confidência, fez com que o dito francês Segundo Com^{te}. Fosse chamado de outra embarcação, para ali o agarrarem, o que se efetuou em muito pouco tempo, levantando-se todos a um tempo com um sinal que ele Charles já tinha urdido em todos os barcos, e dali marchou para este porto de Jaguarão no dia quinze do corrente, deixando ficar em terra o dito comandante e mais oito homens, por ter desconfiança deles, temendo algum levante, e ele Charles não ter gente para poder resistir; esse foi o motivo por que os não trouxe consigo, que o seu destino foi tão só para entregar a seus donos tudo quanto ali se achava apresado, e buscar ele Charles a sua liberdade. Sendo-lhe mais perguntado se sabia de alguma novidade da campanha, que opinião fazia o inimigo do nosso Exército, e que número supunha montar este, e que número o do inimigo, se este se achava bem fardado, armado e pago, se haveria descontentamento entre suas tropas, respondeu que ouvira dizer pelo dito francês que montava o exército inimigo a nove mil homens, e que todos os meses eram pagos, com dinheiro de papel, muito mal fardados, armados de clavina e espada tão somente, e que ouvira dizer pelo mesmo francês, que havia no exército inimigo vinte e quatro peças montadas e grande porção de carretilhas prontas de sobressalente, e que pretendiam entrar pela Fronteira do Rio Grande em três divisões; pelo que respeita ao exército Imperial, ouvira dizer que haveriam onze mil homens, porém que contam certa a vitória. Disse mais que o referido francês ainda (...) em Maldonado quatro lanchões prontos, e na vila de Caneloins dois, cujos foram preparados por ordem de Labalhegas, quem prometeu ao referido francês grande soma de dinheiro para acompanhar em serviço da Pátria, porém não quis aceitar o partido, dizendo que pretendia tirar mais lucro nesta lagoa de Inhumirim, roubando as Freguesias e estâncias estabelecidas sobre a costa da referida lagoa; diz mais, ele Charles que devem ter todo o cuidado em precaver os planos do referido francês, pois é muito capaz de incomodar toda a província, segundo seu valor e conhecimento, pois tem feito ele mesmo o mapa da referida Lagoa de Inhumirim; nada mais disse.

Sendo-lhe lido o seu depoimento, disse estar conforme ao que tinha dito, e se assinava com o Tenente interrogante, e eu Simão de Brum da Silveira, 1° Sargento do 4° Regimento de Cavalaria de 1ª Linha que o escrevi. Freguesia de Jaguarão, 19 de janeiro de 1827.

(ass.) Simão de Brum da Silveira
1° Sargento

Charles Leddele
Zeferino Domingues de Oliveira
Tenente servindo de interrogante.

Doc. 3

De Operad. de la Republica

Exº Sr. Gal. En Chefe del Ejᵗᵒ.

Dn. Carlos Alviar.

Exmo. Soᵒʳ: el dia siete del que luce fueran prontas todas mis embarcaciones y sobre las carretas, cujas me ganen tres ps por dia cada una? y el Sr. Cᵉˡ Dⁿ Leonardo Olivera no parece: este hombre qᵉ un clamor general se hace sentir en todo este de partamᵗᵒ pʳ su dispotismo; este hombre qe. A medida de sus deseos transgiversa todas las ordenes de los superiores; este hombre di go; qᵉ á tantos defectos, no tiene siquiera el merito de ser apto para la guerra. (E) mira con menos precio una empresa como qᵉ puede contribuir à la feleicidad de su Patria y exterminio de los enemigos: qᵉ mas motivos Exmo. Snr pª bolar y contribuir á una empresa de esa naturaleza pº está visto qᵉ nada se debe aguardar de una clase de sujeitos com él; qᵉ pª mi desgracia conoci y tube la debilidad (de) consultar mi plano, al qᵉ com alagueñas esperanzas me prometió todo auxilio y le atenderia siempre qᵉ pudiera A V.E. outra fuerza qᵉ mandava. Confiado qᵉ trataba com um guerrero y qᵉ sabria aprovecharse de una ocasion qᵉ podia darle merito ante la Patria y los hombres? de cujo tanta necessidad tiene ... me deje arastrar y este fue el motivo pʳ qᵉ no pedi A V.E. ciento y cinquenta hombres qᵉ me quisieran acompañar, y hoy poner á vuestra disposicion una inmensidad de petrechos de guerra, en birtu de haber descargado estos dias, dos buques mercantes qᵉ aun estan fundeados en el puerto.

Si ubiera podiso prever lo sucedido, le aseguro A V.Ex. qᵉ un Bergⁿ de guerra qᵉ aun esta fundeado, pʳ algo afuera, seria de mi pertenencia ó una muerte gloriosa ubiera terminado mi existencia – Enfin Exmo. Sr. Todo se puede aun remediar, si V. Exa. Me quiere remetir 158 hombres de infanteria y en posta (?), estoy certo del buen resultado de la empresa pª ser contra Portugueses qᵉ boy á pelear. En el caso contrario estoy resuelto (a) aguardar la llegada del Lugre, abordalo, bencer ó morir! y si la victoria corona mi empresa, salir al corso y entonces no podre tener el honor (de) acompañar A.V.E. conforme habiamos acordado.

Dos piesˢ (peças) de 24 estan prontas pª repelir el enemigo, en caso de efetuarse la empresa. pʳ (?) la polvora qᵉ se digno V.Exa. mandar, no se me quizo entregar pʳ asi haberlo ordenado Dⁿ Leonardo Olivera pʳ cuyo motivo le ruego se digne V.Exa. remitirme una ordem pª qᵉ se me haga la entriega. como igualmente me cambie esse un mil pˢ (pesos) pʳ Billetes menudos pª sobre benir á los gastos inmensos qᵉ tengo y la impossibilidad de poder cambiar estos dos qᵉ remito.

Dignese V.Exa. considerarme com todo respecto lo mas atento y Segʳᵒ Servidʳ.

Q. S. M. B.

C. Fournier

Maldonado 11 dicᵇʳᵉ 1826.

Doc. 4 – Carta de Corso de Fournier



EL PRESIDENTE

DE LA

REPUBLICA DE LAS PROVINCIAS UNIDAS

DEL

RIO DE LA PLATA.

(Reprodução do original reduzida)

Doc. 5

INSTRUCCIONES RESERVADAS *que confiere el Presidente de la República de las Provincias Unidas del Rio de la Plata á D. Pedro Fournier ... como Armador de [illegible] Corsario nombrado [illegible] para hacer el Corso contra el Imperio del Brasil.*

ARCHIVO PUBLICO NACIONAL

1. Todo buque brasilero Mercante, Corsario, ó de [illegible] será considerado como enemigo de esta República, por lo tanto podrá hostilizarlo, apresarlo, ó incendiarlo si fuese posible á menos que conduzcan á su bordo alguna persona de rango con caracter público del Gobierno del Brasil en cuyo caso lo permitirá libremente su viage.

2. Si se trabase algun combate se tremolará el Pabellon Nacional de la República, Blanco y Celeste con un Sol en el centro.

3. Deberá remitir diario exacto de sus operaciones siempre que hubiere proporcion, al menos mensualmente, con las noticias que adquiera sobre el estado del enemigo, y cualquiera otras que interesen llegar al conocimiento del Gobierno de la República.

4. Si tuviere noticia que se dirige á estos puertos alguna expedicion militar, dedicará su primera y principal atencion en seguir sus aguas con el objeto de cortar transportes, apresar, incendiar ó destruir cuantas embarcaciones le fuere posible del comboy enemigo, consagrando este servicio como el mas interesante á la República á cuyo efecto se le recomienda la atencion de los articulos 11, 12, 13, y 14 de la Ordenanza de Corso de 15 de Mayo de 1817.

5. Si la escuadra brasilera llegare á bloquear algun puerto del territorio de la República procurará hostilizarla cuanto le permitan sus fuerzas, sin comprometer el Pabellon Nacional, con los demas Corsarios segun los medios permitidos por el derecho de guerra y represalias generales.

6. Considerará en estado de bloqueo todo puerto perteneciente al Imperio del Brasil; por consiguiente, los comestibles de cualquiera especie que se conduzcan á ellos son géneros prohibidos, de los que previene la citada Ordenanza.

7. Procurará siempre adquirir noticias ciertas del estado de las Provincias pertenecientes al Imperio, las ideas y opiniones que en ellas hayan, el disgusto á su Gobierno, los sugetos de juicio y caracter que se junguen en ellas disgustados, cuyas exposiciones insertará en un cuaderno reservado el que remitirá á este Ministerio de Guerra y Marina en primera oportunidad.

8. Como debe considerarse principal objeto del Corso del enunciado buque Corsario, y de los demas de esta clase cruzar sobre los puertos donde se hallaren buques brasileros; toda vez que estuviere á la boca de alguno de ellos redoblará su vigilancia haciendo las preguntas correspondientes á los buques neutrales que entraren ó salieren de ellos con el decoro y circunspeccion propias de un Oficial de la Marina de esta República, sin cometer la menor estorsion ni violar ninguna de las leyes establecidas entre las Naciones cultas, consultando en cualesquiera duda á la citada Ordenanza para que no se dé motivo de queja fundada por imprudencia del Comandante.

9. Estonces si fuere posible averiguará valiéndose de los mismos buques para con alguna persona de confianza en el territorio del Brasil, averiguará su estado politico, fuerzas de mar y tierra, y los proyectos que mas se generalicen ó descubran contra esta República.

10. Por este ó otro arbitrio procurará sacar los papeles públicos, enviándolos en primera oportunidad á este Ministerio

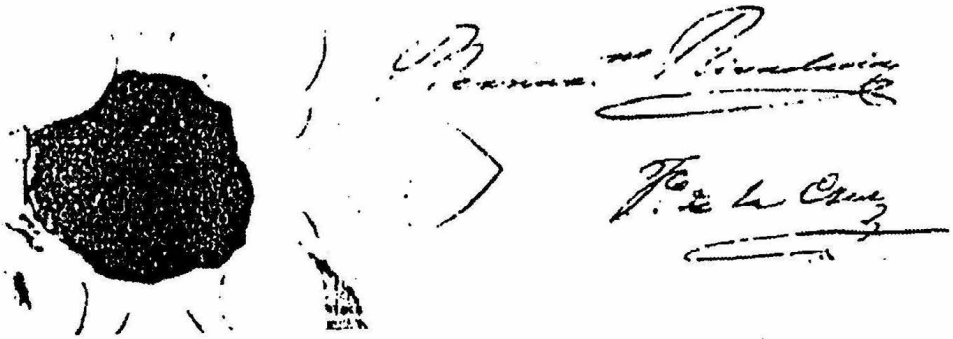
11. El Oficial primer Comandante queda severamente responsable ante la República de la disciplina de sus subalternos en cualquier rango, del orden y economía interior del buque, del buen comportamiento con los prisioneros segun sus clases, y de la generosa acogida á los extrangeros ó subditos del Brasil que quieran emigrar al territorio de estas Provincias.

12. Siempre que en cualquiera altura encuentre algun buque neutral ó amigo que se dirija á puerto de America, le entregará una copia del diario y demas noticias que se le hayan remitido en estas instrucciones, recomendando á su Capitan que á la llegada á su destino les dé pronta y segura direccion.

13. Se recomienda del modo mas terminante á la prudencia y honor del Comandante y Oficiales del expresado buque Corsario el mayor pulso y delicadeza en el lleno de estas instrucciones, la mejor armonía con los bajeles de los poderes amigos ó neutrales y cuanto sea conforme al derecho de guerra; sin perjuicio de las represalias, dejando siempre en opinion honrosa y decorosa al Gobierno de la República á cuyo fin se le encarga la puntual observancia de cuanto se previene en la Ordenanza de Corso que se le acompaña á que queda ligado en los términos que con esta fecha se ha pactado solemnemente con dicho Armador, segun se registra en el despacho General de Marina de este Apostadero.

14. Como el sistema del Gabinete del Brasil en la presente guerra ni ha respetado ni respeta las propiedades de los súbditos de esta República, todas las de individuos de aquella Nacion que se hallen á bordo de buques amigos ó neutrales mercantes, serán y deberán reputarse buena presa, prévia la mas detenida justificacion, á cuyo fin será extraida, franqueándosele por el apresador al Capitan Comandante del buque conductor, los documentos correspondientes expresivos de las especies y cantidades tomadas por dicho razon, siendo de la obligacion del apresador transcribir á su diario esta ocurrencia, y dar cuenta al Gobierno ó á sus Cónsules donde los haya.—

Buenos Ayres á [illegible] de [illegible] de 1826



Doc. 6

Me constituyo responsable en observar y hacer observar las antecedentes instrucciones.—Buenos Ayres á Nov. de Octubre de 1826.

C. Fournier

Sellándose con las Armas del Estado anótese donde corresponda.—Buenos Ayres á Nov. de Octubre de 1826.

Cruz

Doc. 7 – Proclamação do Governo Uruguaio

NACIONAL

Doc. 7

PROCLAMA

DEL

GOBIERNO DE LA PROVINCIA.

Habitantes de la banda oriental.

El egército de la República, á cuyo esfuerzo ha librado la Patria su honór y su salvacion, marcha ya al territorio enemigo para no volver á pisar el suelo patrio, sin dejar antes asegurada su independencia, y garantido con su sangre el reposo, y la libertad de nuestros venideros. El eco de este sagrado juramento, que han pronunciado á una voz los vencedores en cien batallas en la guerra de la independencia, y los heroes del Rincón, y del Sarandi, ha aturdido al usurpador en su mismo trono, y lo ha arrancado de su solio para venir á inflamar con su presencia el animo expirante de sus soldados. La hora del combate vá ya á sonar, y el vá á decidir de la vida de la República con la ruina del tirano, ó de nuestra esclavitud eterna con su triunfo.

Orientales! Vosotros que rompistéis los primeros la cadena ignominiosa, que nos ataba á los piés del déspota del Brasil, que fuistéis siempre los hijos predilectos de la Patria, y sois hoy los mas interesados en el estito de la presente lucha, preparaos todos, los que no teneis la gloria de marchar en las filas del egército, á segundar sus magnanimos esfuerzos. Tomad la actitud guerréra, que os conviene, reuniendoos todos en masa á la voz del gobierno, do quier que se presenten los siervos del despotismo; dad la ultima prueba de vuestro ardoroso patriotismo con el terrible desengaño de los que osaban lisongearse de vuestra *voluntaria incorporacion* al yugo imperial.

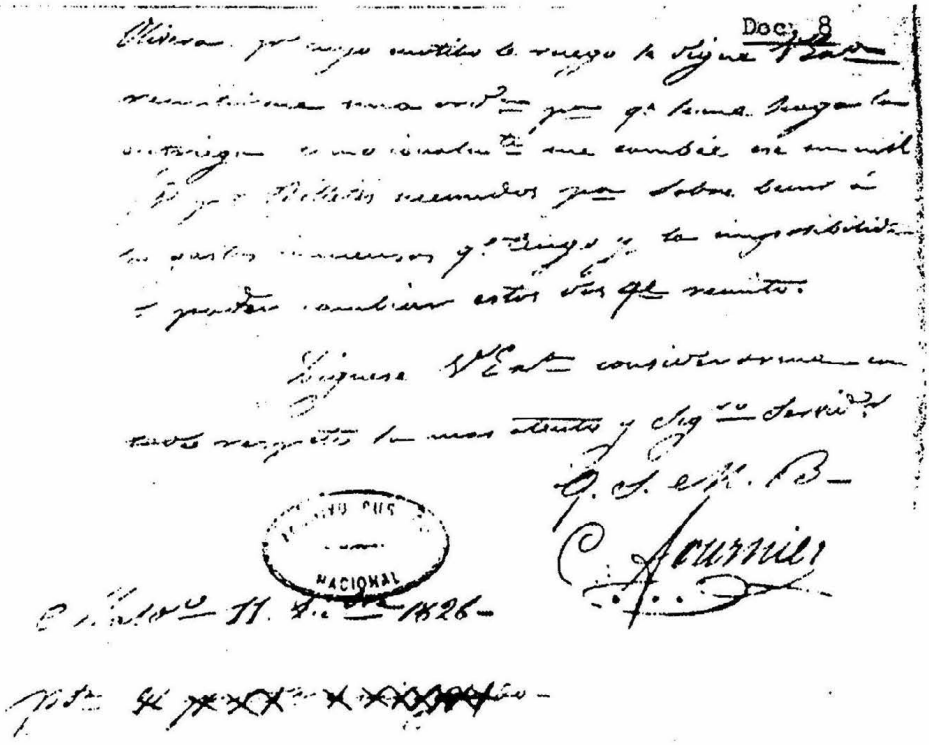
Conciudadanos. El gobierno que tiene la honra de presidiros, os protesta llenar vuestros votos por la suspirada libertad hasta la terminacion de una empresa, en que está cifrada la existencia, el honór y la prosperidad de la provincia y de la República entera. El exito depende en gran parte de vuestra cooperacion, y esta debe ser digna de vosotros y de los solemnes compromisos, que hemos contraido en la larga carrera de la independencia. Anteponed á todo interés el de la salvacion publica; prescindid de todo lo que no diga relacion con el odio á nuestros enemigos, persecucion á sus agentes, exterminio á la anarquia, y gratitud eterna á los guerreros de la República. Sus virtudes, su ardor marcial, la conciencia de la justicia de la causa, todo en fin lo que constituye un egército fuerte, casi invencible, presagia el triunfo. El dia está cercano, y entonces, ¿Quien no se atragantará de haber sido frio espectador de los sucesos? ¿Quien no querrá tener derecho á decir VIVA LA PATRIA?

Joaquin Suarez.

Juan Francisco Giró.

Canelones } 20 de 1825.
Diciembre }

Doc. 8



Doc. 9 – Final do inquérito do Tenente Leddele, com sua assinatura e concordância

Doc. 9

Francais, pois hé ao Capitão de Cavalaria dar toda a providencia, e q.do elle Valor e Conhecimento pois tem feito alle mesmo com aqua da referida Lagoa de Jor hu mirim – nada mais Disse

E sendo lhe Lido o Seu de juramento disse estar conforme ao que tinha dito, e ser Verdade como o Tenente Juiz mesmo o escreveo, e lhe Leo e assinou o Brum da Silva Sargento do 2.º Regimento de Cavalaria de Linha que o Escrevi Fragoezia de Jagoarão 13 de Janeiro de 1827

Simão da Cunha de Vasconcellos
Sargento

Charles Leddele

Victorino Domingues de Mira
Juiz de Direito de Jaguarão

Independência ou Morte– uma nova visão

Francisco Riopardense de Macedo

Na comunidade dos cientistas talvez seja o historiador quem mais padece da necessidade de consultar a iconografia, consulta sem dúvida responsável por bom número de alegrias dos estudiosos, mas perigosa, no sentido de oferecer as mais fantasiosas informações. Este tipo de consulta que cresce à medida que aumenta o número dos veículos de comunicação preocupa mais a cada dia.

Não seria, pois, zelo demasiado advertir aos que divulgam aspectos da ciência em veículos de natureza popular, sobre alguns cuidados necessários. Encontramos atualmente em periódicos diários notícias evocando centenários, sesqüicentenários e bicentenários de agradável feição que, felizmente , despertam a atenção do leitor para a história mas que, infelizmente, arrostam experiências e anedotas de variado tipo, que fazem rir, destroem ou banalizam a experiência social.

Preocupa-nos, às vezes, que um evento como a Independência do Brasil esteja até hoje marcada por anedotas e gracejos de mau gosto e chegamos a desanimar quando nos colocam em programas ditos culturais a repetição delas ao vivo e a cores, como se esta fosse a maneira de apreciar mais ou memorizar mais facilmente. Não que se pretenda dourar àqueles eventos ridicularizados há vários anos, mas, pelo contrário, o que entendemos necessário é pôr a graçola de lado e despir nossa historiografia deste carnaval.

Um dia a despiremos para ler claramente o processo de nossa formação. Neste sentido qualquer detalhe que se publique é uma contribuição, mesmo que contrária à história oficial.

O processo da independência

O longo processo da independência, que podemos hoje avaliar em torno de duas décadas não foi fácil, nem de entendimento tão tranqüilo. Colônia que era e havia recebido o soberano, vai pouco a pouco assumindo soberanias em função desta estranha hospedagem até que, privado da coroa, torna-se um império que mal se equilibrava sob a pressão das cortes portuguesas.

A relação entre a coroa luzitana e a ex-colônia se deteriorava, realmente, a partir da revolução do Porto (1820) que logo inicia a luta pela volta da família real. Distante há tanto tempo gastava o que podia e o que não podia no gostoso paraíso da nova luzitânia. Voltaram, afinal, em 1821 deixando D. Pedro de Alcântara como príncipe regente e logo os decretos das cortes de números 124 e 125 mandam que ele também se recolhesse. De modo algum esta volta estava nos planos do jovem e agitado filho de D. João VI. Eram muitas as aventuras aqui para abandoná-las, era duríssima a vida de herdeiro na Europa para enfrentá-la. Por outro lado, o brasileiro temia a ausência do "protetor" que os tornaria presa fácil dos restauradores, fazendo perigar o vacilante reino unido.

Dentro da luta pela permanência organizaram várias homenagens a D. Pedro, incluindo titulações no sentido de colocá-lo como indispensável presença na ex-colônia, entre elas pode-se alinhar:

9 de janeiro de 1822 - dia do *Fico*
3 de abril – solene recepção em São João del Rei
13 de maio – recebe o título de *Defensor Perpétuo do Brasil*
3 de junho – criação dos Procuradores Gerais das Províncias
22 de junho – título de Arconte-Rei da Maçonaria
1º de agosto – proíbe o recebimento de navios portugueses

2 de agosto – entrada na Maçonaria
6 de agosto – "proclama à face do Universo a nossa independência"

De todas estas homenagens e titulações as de 1º e 6 de agosto são as mais importantes porque já representam uma vontade de emancipação; o primeiro é a "declaração de guerra bárbara por todos os meios e recursos contra o desembarque de forças militares portuguesas consideradas intoleráveis no Brasil", e o segundo é o manifesto às nações amigas, relatando os fatos que o levaram a declarar "à face do Universo a independência política do país"[5]; uma é a declaração, o outro, a comunicação.

Constatamos, assim, que apesar das declarações de 1º e 6 de agosto, D. Pedro considerava o 12 de outubro como o de independência e só alteraria sua posição para o 7 de setembro um ano depois, atendendo pedido de um deputado paulista.

Às Margens Plácidas

No mês seguinte, em meio a uma viagem que se poderia classificar de rotineira, D. Pedro recebeu outros documentos insistindo no seu retorno e reduzindo-lhe, ainda mais, a autoridade como príncipe regente. No trajeto entre Santos e São Paulo encontra o correio da Corte – Paulo Bregaro e o major Antônio Ramos Cordeiro – e deles recebe a correspondência vinda da Europa com observações de Dona Leopoldina e de José Bonifácio. "D. Pedroi reune sua comitiva para dizer que as Cortes desejavam escravizar o Brasil e que com isto o Brasil se separava de Portugal. Aos vivas dados à Independência o príncipe respondeu com a frase *Independência ou morte!* "[6]. Na verdade o clima não era dos mais tranqüilos. Essa legenda que antes era, apenas, o nome de uma loja maçônica, passou a significar uma posição; logo depois em uma apresentação teatral D. Pedro a usou no braço esquerdo e mais alguns dias um decreto referendado por José Bonifácio determinava que a usassem os portugueses que quisessem seguir a causa popular. [7]

No entanto, apesar da divulgação da legenda que, na verdade era um chamamento, uma convocação para a resistência, o encontro com Bregaro, às margens do arroio Ipiranga, foi logo esquecido, não houve referência oficial ao sete de setembro até o final daquele ano: os grandes papéis não o mencionam.

Quando se tratou de obter o reconhecimento da independência junto ao governo dos Estados Unidos o nosso representante diplomático, José Silvestre Rebelo, apresentava ao presidente James Monroe, por intermédio de seu secretário de Estado, James Quincy Adams, longo documento que era uma narrativa dos atos principais da História do Brasil. Ali iam transcritos o manifesto de 6 de agosto e as cerimônias da "aclamação" de 12 de outubro, sem a mínima referência ao 7 de setembro. Para o príncipe a data da independência era o 12 de outubro (aclamação). Também na abertura da "Coletânea das Leis" dizia que aquela era a data da Independência do Brasil, repetindo isto no manifesto de 21 de outubro e no decreto de 10 de dezembro quando diz que "nos diplomas que deveria assinar, deveria vir o número dos anos que havia decorrido desde a gloriosa época da Independência do Brasil a qual deverá contar-se desde o memorável dia 12 de outubro. [8]

---

[5] MAIA, João. A Independência. *in* Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. 1922, IV trimestre, p. 94.
[6] História do Brasil. Bloch Editora. 1972. Vol. , p. 288 col II.
[7] ARMITAGE, João. História do Brasil. 6ª edição, 1977, p. 61.
[8] ALMEIDA, Antônio da Rocha. Dicionário de História do Brasil. Editora Globo. Porto Alegre, 1969, p. 216.

A origem do "Grito"

Mas se a D. Pedro e seus contemporâneos a data preferida era o 6 de agosto e o 12 de outubro, a ponto de as elegerem para figurar nos documentos mais importantes de natureza diplomática inclusive; como se explica a mudança? Qual foi o caminho que levou à consagração do 7 de setembro? Para narrar as ocorrências à margem do arroio Ipiranga usamos acima a linguagem do autor da primeira história que as inclui, assinada pelo comerciante inglês João Armitage, que viveu aquela época e, embora a valorize na seqüência, não se exaltou em detalhes que nas circunstâncias são um tanto teatrais para uma comitiva cansada de viagem, magoada pelas novidades. Então, novamente, inquirimos: Por quê?

Na verdade a montagem das ocorrências do 7 de setembro começa desde o momento em que o governo da Província de São Paulo, em 29 de janeiro de 1823, pede licença para "erigir no lugar denominado Ipiranga um monumento que fizesse memorável o 7 de setembro em que foi por Sua Majestade Imperial proclamada a Independência deste Império". A anuência a esta solicitação, pela portaria de 20 de fevereiro de 1823, é o início da mudança. Em 5 de setembro de 1823 o deputado Pedro da Costa Barros apresenta indicação na Assembléia para que o dia 7 daquele mês fosse festa nacional "por ser o primeiro em que SMI deu o primeiro grito de Independência do Brasil na Província de São Paulo"[9]. Veja-se: embora frisem que foi em São Paulo, a solicitação era para ser festa nacional.

Assim, em 1825, quando D. Pedro contrata José da Silva Lisboa para escrever a "História dos Sucessos do Brasil desde 1821" e para isto pede a colaboração das províncias, especialmente, das Câmaras mais importantes[10], a data já estava consagrada e o Hino Nacional já cantaria "um grito heróico um brado retumbante!".

Acreditamos que estes acontecimentos merecem divulgação, especialmente na área dos jovens estudantes de História porque é um bom e bonito exemplo de como podem fatos importantes serem alterados no andamento das preferências ocasionais e, como conseqüência, na fixação de efemérides.

No caso da independência outro fato merece menção

Pedro Américo

Jovem, nesta época com vinte anos de idade, Pedro Américo de Figueiredo e Melo, nascido na Paraíba, no município de Areias, desde cedo se dedicara ao desenho e pintura, tendo já, aos onze anos de idade, trabalhado como desenhista na expedição científica do naturalista francês Louis Jacques Brunet, que percorreu o sertão de várias províncias do norte. Era, à época, necessário aos organizadores destas expedições levarem um desenhista para a documentação da flora e da fauna da região que percorriam. Pedro Américo fez isto por quase um ano no interior do agreste de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará e Piauí. De volta, entra na Imperial Academia de Belas Artes (1854), então dirigida por Manuel de Araújo Porto Alegre, Visconde de Santo Ângelo, filho do Rio Grande do Sul (Rio Pardo), que estava aplicado na organização daquela instituição e, de um modo particular, na remodelação do próprio ensino de Belas Artes.

Viveu aqueles anos de renovação da Academia, casou com a filha do diretor em 1869, fez várias viagens de estudo, freqüentou a Escola de Belas Artes de Paris, passando algum tempo na França.

---

[9] Idem, idem.

[10] Correspondência Passiva da Câmara de Vereadores de Porto Alegre, vol. 2, março a maio de 1825.

De volta ao Brasil, assume sua cadeira de professor na Academia (1885) e, em janeiro de 1886, assina contrato com o governo paulista para executar, no prazo de três anos, um quando comemorativo da Proclamação da Independência. Volta para a França onde conclui o trabalho e é lá que o expõe pela primeira vez em 1888.

Então já se deveria contar duas gerações passadas após o encontro de Bregano com a comitiva de D. Pedro quando de viagem entre Santos e São Paulo. Mais de sessenta anos tinha a efeméride, fato ocorrido vinte anos antes do nascimento de Pedro Américo.

Apesar de sua grande vivência, sua natural experiência aurida nas Escolas de Arte, nos ateliers freqüentados e no trabalho executado para atender ao grande número de encomendas, até os seus quarenta e poucos anos de idade, é difícil imaginar o seu ponto de partida para enfrentar a fabulosa tarefa que tinha pela frente. Na Escola de Belas Artes de Paris havia recebido, possivelmente, alguma influência de seus mestres e amigos, como Leon Cogniat, Horace Vermet e Jean Domingues Ingres, influência difícil de perceber sem um acurado estudo destes mestres que, possivelmente, seria protelado por se ter encontrado fácil relação com outro pintor coetâneo.

Meissonier, um pintor de batalhas

Quase todos os egressos da Imperial Academia de Belas Artes que viajavam à Europa, por ela premiados, ou por conta própria, estagiavam com algum pintor relacionado com os mestres que haviam servido às campanhas de Napoleão. Por um lado a Academia, aqui já os teria marcado com esta inclinação pela influência da Missão Francesa e, por outro, pela própria vibração intelectual daquele país do centro da Europa.

Meissonier, Jean Louis Ernest, nascido em Lyon em 1815, era um dos que então se projetava entre todos pela "compreensão mais profunda da composição, pela sensibilidade à representação dos costumes e, principalmente, pela pesquisa da expressão geral e particular dos tipos representados"[11]. Amigo dos detalhes seguia, neste sentido, a tradição holandesa mas, realmente, sua vivência foi no mundo artístico francês e quando Napoleão III organiza a campanha da Itália segue no seu estado-maior, realizando grandioso documentário que ele mesmo teria chamado de *epopéia napoleônica*, e que propunha fosse dividida em cinco capítulos, sendo o segundo deles denominado *1807 Friedland*[12]. O título do quadro se refere a uma vitória, em 1807, na região de Friedland, hoje chamada Pravadinsk, a leste da Prússia, à beira do Mar Báltico, ao norte da Polônia e a noroeste da Rússia[13].

Sobre esta peça Pedro Américo se deteve mais tempo a ponto de muitas pessoas a considerarem inspiradora do quadro contratado pelo governo de São Paulo.

1807 Friedland é um quadro de grandes proporções, óleo sobre tela executado em 1873, representando uma batalha ou o fim de um combate em campo aberto onde se misturam cavalos, espadas, couraças e militares em atitudes diversas, mas em grupos bem definidos. Sem dúvida Meissonier se afeiçoou a esta peça porque em 1887 fez uma cópia dela em aquarela, estudando vários detalhes que não o tinham agradado: o joelho de um cavalo aqui, detalhe do uniforme ali, nas nuvens também, aspectos que o levaram a outra obra de mesmo título e dimensões.

Foi nesta aflição que Pedro Américo o teria conhecido quando se dirigia a Florença para realizar o seu *Independência ou Morte*. Mesmo o seu tema não sendo relacionado com um combate a céu aberto, a grandiosidade da peça o teria seduzido.

---

[11] Nouveua Larousse Ilustre, vol. 5, p. 1035-III.
[12] Erneste Meissonier. 1807 Friedland. New York. The Metropolitan Museum of Art.
[13] BARRACLOUGH, Geoffrey. Atlas da História do Mundo. Folha de São Paulo, 1995. Primeira edição Brasileira, p. 201.

Examinando simultaneamente os dois quadros, algumas soluções comuns podem ser logo registradas:

1. As figuras estão distribuídas em três grupos bem marcados pelo movimento de cada um. Poderiam ser dispostos nos lados de um triângulo assentado sobre um plano inclinado, do canto superior esquerdo ao canto inferior direito.
2. O primeiro grupo, mais ao alto, está parado, em atitude de saudação, com chapéu no ar e espada em riste, sem qualquer preocupação com a agitação dos que lhe fazem a frente. O cavalo branco, ponto de destaque, domina a organização deste grupo, embora o cavaleiro, em cada autor, assuma atitude diferente. Pela esquerda, no sentido de contorná-lo, uma pequena estrada o separa do terceiro grupo.
3. O segundo grupo, que se contrapõe ao anterior, é constituído de figuras em grande movimento, como se estivessem para entrar em luta. Corresponde ao segundo lado daquele triângulo. Destaca-se nele um cavalo branco no canto inferior direito.
4. O terceiro grupo, à esquerda, é de pouco movimento, em ambos se juntam os espectadores do encontro dos dois grupos; em Meissonier são cavaleiros em marcha lenta, em Pedro Américo são agricultores transportando calmamente a sua produção.

Algumas alterações tornariam as figuras mais semelhantes, se, por exemplo, se alterasse a proporção, isto é, a relação entre a altura e a largura, deslocando o limite direito para o centro, ou aumentado a altura do quadro de Pedro Américo para a valorização das nuvens...

Muito mais se poderia dizer se dispuzessemos de reprodução a cores e espaço para atender a detalhes, mas acreditamos que estas observações já nos podem levar à meditação: de como pode um combate a leste da Prússia inspirar a representação do encontro de um mensageiro com a comitiva imperial do Brasil, ambos no século XIX?



Pedro Américo



O GRITO DO IPIRANGA – PEDRO AMÉRICO (1888) – DIM.: 5,10m x 9,40m
Museu do Ipiranga – São Paulo

30. 1807. Friedland

1807, FRIEDLAND

FAZENDAS NO VALE DO TAQUARI

Lothar Hessel

Foi relativamente longa a era dos fazendeiros no vale do rio Taquari entre a localidade de Pedreira (município de Bom Retiro do Sul) e a zona de Muçum. Cerca de meio século, quase coincidente com a primeira metade do século passado.

Na Fazenda dos Barros (Barros Vermelhos), na atual cidade de Bom Retiro do Sul, já em 1798 o alferes José da Silva Ribeiro Lima alegava, em petição ao governo, desejar terras (as quais conseguiria dois anos depois), que não as possuía, mas sim escravos, e que desejava fazê-los trabalhar.

- Como terá sido a vida agro-pastoril nessa fase e nessa região?

O grande personagem de então era o rio. O rio Taquari, calha natural das águas sobrantes e via única de comunicação com o resto do mundo civilizado. Foi às suas margens e a partir delas que começou a fixação do homem branco e preto, da Europa e da África, como também a concessão de terras, a formação de fazendas e a incipiente exploração agro-pecuária. Sobre suas águas, ora calmas, ora torrentosas e barrentas, que se estabeleceu a navegação portadora de gente e de mercadorias. Foram suas cachoeiras, algumas lajeadas, que determinaram os melhores pontos para ancoradouros ou pontos de transposição, os importantes passos de outrora. Essa afirmação, entretanto, não é válida para todos os passos e portos da região. Taquari, por exemplo, já no curso inferior, sem cachoeiras, teve dois passos: o Passo Velho, junto ao qual se feriu o mais importante combate da Revolução Farroupilha, e o atual, ainda utilizado, à jusante do primeiro.

A concessão de terras, uma vez obtidas, não implicava numa automática formação de fazendas. O coronel José Francisco dos Santos Pinto, por exemplo, recebeu enorme extensão de terras em ambas as margens do rio Taquari, na zona de Roca-Sales e Encantado, não estabeleceu nenhuma fazenda, talvez pela densa vegetação arbórea. Loteou suas propriedades e vendeu-as em lotes aos imigrantes europeus.

Ademais, as fazendas ou estâncias do vale do Taquari, salvo na parte mais meridional, diferiam das da metade sul da Província quanto ao tipo de atividades: não eram exclusivamente utilizadas para a criação de bovinos, eqüinos e muares, mas dedicavam-se também à maior ou menor grau a plantações diversas, donde a presença de maior número de escravos e a existência de atafonas, alambiques e moinhos. Assinalem-se, á margem esquerda do rio, a charqueada que existiu junto ao Passo de Taquari, de propriedade de Domingos José de Azevedo Viana[14] o pai, conhecido por Mingote Viana; e junto à barra do Arroio da Seca, talvez a mais setentrional na região, a Fazenda Lohmann, topônimo que perdura até hoje. Singular, também, por ser a única com nome germânico. A razão dessa denominação, as dimensões e os limites desta Fazenda estão por serem averiguados. Na década de 1930 a área destinada ao pastoreio resumia-se a alguns potreiros, ilhados por lavouras por todos os lados.

A poucos quilômetros do leito do Taquari terminavam as concessões de terras, salvo uma ou outra de especial grandeza. As terras eram ubérrimas, cobertas de mata

[14]. Maiores detalhes sobre esse rico cidadão e sua esposa, em O Taquariense de 19 de maio de 1984, pág. 2.

espessa, tanto na planície como nas elevações da Serra Geral. Os ameríndios foram se retirando de todo, salvo num ou noutro ponto como, por exemplo, no Chá da Índia, defronte ao Arroio do Meio, onde se mesclaram com luso-brasileiros e mesmo com algum teuto brasileiro. Os macacos também, especialmente os bugios, se refugiaram nos morros, sendo que um destes, o Roncador, na divisa dos atuais municípios de Colinas e de Estrela, segundo a tradição, deve o seu nome precisamente ao ronco que esses símios produziram, em coro, mormente nos dias ou horas em que a atmosfera estivesse carregada de eletricidade, prenunciando temporal.

Muitos topônimos trazem ou traziam o nome de Picadas. Ora, essa denominação já indica que nesses pontos foram abertos a facão, foice e machado, os piques por onde pudessem passar primeiro seres humanos, a seguir animais de carga ou de sela; e finalmente, alargados, pequenos veículos de tração animal.

Junto ao rio Taquari, os topônimos em geral dispensam o nome de Picada: Estrela, Encantado, Lajeado, Bom Retiro, Corvo, Picão, São Caetano, Muçum, etc. Se nalguns pontos esse termo aparece junto ao rio, é que as fazendas ainda não haviam dominado toda a mataria.

Por outro lado, não havia outra saída fácil para a região que não fosse o rio. Os montes da Serra Geral que em grande parte limitam o chamado "Alto Taquari" eram difíceis e perigosos de vencer, tanto na margem direita como na esquerda. O caminho para Soledade só foi aberto em 1857 " quando foram contratados os serviços de um certo Custódio Silvestre Ribeiro[15] ' bastante prático em percorrer matas ', no dizer do Vice-presidente Patrício Correia da Câmara, para abrir-se um pique a partir da Fazenda São Caetano, nas margens do rio Taquari, até sair em cima da serra, no campo limpo[16] do Rincão de Nossa Senhora"[17], o que foi feito "calculando da Fazenda São Caetano ao Passo da Forqueta 11 léguas, e daí ao campo, 4, que fazem o total de 15".[18]

Ao norte, não existia Guaporé, cuja demarcação de lotes coloniais só teria início em 1885. Da mesma forma, inexistiam as colônias Conde d'Eu (hoje Garibaldi), que só o seria criada em 1874, e Dona Isabel (hoje Bento Gonçalves), que só o seria em 1875, mesmo ano do início da colonização de Caxias (hoje com o apêndice "do Sul").

A leste, continuou um grande vazio demográfico até 1858, quando foi criada a colônia de Teutônia. E a única saída por via fluvial ascendente, teoricamente imaginável, estava e ainda está bloqueada pelas cachoeiras cada vez mais numerosas e difíceis de transpor do rio Taquari-Antas a partir de Muçum, e com calado cada vez menor. Não era possível ou conveniente a navegação nem por embarcações comerciais pequenas, além dos pontos mais tarde chamados Santa Bárbara e Santa Teresa.

Era, pois, o Alto Taquari uma espécie de anfiteatro no qual a única saída (nas duas acepções do termo) era seguir o livre curso das águas rumo ao rio Jacuí.

---

[15] Custódio Silvestre Ribeiro era o proprietário da Fazenda São Caetano, no atual município de Arroio do Meio. Talvez ele haja sido tio de Vitorino José Ribeiro, dono da Fazenda da Estrela, pois Aquiles Porto Alegre no livro Homens do Passado, pág. 11, revela que o paulista Reginaldo Ribeiro de Andrada e Silva que "se achava em Minas Gerais ao tempo da Inconfidência, receando ser preso como implicado neste notável movimento revolucionário, fugiu para o Rio Grande do Sul e fixando residência em Porto Alegre, passou a assinar-se Reginaldo Silvestre Ribeiro".

[16] Campo limpo: campo limpo e livre de qualquer obstáculo artificial para a locomoção em qualquer sentido, eis que os aramados delimitando as diversas propriedades, só seriam estendidos na década de 1890.

[17] Franco, Sérgio da Costa. Soledade na História. Porto Alegre, 1975, pág. 48.

[18] Ibidem.

Examinando-se os mapas da região, observa-se que quase todas as Picadas se localizam distantes do rio, tanto na margem direita como na esquerda. O termo picada com o tempo adquiriu significado algo pejorativo, inclusive na expressão "é o fim da Picada"; motivo por que muitas delas passaram a chamar-se Linhas.

Com o correr do tempo, foram surgindo pontos de embarque dos produtos coloniais e ao mesmo tempo tratou-se de construir estradas paralelas ao rio, em ambas as margens, bem como outras afluentes que para elas se dirigissem. Sangas e arroios se viram atravessadas por pontes de madeiras, rústicas e fortes.

A estrada que de Estrela se dirigia para o Norte, para a colônia de Conventos Vermelhos, fundada em 1881-1882, hoje Roca-Sales, deve de ter sido concluída até Corvo, hoje Colinas, em 1889, ano em que se concluiu a ligação do Alto Taquari com Garibaldi e Bento Gonçalves; e em 1895, ano de criação do distrito de Conventos Vermelhos, pelo menos até essa localidade.

A primeira ponte razoável que nesse rumo se fez sobre o arroio Estrela, terá sido concluída em 1871, ano em que a lei estadual nº 742, de 28 de abril autorizou "a Câmara de Taquari a empregar o saldo de 5:128$000 do corrente exercício na confecção das pontes sobre os arroios Sampaio e da Estrela". Presume-se que haja sido a mais tarde conhecida como "Ponte do Stangler", a qual ligava a sede da Fazenda (da) Estrela com as Picadas Boa União, Boa Vista e Grande. Hoje a da Boa Vista passou a chamar-se São José, enquanto a Picada Grande denomina-se Novo Paraíso. Ainda na década de 1920 se dizia "Estrada nova" para a que ia do bairro Oriental para o Norte, e "Estrada velha" para a que seguia por Boa União.

O arroio Sampaio, supradito, corria entre e limitava os municípios de Venâncio Aires e Lajeado, desagüando um pouco abaixo de "São Gabriel da Estrela", hoje Cruzeiro do Sul.

De Roca-Sales até a frente de Muçum, que fica à margem direita do rio, é provável que a estrada estivesse pronta em 1898, pois nesse ano foi criado o Passo de Muçum pelo Ato Municipal de Estrela, de 25 de agosto desse ano.

De início, as estradas talvez nem merecessem esse nome e fosse simples caminhos para pedestres e animais, até em forma de cargueiros; pois a 15 de junho de 1903 o intendente municipal de Estrela, Francisco Ferreira de Brito, mediante uma Resolução desapropriava "por utilidade pública os terrenos necessários à formação do leito das seguintes estradas: da que de Pinheiro Machado [hoje bairro de Languiru, em Teutônia] conduz à linha Boa Vista, limite com o município de Garibaldi; da que da Vila de Estrela conduz à Fazenda Lohmann; da que da Linha Seca conduz à Linha Azevedo Castro. [hoje bairro Daltro Filho, em Imigrante]".

Quanto a fazendas, algumas são mencionadas pelos autores de diversas monografias de municípios da região. Ultimamente quem maior número delas relacionou, foi o encantadense Gino Ferri[19] no livro História do Rio Taquari-Antas, especialmente nas páginas 76 a 80.

[19] Gino Ferri = Genuíno Antônio Ferri, n. em Encantado em 1945 e lá residente (Travessa Luiz Ferri, 70) publicou esse abrangente livro em 1991, pela Gráfica-Editora Grafen, totalizando 380 páginas.

Sem pretendermos esgotar o número delas, vai a seguir uma relação ordenada, obediente a duas diretrizes: separando as da margem direita das da margem esquerda, e seguindo-se a direção sul-norte.

Na margem direita:

No antigo município de Santo Amaro, hoje General Câmara (com mudança da sede), várias foram as sesmarias concedidas mas nem todas assumiram o nome de fazendas ou estâncias.

Bem conhecidas foras:

1. Fazenda Mariante, fundada pelo coronel Joaquim da Silva Mariante em 1856, passando depois a integrar o município de Venâncio Aires, criado em 1891. Nela formou-se o Porto Mariante, distante do Porto Gomes, com o qual rivalizava.

2. Fazenda do Desterro, entre os arroios Sampaio e Castelhano. Aos fundas dela, a

3. Fazenda Ubatuba, antiga sesmaria.

4. Fazenda São Miguel, mencionada no Dicionário Geográfico, Histórico e Estatístico do Estado do Rio Grande do Sul, à pág. 118.[20]

5. Fazenda da Demanda, fundada por João Marques de Freitas, em 1900, "hortícula (...), distante 2 léguas da vila do Lajeado, 1 dos povoados S. Gabriel e Bom Retiro", cf. diz o citado Dicionário. Uma légua equivale a 6.000 metros.

6. Fazenda São Gabriel, do casal João Azambuja – Laura Centeno Azambuja. De seu núcleo central originou-se o povoado e a vila de São Gabriel da Estrela, hoje cidade de Cruzeiro do Sul.

Bem mais ao norte, no atual município de Arroio do Meio, houve a importante

7. Fazenda São Caetano, fundada entre 1853 e 1856 pelo casal Francisco Silvestre Ribeiro e Ana de Oliveira Salazar Ribeiro. Dela arrancou a primeira tentativa de ligação entre o Alto Taquari e os solitários campos de Soledade.

Conforme Lauro N.F. Thomé[21] as terras dessa Fazenda foram concedidas já em 1816 pelo Marquês do Alegrete a Ricardo Azambuja Villa Nova, com limite ao sul no rio ou arroio Forqueta.

Grande parte das terras no Alto Taquari, concedidas a determinados cidadãos, não foram transformadas em fazendas pastoris, agrícolas ou mistas. Várias delas, após certo tempo foram loteadas e vendidas a preço razoável a imigrantes com ou sem-terra, sobretudo da Alemanha e da Itália, famintos por terras férteis e boas, onde pudessem trabalhar, e trabalhar duro.

---

[20] Esse valioso Dicionário teve duas edições: a 1ª em 1912, a 2ª em 1914. Ainda inédito, foi premiado com Medalha de Ouro na Exposição Nacional de 1908. O autor, Otávio Augusto de Faria, pertenceu ao Instituto Histórico e Geográfico do RGS e à Academia de Letras do Rio Grande do Sul. A morte colheu-o aos 40 anos de idade.

[21] Em Arroio do Meio. Ano 50. (1934-1984). P. Alegre, ed. CORAG, 1984, pág. 35.

Entre esses cidadãos donatários figuraram os irmãos João e José Inácio Teixeira em 1794, aquele na região de Estrela, este na de Lajeado; 60 anos depois José vendeu-as para Antônio Fialho de Vargas, em 1854, e dois anos depois dele, João passou as suas para seu filho natural e herdeiro José Inácio Teixeira Júnior, em 1856.

Outro donatário foi o coronel José Francisco dos Santos Pinto, com terras a perder de vista nos atuais municípios de Roca-Sales, Encantado e Muçum.

Na margem esquerda:

É na Monografia sobre o Município de Taquari, de 1912[22], do são-gabrielense Otávio Augusto de Faria Correia (1881-1921) que se encontra a primeira copiosa relação de fazendas nesse município que à época abrangia ainda os de Bom Retiro do Sul e de Paverama.

Com exceção da Fazenda Espanhola, do coronel João de Moraes Pereira, um "pouco acima do Porto Mariante", todas as demais situam-se no 2º distrito, isto é Bom Retiro. Segundo Ferri (pág. 78) as terras dessa Fazenda foram concedidas durante a Revolução Farroupilha (1835-1845).

São elas: Fazendas da Conceição, Pinhal, dos Barros, dos Souza, Sant'Ana, Santo Antônio e São Rafael.

Mais recentemente, Ellen Walkyria Eifler, em sua monografia sobre Bom Retiro do Sul, de 1992, dedicou um capítulo às "Fazendas de Bom Retiro", às págs. 57-61. Dessa e de outras fontes colhem-se mais detalhes sobre o assunto.

8. Fazenda Boa Vista, fundada por Manuel da Rosa, entre as Fazendas Juliana e Garcia.

9. Fazenda, sem título, conhecida como "de Maria Vitorina", abrangendo terras no Mundo Novo e no Faxinal, sendo limítrofe desta.

10. Fazenda "dos Maria", fundada pelo português João Antônio Maria, com sede entre o arroio Pinhal e o Mundo Novo, limítrofe da Fazenda "dos Garcia". A 1º fev. 1903 foi criada uma aula municipal entre essas Fazendas e a de Geraldo Caetano Pereira. Consta que João Antônio Maria foi o "primeiro colonizador de Bom Retiro".

11. Fazenda Vilanova, também chamada Fazenda Cantagalo, de Ricardo José Vilanova.

12. Fazenda Cardoso, fundada por Cândido Cardoso.

13. Fazenda Sant'Ana, de Manuel Patrício Azambuja.

14. Fazenda São José, também conhecida como Fazenda "dos Rosa", fundada por Tristão Gomes da Rosa, cuja "casa grande" foi erigida em 1880. Tristão tratava bem os escravos de sua senzala, aos quais doou terras junto ao morro Matutu, seguramente após a Abolição da Escravatura em 1888. A localidade de Matutu, já mencionada por Otávio Augusto de Faria em 1912, é hoje relativamente bem conhecida.

---

[22] Monografia do Município de Taquari, por Otávio Augusto de Faria. P. Alegre, Tip. da Livraria Central, 1912, págs. 114-115.

15. Fazenda Juliana, fundada talvez por Antônio Probace Augusto Ruy, pertenceu ao casal Valeriano Francisco de Souza – Juliana Maria de Menezes, a qual, sobrevivendo ao marido, assumiu a viuvez e a fazenda, à qual terminou dando seu nome próprio. A propósito, veja-se artigo de "N" (Núbia Costa Saraiva), n'O TAQUARIENSE, de 1º de jan. 1991, pág. 1.

16. Fazenda Chico Matias, criado pelo tenente-coronel Francisco Matias de Souza e Ávila, à margem do arroio Capivara. O apelido do proprietário passou para a Fazenda.

17. Fazenda Aurora, também junto a esse arroio, limítrofe à anterior.

18. Fazenda "do Silva Jorge", fundada pelo capitão Manuel da Silva Jorge, pai de dois barões: o de Antonina e o do Ibicuí.

Essas fazendas têm de comum situarem-se afastadas do rio Taquari, situarem-se ao norte do arroio Capivara que hoje limita os municípios de Taquari e de Bom Retiro do Sul. Muito provavelmente foram conhecidas de visu por Arnaldo Azevedo, grande andarilho[23], de excepcional memória, cego de um olho, e a quem Ellen Walkyria Eifler, reconhecida, homenageia com página inteira em sua supracitada monografia.

Aproximando-se do rio e de Bom Retiro do Sul, arrolam-se ainda as seguintes grandes propriedades:

19. Fazenda Geraldo, que deve seu nome a Geraldo Caetano Pereira, defronte à Fazenda Mariante, do outro lado do rio. Aí foi criado um Passo a 22 de dezembro de 1897 por Ato Municipal de Taquari, hoje superado pela ponte da moderna rodovia que segue para Venâncio Aires.

20. Fazenda Capitão Miguel, junto à cachoeira do mesmo nome; à montante desta, havia um porto rudimentar nos tempos de transporte hidroviário na zona.

21. Fazenda "dos Gomes", junto ao Morro "dos Gomes" e cuja casa-grande foi construída na época da Guerra do Paraguai, por Manuel Bittencourt que participou do sangrento conflito.

22 – 23 – 24. A esta altura aparece o nome do célebre Lousada, isto é, Manuel Alves dos Reis Lousada, 1º Barão de Guaíba, natural do Rio de Janeiro[24], responsável pela criação de três fazendas: da Pedreira[25], junto ao rio, em cuja casa-grande residia e administrava sua frota de lanchões para escoamento de sua produção; do Pinhal e da Conceição. Hoje as três são localidades do município de Bom Retiro do Sul. Pinhal é distrito.

Prosseguindo-se para o norte e, costeando o rio, depara-se com duas fazendas, nas quais se construíram dois importantes portos: a dos Barros, onde surgiu o de Bom Retiro, o único porto do Alto-Taquari que oferecia calado para vapores de passageiros em

---

[23] Arnaldo Azevedo, já idoso, ia a pé do Pinhal a Taquari. Cego de um olho, tinha memória e interesse fora do comum. Nasceu no Pinhal em 1908 e faleceu em Bom Retiro do Sul, em 1994.

[24] Lousada integrou a Junta Governativa instalada em P. Alegre, por ocasião da Independência em 1822. Faleceu em 1862, sem descendentes, deixando em testamento a seu capataz Antônio José de Moraes seus muitos bens de raiz no município de Porto Alegre e Taquari. Alforriou 23 escravos e distribuiu dinheiro a muitas pessoas, incluindo 40 órfãos e 50 viúvas.

[25] Antenor Moares, nela nascido, dedicou-lhe a ela um livro de poesias regionalistas, ilustrado, com o título Na Fazenda (1935).

qualquer época do ano; e a de Estrela, onde se construiu o mais belo cais e escadaria de toda a região.

25. Fazenda dos Barros. Instalada pelo português minhoto João da Silva Ribeiro Lima (1761-1816), c/c. Úrsula Clara da Trindade. Sua primeira casa-grande situava-se junto ao rio (daí "Porto da Úrsula"), ao sul do Arroio do Engenho, também chamado Arroio Ribeiro. Mais tarde foi erguida outra mais a leste, perto da Cascata desse curso d'água, e das chamadas Águas Boas. Mesmo com as subdivisões por motivo de heranças, essa casa está de pé, sendo de propriedade de uma tataraneta do fundador, e de seu marido. A 11 de janeiro de 1865 foi concedida licença eclesiástica para uso de oratório (ainda na 1ª sede?), como também o fora a Antônio José de Moraes em sua Fazenda (da Pedreira?), segundo informou o historiador Luís Carlos de Moraes (1876-1968) a seu confrade no Instituto Histórico e Geográfico do R.G.S., monsenhor João Maria Belém (1887-1978).

26. Fazenda da Estrela, limitada ao sul com a dos Barros, pelo Arroio do Ouro, e ao norte com a Fazenda da Boa Vista, pelo "Arroio Grande da Boa Vista", conforme planta levantada em 1861 por Diogo Francisco .....

Foi fundada na sesmaria concedida ao catarinense João Inácio Teixeira; este, solteirão como o Lousada, deixou testamento, sendo maior beneficiário seu filho natural José Inácio Teixeira Júnior. Também ela teve duas sedes sucessivas, cujas fotografias foram reproduzidas à pág. 19 do livro O Município de Estrela. História e Crônica, deste autor. A 1ª casa-sede era modesta, não merecendo o nome de casa-grande. A 2ª era grande e mais tarde, nos tempos em que nele se instalou o Hotel Ruschel, recebeu um segundo andar. Por volta de 1930 ainda não haviam sido postas abaixo.

Já em 1830 Vitorino José Ribeiro adquiriu, por permuta, essa fazenda, na qual seu enteado Antônio Vítor de Sampaio Mena Barreto fundou o povoado de Estrela; ambos trataram de lotear e vender terrenos e áreas maiores, principalmente para gente de origem germânica. Os de etnias africanas que em 1927 moravam nos subúrbios da vila, provavelmente descendiam dos escravos da antiga Fazenda.

27. Fazenda da Boa Vista, ao norte do arroio desse nome, de Francisco Leonardo Cardoso e de João Leonardo Cardoso. A localidade é hoje denominada Linha São José.

28 e 29. Fazendas Beija Flor e Santo Antônio, ao norte da anterior. Pertenceram a Pedro Álvares Cabral da Silveira da Cunha Godolfim. Popularmente o lugar Santo Antônio, perto do Rio, à altura de Arroio do Meio, era conhecido como Chá da Índia (índia, gente) ou Poço. Nele se refugiaram muitos ameríndios que terminaram mesclando-se com gente lusa.

Essas duas Fazendas devem ter sido as mais setentrionais pela margem esquerda do Taquari. Porém, junto à foz do Arroio da Seca, junto ao vistoso Morro Bicudo, formou-se uma localidade chamada Fazenda Lohmann, no atual município de Roca-Sales.

E das muitas terras interioranas de Antônio e/ou João Antônio de Vargas, Leonardo Fagundes e Antônio Geraldo Pereira deve ter sobrado apenas o nome de Picada Geraldo, hoje Linha Geraldo Alta e Linha Geraldo Baixa.

Voltando-se bem para o sul, abaixo da cidade de Taquari, Otávio Augusto de Faria em sua citada Monografia, pág. 22, ao tratar de portos, registrou em 1912:

30. Fazenda Lengler "situado próximo ao Asilo Pella servindo ao estabelecimento de seu nome", ou seja, a Fazenda, pois o Asilo tinha seu próprio ancoradouro. Sobre ela não dispomos de melhores dados: supomos ser ela de fundação bem mais recente.

Eis, pois, uma vista bastante ampla sobre as antigas fazendas no vale do Taquari que, como se sabe, ao receber o rio Carreiro, passa a chamar-se Rio das Antas.

Caberia fazer outro tanto sobre a formação das colônias, em terras que não passaram pelo estágio de fazendas, mas foram loteadas e vendidas diretamente a imigrantes da Europa ou do próprio Brasil.

P.S.: Após elaborado esse texto, recebemos do historiador Gino Ferri a seguinte achega:

"Existia uma grande fazenda de propriedade de João Brentano, localizada entre os atuais municípios de Colinas e de Roca Sales.

A grande área de 24 colônias, de propriedade de Cláudio José Monteiro foi adquirida por George Lohmann, residente em Linha Winck, Estrela, foi vereador por duas gestões (conselheiro) o qual as distribuiu para seus doze filhos, em partes iguais.

Com referência às margens do Rio Taquari, grande número de sesmarias distribuídas a partir de 1726, até 1850, foram transformadas em fazendas ou estâncias, a partir da localização de seus proprietários.

A primeira a ser instalada foi a Fazenda da Piedade junto a confluência do Rio Taquari com o Jacuí, com 12 quilômetros de extensão, tinha sua sede no casarão construído na localidade de Volta do Barreto, era de propriedade de Manuel Gonçalves Meirelles.

Do outro lado do rio, à margem direita, possuía uma grande área de terras, Antônio de Brito Leme.

Outro grande proprietário à margem esquerda foi Jerônimo de Ornellas Menezes de Vasconcellos, considerado o fundador de Porto Alegre."

A delimitação dessa fazenda de João Brentano ainda não foi investigada. Às margens do Rio Taquari, estendia-se ela em ambas as margens do Arroio da Seca ou só na meridional? Nesta, nas décadas de 1920-30 residia o agricultor conhecido como Janga Brentano.

Essa imprecisão impede, por ora, saber se o jesuíta P. Leopoldo Brentano nasceu em qual dos novos municípios de Colinas (ex-Corvo) ou de Roca Sales (ex-Conventos Vermelhos).

A fazenda Lohmann situava-se ao norte daquele curso d'água, envolvendo as faldas do Morro Bicudo.

E o jornal Nova Geração, de Estrela, de 5 de junho, deste ano, traz em sua pág. 13 o seguinte texto:

AS FAZENDAS

FAZENDA JULIANA: Consta que esta Fazenda foi fundada por Antônio Probace Augusto Ruy. Pertenceu a Valeriano Francisco de Souza casado com Dona Juliana Maria de Menezes. Esta, após a morte do marido, assumiu a direção da fazenda, ficando a mesma conhecida por seu nome. Desde então, a Fazenda continua na família, sendo passada adiante por herança. Atualmente é propriedade de João Dornelles Martins.

FAZENDA SÃO JOSÉ: Também chamada de Fazenda dos Rosas, foi fundada por Tristão Gomes da Rosa. O solar desta fazenda edificada em 1880, é um dos mais típicos e de melhor construção, tendo sido erguido com pedras de areia muito bem lavradas. O senhor Inácio Dietrich esta, atualmente, de posse da bem conservada serraria

anexa. Fica a mesma junto à Capela de Nossa Senhora da Conceição e perto da igreja da Linha Glória. A família Rosa era afamada pela bondade de coração com que tratava seus escravos, aos quais legou, posteriormente, o morro Matutu e a Picada conhecida por Ouro Preto.

FAZENDA BOA VISTA: Foi fundada por Manoel da Rosa, sendo uma das mais antigas. Ficava localizada entre a Fazenda Juliana e a Fazenda Garcia. Manuel Antônio da Rosa foi o pioneiro na cultura de cana naquele local onde possuiu alambique. Foi também o primitivo ancestral da tradicional família Rosa. Era avô paterno de Tristão da Rosa, fundador da Fazenda dos Rosas.

FAZENDA SANT'ANA: Foi fundada por Antônio Azambuja Vilanova (o velho Tico), tendo, mais tarde, pertencido a seu filho também conhecido como Tico Vilanova.

JÚLIO DE CASTILHOS E A CHARQUEADA DO PAREDÃO

Coralio Bragança Pardo Cabeda



" Só conto com a renda dos meus boisinhos e esta mesma acha-se ameaçada!..."

(Júlio de Castilhos a Aurélio V. de Bittencourt, 11.01.1900)

A Charqueada do Paredão, localizada nas barrancas da margem esquerda do Jacuí, a pequena distância da cidade de Cachoeira do Sul, foi um marco na história econômica do município.

Organizada em 1878, é possível que tenha sido o primeiro estabelecimento de porte fora do grande centro charqueador de Pelotas.

De propriedade da empresa Viúva Claussen & Filhos, permaneceu sob essa razão social por quase uma década, quando, em 1887, foi adquirida pela The Brazilian Extract of Meat and Hide Factory Ltd., de capital inglês.

Embora seu controle tenha mudado de mãos, os novos proprietários mantiveram estreitas relações comerciais com os antigos donos, efetuando suas transações por intermédio da chamada Casa Claussen, em Porto Alegre, e conservando Jorge Claussen na gerência em Cachoeira.

Pode-se conjecturar sobre os fatores locacionais que pesaram na escolha do município para sede da charqueada. Um deles, seria a relativa proximidade das regiões de criação das Missões e dos Campos de Cima da Serra, além, é claro, das pertencentes à Depressão Central, onde Cachoeira se situa.

Na disputa pela matéria prima, isso teria um peso bastante ponderável, considerando-se que, à época, o transporte ferroviário tinha alcance limitado. As tropas deviam percorrer longas distâncias até Pelotas, com inevitáveis perdas de peso, extravios e acidentes.

Cachoeira, por outro lado, estava praticamente na metade do trajeto.

Outro fator locacional era a disponibilidade de transporte para o escoamento do charque. Com efeito, naquele tempo o Jacuí era francamente navegável a partir de Cachoeira e os trilhos da estrada de ferro Porto Alegre-Uruguaiana aproximavam-se da cidade, onde chegariam em 1883 (mais tarde, seria construído um ramal até o Paredão).

Além disso, em 1872 fora aberto ao tráfego a importante ponte do Passo do Jacuí, obra de arte que garantia o acesso das tropas vindas da Serra pela Picada de São Martinho.

O que poucos talvez saibam é que, entre os estancieiros serranos, fornecedores de tropas para a Charqueada do Paredão, estava um dos homens mais influentes do Estado, o Dr. Júlio Prates de Castilhos.

Tendo optado por dedicar-se inteiramente à vida política, o que faria até sua morte em 1903, Júlio de Castilhos, a partir de certo momento, deixou de exercer a sua profissão de advogado. Clientes, com toda a certeza, não lhe faltariam, mormente quando se tornou o indiscutível chefe do Partido Republicano Rio-Grandense e o todo-poderoso Presidente do Estado. Mesmo após haver passado a Presidência a seu sucessor, o desembargador Antônio Augusto Borges de Medeiros, em 1898, ainda por cinco anos Castilhos seria o verdadeiro senhor da vida política do Rio Grande.

Assim, fácil lhe seria manter uma das bancas de advocacia mais concorridas destas plagas, sabendo-se o quanto de correligionários, admiradores e bajuladores iriam procurá-lo para a defesa de seus interesses.

Segundo suas próprias palavras, seria justamente esse o motivo para abrir mão do exercício profissional para o qual estava habilitado. Ao aspecto ético da questão é possível acrescentar outro, sem qualquer desdouro à memória do Patriarca : o tempo, ou, melhor, a falta de tempo.

Sua correspondência particular com o amigo íntimo, confidente e auxiliar prestimoso, Aurélio Veríssimo de Bittencourt, é muito reveladora nesse como em outros aspectos.

> *Uma das pragas de que mais se queixava Castilhos na correspondência com o fidelíssimo Aurélio era o furioso assédio dos "cacetes", que começava ao raiar do dia e se prolongava até ao anoitecer. E o martírio do pobre Patriarca continuaria até a sua morte. Mesmo já atacado da insidiosa enfermidade que o levaria ao túmulo, nem assim alcançaria o alívio da carga cerrada feita por pretendentes a toda a espécie de favores e intercessões. Era o alto preço a pagar pelo poder, pois todos eles sabiam quem dava as cartas no Estado.*

Ora, com tamanha e diária peregrinação, é bem de ver que pouco tempo lhe sobraria para o exercício da profissão.

Mas, isso, bem que teria lá as suas compensações, como veremos.

Assim, inteiramente devotado à política, a sua manutenção e a da numerosa família provinha da atividade de pecuarista, feita em sociedade com Francisco Lemos de Farias, no município de Vila Rica (hoje Júlio de Castilhos).

É, ainda, através da correspondência com Aurélio Veríssimo de Bittencourt que se tem conhecimento de alguns detalhes dessa sociedade, pois, quando retirado para sua chácara da Figueira, no então arrabalde da Glória, costumava utilizar-se dos préstimos do amigo para expedir as cartas e telegramas destinados ao sócio Farias.

No dia 10 de janeiro de 1900, Castilhos receberia uma notícia causadora de alarme e de tremendos aborrecimentos por quase um mês: Aurélio de Bittencourt comunicava-lhe que a Casa Claussen havia suspendido pagamentos!

Como se sabe, era ela a representante dos ingleses na Charqueada do Paredão, cujo gerente era Jorge Claussen.

Castilhos imediatamente acusou o golpe e, na manhã seguinte, escrevia duas cartas a Aurélio.

Nelas, fica-se sabendo que, além de fornecedor de bois para a charqueada,

mantinha depósitos em dinheiro com os Claussen.

Embora esclarecesse haver retirado em dezembro as últimas quantias depositadas, a fim de atender às despesas da sociedade, sua grande e legítima preocupação residia no fato de o sócio Farias haver negociado - "por bom preço" - uma tropa de bois para a charqueada. Desses, 300 animais já haviam sido remetidos para Cachoeira em 2 de janeiro. E não havia a certeza de que o sócio houvesse recebido adiantadamente (!) o valor da tropa, conforme lhe recomendara em carta de 10.I2.1899.

Já antevendo o avultado prejuízo, desabafava ao amigo : "Não me faltam nunca contrariedades e mortificações. Só conto com a renda dos meus boisinhos e esta mesma acha-se ameaçada !..."

Façamos, aqui, um parêntese. Recorrendo ao trabalho do Dr. Alvarino da Fontoura Marques, "Episódios do Ciclo do Charque", verificamos que o preço médio do boi vivo, em Pelotas, na safra de 1900-01, era de 55$000 (cinqüenta e cinco mil réis) por cabeça. Francisco Lemos de Farias, mercê da "intimidade de velhas relações" com Jorge Claussen, como o próprio Castilhos informa, obtivera pelos 300 bois o valor de 23:080$000 (vinte e três contos e oitenta mil réis), ou seja, 76$933 (setenta e seis mil e novecentos e trinta e três réis) por cabeça. Nada mal, considerando-se as tais "velhas re1ações". E ainda se exigira pagamento adiantado!

O problema era que os temores de Castilhos viriam a confirmar-se. Ainda não se recebera o valor da tropa e esta chegara ao Paredão justamente no dia 9 de janeiro, quando, à tarde, a gerência em Porto Alegre recebera a ordem de suspensão de pagamentos, imediatamente transmitida a Cachoeira.

Razão, pois, tinha Castilhos ao escrever a Aurélio : "Bem podes avaliar quanto me mortifica a hipótese desse avultado prejuízo, que minhas forças financeiras não comportam. Que tremendo caiporismo, se ela se realizar !"

Embora Carlos Heiden, gerente da Casa Claussen em Porte Alegre, demonstrasse confiança no reerguimento da empresa, cujos problemas financeiros seriam devidos a negócios realizados fora do Estado e, consequentemente, pudesse ser honrado a dívida, Castilhos não se conformava: "Terei de acompanhar a sorte dos outros credores quanto à moratória a ser concedida à Claussen como único meio de salvação futura dessa firma. Não me falta mais nada para completar os meus contratempos e dissabores! Valha-me a minha força d'ânimo!..."

A persistência dessa situação deve ter influído poderosamente sobre sua saúde, a ponto de, em 18 de janeiro, confessar estar sofrendo de "freqüentes retenções intestinais e palpitações do coração um tanto intensas", atribuindo "estes fenômenos às contrariedades morais que não me hão faltado."

No dia 20, acusava o recebimento da carta do sócio Farias, que, chamado a Cachoeira, "nada conseguiu na Charqueada do Paredão, exceto boas promessas do J. Claussen, que garantiu o pagamento. Garantias ilusórias."

O passar dos dias não lhe melhoraria o ânimo. Em 29 de janeiro, escrevia a Aurélio sobre o telegrama recebido de Farias, no qual este lhe assegurava estar certo do pagamento até ao final do mês. "Veremos - dizia ao amigo - Não confio nas promessas do Jorge Claussen; reputo-as falazes."

Contrariando esses juízos tão injustos quão apressados, eis que no dia 1º de fevereiro de 1900 pôde respirar aliviado. Ao entardecer, escrevia radiante ao fiel Aurélio, com quem vinha partilhando o sofrimento : "Aurélio, resfoleguei! Estou salvo do imenso prejuízo que eu já reputava inevitável! Acabam de se retirar o Carlos Heiden e o Castro, da Casa Claussen, o primeiro dos quais veio entregar-me um cheque do Sr. Henrique C. Pearson, representante da companhia inglesa do Paredão, sobre o London and Brazilian Bank, no valor de 23:080$000, que é a importância da tropa entregue àquela charqueada pelo Farias. Sei que o pagamento é garantido. O cheque será satisfeito à vista." E, retomando o seu estilo habitual, prescrevia instruções minuciosas para o recebimento do cheque, raiando quase à impertinência. Finalizava com "dado que o pagamento se efetue

hoje, peço-te que entregues a importância ao Medeiros, a quem rogo o obséquio de guardar em Palácio até ulterior deliberação minha".

No dia seguinte, ainda acrescentaria : " o meu alívio será completo quando me transmitires a notícia do pagamento do cheque." ...

É bem possível que Aurélio de Bittencourt, além de solidário com o amigo, também se sentisse aliviado com o feliz desfecho do drama, pois, na condição de Diretor Geral da Secretaria de Governo, não lhe faltariam problemas diários a resolver, aos quais, duas vezes ao dia, vinham somar-se pedidos e instruções de Castilhos, muito detalhista e exigente, via de regra. Aliás, desse desfecho nem o "integérrimo Medeiros", como lhe chamava Castilhos, escaparia, arvorado que fora em guardião do produto da venda dos infortunados boisinhos...

Não sabemos se os outros estancieiros, fornecedores da Charqueada do Paredão, que passavam por igual transe, foram alvo das mesmas atenções de Mr. Pearson, ou se tiveram de conformar-se com os azares da concordata. Afinal de contas, ontem como hoje, os pecuaristas continuam a queixar-se dos mesmos problemas : preço remunerador e garantia de recebimento.

Quanto à Charqueada do Paredão, somente retomaria as matanças na safra de 1902-03, suspendendo-as, novamente, na de 1903-04.

Em 1910, crise de maior porte provocaria o encerramento de suas atividades. Seria reaberta em 1920, com o nome de Charqueada e Estabelecimento Paredão, tendo à frente o Dr. Baltazar Patrício de Bem, conhecido médico, pecuarista e prócer do Partido Republicano Rio-Grandense, até o seu trágico falecimento no combate do Barro Vermelho, em 10 de dezembro de 1924, quando da revolta do 3º Batalhão de Engenharia.

Com sorte vária, ainda operaria sob outras razões sociais, fechando definitivamente na década de 30.

Fontes consultadas

1. Correspondência de Júlio Prates de Castilhos com Aurélio Veríssimo de Bittencourt (11 de janeiro de 1900 a 03 de fevereiro de 1900) - Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul.
2. Museu Municipal de Cachoeira do Sul.
3. Marques, Alvarino da Fontoura - Episódios do Ciclo do Charque. Porto Alegre: EDIGAL, 1987.



Aurélio Viríssimo de Bittencourt

GAÚCHO

Moacyr Flores

A construção do mito do gaúcho é recente e envolve pessoas de etnias diferentes. É comum encontrar descendentes de imigrantes alemães, italianos, poloneses, judeus, árabes e libaneses com indumentária gauchesca (pilcha) em danças coreografadas e falando um koiné (língua comum) com sotaque que denuncia sua origem diversa da tradição da Campanha sul-rio-grandense e platina.

Por que esta dissonância? Estão conscientes da origem do gaúcho histórico e da gênese do gaúcho mítico?

Inicialmente temos que depurar o mito do gaúcho, que por ser um mito com arquétipos universais torna-se denominador comum ou modelo para pessoas de diferentes tradições.

O mito não é uma mentira, nem uma falsidade, é a interpretação de uma realidade. Refere-se a uma existência histórica, pois ninguém consegue falar ou escrever sobre uma coisa que não existiu. Assim a construção do gaúcho mítico partiu do real e se tornou plausível com referenciais históricos, passando no decorrer do tempo a ser considerada como conhecida de todos, embora seja uma criação que se processou lentamente, até se tornar anônima, formando uma tradição de geração à geração. Em pouco tempo o mito confunde-se com a tradição, sendo aceito por todos, porque a narrativa ou a poética gauchesca usa matrizes sociológicas como o trabalho campeiro, casos contados junto ao fogo de chão, camaradagem galponeira e recordações da turbulência de antigas revoluções e guerras na fronteira.

O espaço histórico do gaúcho era o Pampa argentino, uruguaio e sul-rio-grandense, mas a criação literária extrapolou o espaço original, colocando-o em zona onde ele nunca existiu, como na área de colonização européia, lugar de pequenas propriedades, ou nos Campos de Viamão, território de criadores e de tropeiros de mulas.

O gaúcho, como toda a construção mítica, possui arquétipos universais, atribuídos ao herói fundador, no caso em questão, como fundador de uma raça e de um Estado da federação. A literatura capta e também projeta o imaginário de determinados grupos sociais, tornando-se uma fonte rica para reconstituir as mentalidades existentes na época do autor, porque o romance, a novela, o conto e a poesia são expressões de idéias existentes em determinado período, selecionadas pelo escritor. O historiador tem como objetivo principal recriar determinados aspectos da realidade, pois se preocupa com uma verdade. Enquanto o intelectual cria a sua realidade, mesmo que ela seja idealizada ou seus personagens mitificados, o historiador se interessa em captar os significados simbólicos expressos ou sugeridos no texto, que são reflexos da cultura vivida no século XIX.

O regionalismo rio-grandense surgir dentro da corrente do romantismo, influenciada pelas idéias de federação dos liberais moderados e farroupilhas, que argumentavam que o Rio Grande do Sul era diferente das demais províncias brasileiras por causa de seu clima, do seu meio físico, da raça formada pelos açorianos, da economia e da sociedade militarizada em função da fronteira e da pecuária.

Os viajantes estrangeiros referem-se à imagem do gaúcho sem metáforas poéticas, descrevendo imagens gerais, possivelmente deformadas pela visão européia, de um tipo agressivo e marginal à sociedade organizada. O viajante Auguste Saint-Hilaire, que esteve na província em 1820, em diversos trechos refere-se ao gaúcho como bandido, marginal e pilhador. Indivíduo sem pátria que luta unicamente pelo saque. Nicolau Dreys, em 1839, informa que o gaúcho já está mudando, mas se reúne em grupos de pessoas sem moral e lei, formando uma sociedade agine (sem mulher). Afirma que para a felicidade dos povoados e das estâncias os gaúchos não gostam de mulheres.

A primeira fase do romantismo literário segue um modelo que se carateriza pelo personagem central chamado de monarca das coxilhas ou de campeiro, tendo como referência histórica a Revolução Farroupilha, a trama segue trilha da vingança, os personagens sofrem pelo amor contrariado, o campo é sempre melhor que a cidade, o herói é bom e honesto, a natureza está presente com descrição de plantas, ilhas ou rios, os personagens falam uma linguagem regional e popular para salientar o aspecto nacional. Logo após a independência do Brasil, os intelectuais se propuseram a criar uma literatura nacional diferente da de Portugal, usando temática e linguagem regional.

Numa sociedade guerreira com lutas de fronteira, baseando sua economia na pecuária extensiva, não havia espaço para a produção intelectual, obrigando a poetisa Maria Clemência da Silveira Sampaio a editar no Rio de Janeiro seus versos, em 1823. Também Manoel de Araújo Porto Alegre migrou para o Rio de Janeiro, em 1837, onde desenvolveu intensa produção cultural. Nisia Floresta publicou a segunda edição de *O direito das mulheres e a injustiça dos homens*, em Porto Alegre, em 1833. Com a eclosão da Revolução Farroupilha ela se refugiou no Rio de Janeiro. Ana de Barandas publicou em tipografia porto-alegrense *O ramalhete ou flores escolhida no jardim da imaginação*, em 1847.

O médico José Antônio do Vale Caldre e Fião publicou na capital do império, sob forma de folhetim, o romance *A divina pastora*, em 1847, ambientado no Rio Grande do Sul e tendo como referencial a Revolução Farroupilha. Em 1849, ainda no Rio de Janeiro editou em folhetim *O Corsário*, inserido termos e acontecimentos regionais. O herói do romance é o vaqueano que se veste à *monarca*, que significa um bom campeiro. O termo gaúcho designa elementos armados e mal encarados, pois a palavra ainda se aplica ao marginalizado da área do campo. Os diálogos reproduzem termos regionais como poncho, churrasco, macega, restinga, encilhado, apear-se, faxina, vargem.

M. J. de Oliveira Vasques publicou pequenas peças teatrais, reeditando-as em 1868, com o título de *Produções Dramáticas*, onde consta o monólogo *O Gaúcho*, repleto de termos campeiros, terminando com uma poesia sobre a vida triste que se passa na campina. O monólogo é humorístico, o gaúcho compara sua amada às belezas de uma égua, pois gosta de carreiras.

Em 1865 Carlos von Koseritz editou *A Campanha da Província do Rio Grande do Sul,* exaltando os habitantes, principalmente a beleza das mulheres. Talvez por estar há pouco tempo na província, Koseritz confunde o gaúcho com o campeiro. O mesmo não acontecerá em seus escritos de 1883, quando o peão e o tropeiro não são chamados de gaúchos e o habitante do Rio Grande do Sul passa a ser chamado de rio-grandense.

O português César de Lacerda encena e publica em 1867, em Recife, *O Monarca das Coxilhas*, drama em três atos, sobre os costumes sul-rio-grandenses. O drama estabelece uma distinção entre o gaúcho, que é maltrapilho e castelhano, e o campeiro que trabalha como peão. O termo gaúcho ainda tinha conotação pejorativa.

De 1867 a 1874, Apolinário Porto Alegre, um dos fundadores da Sociedade do Partenon Literário, publicou cinco contos que pertencem ao ciclo do vaqueano, do campeiro e do monarca das coxilhas, usando cerca de 300 termos regionais, classificados por ele como falar do povo. Apolinário retratou a realidade de sua época, a maneira de ser do rio-grandense contemporâneo. Em 1872 escreveu *O Vaqueano*, como resposta ao romance de José de Alencar, *O Gaúcho*, publicado em 1870. O vaqueano simboliza o herói indomável que busca vingança pela morte dos pais.

Novo ciclo surge na literatura regionalista, quando Luís Alves de Oliveira Belo publicou o romance *Os Farrapos*, em 1877, no qual o monarca das coxilhas passa a ser chamado de gaúcho, o centauro dos pampas.

No jornal *Progresso Literário*, de Pelotas, em 1888, colhi a poesia intitulada *O Gaúcho*, de poeta anônimo, com os seguintes versos:

Vencendo o pampa escabroso
Surge o gaúcho garboso
Do Rio Grande do Sul.

Seu porte é belo e possante,
O seu olhar deslumbrante
Como um astro em céu azul.

Soberbo, altivo, audaz,
Bem largas bombachas traz,
Ao lado enorme facão;
Onde a pistola se enlaça,
P'ra afronta da humana raça,
Mas não comete traição

Por fundos vales e montes
Descortinando horizontes
Perpassa no redomão,
Recordando essas histórias
Que foram as suas glórias
Chamadas ... revolução.[26]

Nessa época, o gaúcho histórico, gaudério e marginal à sociedade, desaparecera como voluntário na Guerra do Paraguai e pelo uso de novas técnicas nas lides campeiras, como o uso do arame dividindo propriedades e cercando as estradas que se transformam em corredores, onde todos os que passam eram vistos e controlados. Em breve a linha férrea, transportando as tropas de gado, decretaria o fim dos tropeiros. O uso de mangueiras, bretes e banheiros modificaram o manejo do gado, não havia mais rodeios em campo aberto. A mão-de-obra campeira, liberada pelas mudanças no trabalho da agropecuária, vem para periferia das cidades e engrossa as fileiras dos revolucionários e das forças legalistas na revolução de 1893/95.

Depois da paz, vem a saudade dos tempos de ouro, onde o homem livre amava o bom sol da liberdade. A fuga do presente é característica do tradicionalismo, que tem como referência o passado idealizado, cristalizado no tempo. As raízes do tradicionalismo mergulham no liberalismo, com a idéia de federação e de que somos diferentes, e no regionalismo literário do século XIX.

Júlio Prates de Castilhos instalou a ditadura positivista em 1891, continuada por Antônio Augusto Borges de Medeiros e terminada em 1930, com Getúlio Dorneles Vargas. A doutrina positivista tinha como utopia a sociedade industrial, gerando o abandono da agricultura e da pecuária, em função das indústria.

Depois da sangrenta revolução federalista era necessário unir os rio-grandenses. João Cezimbra Jacques criou em 1898 a primeira instituição cultural tradicionalista, o Grêmio Gaúcho, com o objetivo de cultuar as memórias dos heróis farroupilhas Bento Gonçalves da Silva e Davi Canabarro, em busca de um passado idealizado e mítico, desenvolvendo o nacionalismo e o civismo. O gaúcho rio-grandense é o herói reordenado, civilizado pela estância e pela cidade, o *gaucho malo* é castelhano.

No período de 1889 a 1930, a agropecuária atingiu novos níveis técnicos, liberando a mão-de-obra no campo. Na zona de produção de arroz abandonam-se as foices individuais, modernas ceifadeiras percorrem os arrozais. Os campeiros refugiam-se na periferia das cidades, em busca de trabalho nas fábricas, vivendo em malocas sem esgoto, sem água e sem eletricidade.

---

[26] C. B. M. *O gaúcho*. Progresso Literário, jornal de Pelotas, RS, 11.11.1888, p 4-5.

Surge um outro tipo de gaúcho mítico, o herói fundador de uma raça que viveu sua idade de ouro, que foi destruída pela urbanização e pela industrialização. Em 1910 Alcides Maya publicou *Ruínas Vivas*, considerando o Rio Grande do Sul decadente, no presente só restavam ruínas de um passado glorioso. Alcides Maya, ao cultuar o passado, criou uma imobilidade na própria literatura regionalista, levando os escritores mais jovens a adotarem uma linguagem morta, com termos gauchescos. Em *Alma bárbara*, o gaúcho é valente, mulherengo e indiferente à morte, conforme a quadrinha transcrita:

> Sou gaúcho de bom gosto,
> Morro quando Deus quiser;
> Só dois prazeres conheço:
> Cavalo gordo e mulher.[27]

Em 1913, Simões Lopes Neto publicou *Contos Gauchescos*, em estilo pré-modernista, usando linguagem narrativa simples e com termos tradicionalistas nos diálogos. *Lendas do Sul*, obra inspirada no cancioneiro espanhol, como a lenda *Salamanca do Jarau*, criou uma nova realidade que capta o imaginário dos rio-grandenses. Suas criações literárias, como a lenda de *Sepé Tiaraju*, são adotadas em salas de aula, como se fossem a história do Rio Grande do Sul, porque contém uma linguagem simbólica e elementos de nossa cultura ibérica.

Ramiro Barcelos, preterido em sua candidatura a senador, satirizou, em 1915, no poemeto *Antônio Chimango*, ao governador Antônio Borges de Medeiros. Cada capítulo inicia com a ronda, que descreve em sextilhas as lides campeiras, depois o tio Lautério reúne a peonada e conta a história relambória de um tal Antônio, Chimango por sobrenome. O anti-herói, é apresentado como astuto, malicioso e intrigante, na maior sátira política escrita no Rio Grande do Sul. Nada mais cômico e ridículo do que Borges de Medeiros transformado em gaúcho, pois como seguidor da doutrina de Auguste Comte, tinha como símbolo do progresso a sociedade industrial, antítese dos costumes campeiros.

A luz elétrica, o bonde e o cinema trouxeram modificações sociais, principalmente os filmes estrangeiros, ainda mudos, que mostravam ao povo novos valores, outras idéias e formas de viver. Na década de 1910, encontrei referências em jornais sobre grupos carnavalescos, em Porto Alegre, fantasiados de gaúchos, com botas, esporas e bombacha. Mas na década seguinte, em resposta ao movimento modernista, com seu nacionalismo e nativismo, firmou-se o mito do gaúcho, cultuado como nosso ancestral. O sul-rio-grandense virou gaúcho.

Em 1925 Vargas Netto publicou *Tropilha Crioula*, verdadeiro hino de exaltação ao gaúcho e às suas vivências de campo aberto. O estereótipo do gaúcho valente, machão, hospitaleiro e bom passou a ser explorado pelos escritores tradicionalistas que criaram obras eruditas, com linguagem popular extinta, para serem incorporadas pelo povo como tradição gauchesca. Na realidade a tradição popular é dinâmica e se modifica no decorrer do tempo.

Universalmente o herói fundador vive num mundo diferente, simbolicamente o gaúcho vive gauderiando no Pampa, livre como o vento Minuano que corre pelas verdes coxilhas. É um mundo de fronteira, onde só o valente sobrevive, sem patrão e sem lei, conforme o poeta popular:

> Quem é gaúcho de lei
> E bom guasca de verdade,
> Ama, acima de tudo,
> O bom sol da liberdade

---

[27] MAYA, Alcides. *Alma bárbara*, p. 59.

Nos campos de minha terra,
Sou gaúcho sem patrão;
De a cavalo, bem armado,
Minha lei é o coração.[28]

Estes versos, coletados por Augusto Meyer, tornaram-se anônimos e sendo aceitos por uma tradição oral, tornaram-se autênticos.

A palavra *guasca* é origem pampiana, termo charrua que significava tira de couro, mas é usada como sinônimo de homem livre, conforme o tema do versos.

A identificação com o índio charrua foi sublimada por Alcides Lima, em 1882, quando afirma que o gosto pela liberdade era herança do charrua, que não tinha chefe e tudo decidia em assembléia.

O gaúcho tem sua imagem sublimada porque a imaginação sempre seleciona o que há de melhor, ocultando o negativo, assim, até mesmo o mais humilde, se é de pele mais escura deixa de ser negro para ser índio. Na linguagem dos CTGs usam o termo *xiru*, do quíchua *chiru*, para designar um rapaz. Há comparações com índios charruas na literatura. O *termo* criollo é do espanhol, significando nativo, próprio do lugar, como por exemplo *música criolla*.

Há um racismo encoberto, que aflora em Severino de Sá Brito quando afirma que os índios trouxeram dois grandes benefícios ao Rio Grande do Sul: concorreram para formar a peonada nas estâncias, diminuindo a introdução do elemento negro e ainda prestaram o serviço de apagar essa mancha negra.[29]

A mesma temática está contida nos versos de Apolinário Porto Alegre:

Aqui sou rei. Se lanço a frente nos céus
Tenho por teto o azul da soledade.

.....

Aqui domino. O rancho de sapé
Livre alcácer não traz grilhões de escravos

.....

Tenho um trono, é trono do cavalo.[30]

Ser rei, dono de si, na vastidão da campina, tendo por trono o dorso de um cavalo, companheiro fiel do campeiro, tanto nas lides campeiras como na guerra.

Lembrando o gaúcho guerreiro, Múcio Teixeira compôs um hino sobre a paz de 1895:

Dos gaúchos a lança guerreira
Que lhe caía de pronto das mãos:
Não façamos da nossa bandeira
A mortalha de nossos irmãos.[31]

Noutra poesia exalta o valor lendário do gaúcho, comparando-o com a rapidez do vento, destacando sua liberdade:

Nunca vista o gaúcho soberano
Mais rápido que o vento minuano
O régio vendaval?[32]

---

[28] MEYER, Augusto: 37.
[29] BRITO, Severino de Sá, pag. 128-129.
[30] Múcio Teixeira, II volume: 171.
[31] Múcio Teixeira, II volume: 406.
[32] Múcio Teixeira I volume: 22.

Uma das maiores fantasias publicadas no Rio Grande do Sul e prefaciada por Ernani Fornari, que a considera como "a verdadeira história do Rio Grande do Sul", com seus exemplo cívicos e morais é a novela de Martha Dutra Tavares, com música de Hekel Tavares, intitulada *O Gaúcho*. O álbum, sem data de publicação, é acompanhado por três discos, em 78 rotações, "gravado por um conjunto de artistas líricos, com coro misto e orquestra sob a direção do compositor".

Na figura de índia Ponaim a autora pretende sintetizar a verdadeira história do Rio Grande do Sul e, na mestiçagem com o brasileiro chamado de Morotim, o surgimento do gaúcho. Na primeira cena surge a inverosimilhança do cacique Yapacani, dos Minuanos, convocando a nação amiga dos Charruas e a tribo Tape para uma reunião na Serra de Aceguá, onde hoje é Bagé, a fim de discutirem a militarização da mocidade de suas tabas para se defenderem dos espanhóis que querem cativá-los.

Decodificando esta metáfora literária, veremos que os Minuanos e Charruas só tinham caciques no momento da luta, viviam em toldos com a família extensa. Nenhum grupo indígena possui a idéia de nação, que começou a surgiu na Europa no século XVIII. Nunca existiu a tribo Tape. O padre Roque González de Santa Cruz denominou Tapê a região entre os rios Uruguai, Ibicuí e Ijuí, habitada por índios Guarani. Portanto, índio Tape significa o que habita a região. Também não havia necessidade de militarizar a mocidade, porque todo rapaz ao chegar à puberdade, passava por um ritual para se tornar guerreiro.

Na segunda cena toca uma musiquinha e o locutor narra que uma partida de Brasileiros do século XVIII atravessa as verdejantes campinas do Rio Grande do Sul, viajando em lentas carretas puxadas por bois, em busca de índios porque necessitavam de braços para as lavouras!

Que grande caçada de índios: os brancos em lentas e gemedoras carretas e o índios a cavalo! Para haver o confronto os índios deveriam procurar os brancos. Se fugissem não seriam alcançados. No século XVIII, os que nasciam no Brasil eram portugueses, pois o território colonial pertencia a Portugal. Só a partir de 1822 é que teremos a nacionalidade e cidadania brasileira. A ilustração do álbum mostra vaqueiros norte-americanos a cavalo e em carroças, aquelas dos filmes de faroeste, puxadas por cavalos, contrariando o texto.

Na terceira cena os índios Minuanos são avisados pelas sentinelas da aproximação dos brancos. Levam as mulheres e crianças para a gruta do Taimbé. Os guerreiros montam nos "cabayus" e deixam o acampamento (o correto seria aldeia), no Ibytori, ou terra da alegria, mais ou menos onde hoje é Santa Maria da Boca do Monte, e rumam para cima das coxilhas. Lá, deitados ao lado do cavalo deixam os brancos se aproximarem, pensando que é apenas um rebanho de animais.

Na realidade as mulheres acompanhavam os índios na guerra, só os velhos e as crianças ficavam na aldeia. Os índios são minuanos, mas Taimbé (fenda na terra) e Ibytori são vocábulos guaranis. No episódio narrado há apenas uma coisa certa: os índios pampianos deitavam-se ao lado do cavalo para se aproximarem do inimigo. A autora enganou-se com a localização, na região da Boca do Monte viviam os guarani, os minuanos habitavam junto ao rio Jaguarão e no atual território da República Oriental do Uruguai.

Voltamos ao texto e ao disco. Toca a música e começa a quarta cena. As carretas continuavam em sua marcha descuidada. (Mas não estavam caçando índios?) Os brasileiros não eram conhecedores dos hábitos e táticas empregadas pelos índios das campinas do sul. Tomam a direção dos cavalos. Os minuanos lançam seu grito de guerra musicado e atacam os brasileiros. Depois de algumas investidas com saraivadas de flechas, os minuanos arremessam suas lança compridas, obrigando os invasores a fugir em desordem.

Aqui, apenas um comentário: lança comprida não é arremessada, o cavaleiro se aproxima e crava a lança no inimigo.

Finalmente entra em cena Ponaim, Flor Maravilhosa, que notou a coragem de um prisioneiro. Ela fica junto a ele. Os dois conversam e ele pergunta quando será sacrificado. Ponaim conforta o estrangeiro cheia de simpatia e compaixão!

A autora não explica como Ponaim confortou o prisioneiro, pois na cena anterior os brasileiros não conheciam os hábitos dos índios, portanto não sabiam seu idioma.

Considerando que a autora usa o idioma guarani para designar as personagens, Flor Maravilhosa deveria ser *Ivoty Porá*. Se os índios eram minuanos, teriam degolado imediatamente os inimigos que se entregaram. Se fossem guarani, pegariam os prisioneiros para um banquete antropofágico. Nesse caso, ganhariam mulheres até que engordassem para o grande festim, que seria na época da piracema, quando há abundância e é mais fácil capturar peixes.

Na sexta cena, o jovem branco, chamado pelos minuanos de Morotim (Morotim: branco, alvo, em guarani) resolve fazer uma viola. A autora usa trechos de uma poesia guarani, coletada ou elaborada por João Cezimbra Jacques, colocando-a num canto da índia minuana Ponaim. O ilustrador comete o erro crasso de vestir Ponaim com uma tanga de penas. Esse tipo de vestimenta aparece em rituais de algumas tribos do Alto-Amazonas, jamais no sul do Brasil.

Na sétima cena, mais disparates com o ritual de sacrifício: Morotim é amarrado num poste e lá fica esperando o sacrifício enquanto as mulheres trabalham.

A narrativa entra em choque com as descrições de Hans Staden e de outros que presenciaram o ritual de antropofagia, quando o prisioneiro fica amarrado pela cintura por uma corda, chamada de muçurana, com um índio segurando em cada ponta, enquanto o carrasco tenta abatê-lo com um tacape. Não havia poste. Apenas o caldeirão onde cozinhavam os miúdos e uma grelha de varas onde moqueavam a carne do prisioneiro (Staden: 57-60).

Na oitava cena o chefe minuano Yapacani ameaça os brancos dizendo que a morte de Morotim é um aviso a todos que ousarem capturar índios.

O chefe minuano, na cena nona, permite ao prisioneiro um último pedido. Morotim pede para tocar a viola. Ponaim trás o instrumento.

A cena dez é tomada pelo canto triste de Morotim. Os bárbaros, isso mesmo a autora escreveu bárbaros, ouvem com enlevo e exclamam: *gaú-chê*! *Gaú-chê*!

Em nota ao pé da página a autora explica que Aurélio Porto, em *Apontamentos sobre a História do Rio Grande do Sul*, registra que *gaú* é igual a cantar triste, e *chê* é gente, portanto *gaú-chê* é gente de cantar triste.

Se a autora usa o guarani, *chê* significa eu ou para *mim*. O termo gente é *avá*. *Gaú* é desejo. Traduzindo *gaú-chê*, seria *meu desejo*. Na província de Corrientes, Argentina, o termo gaúcho corresponde a *okaraýguá, o que vive fora.*

Está certa a autora quando fala da sensibilidade do índio para a música.

Na décima primeira cena, Morotim caça avestruzes com boleadeiras. Os índios sovam o couro, fazem arreios e vão até as Missões permutar as plumas de avestruz, o mel, o pinhão e a erva-mate por ferramentas, panos e sementes. "Assim progrediam em civilização, graças a inteligência dominadora do branco", conforme o texto, os índios devem ter entrado no capitalismo selvagem.

Índios não usam arreios pintados, os minuanos não sabiam preparar erva-mate, tinham que buscar com os guarani. Os pinheirais, onde coletavam pinhão, ficavam no planalto Brasileiro Meridional, de propriedade dos índios jê, que matavam os invasores de seus campos de caça e pinheirais. Portanto, nada em relação com a inspiração estruturada poeticamente pela autora.

Na décima segunda cena Yapacani, vendo que o brasileiro era estimado por todos, resolve casá-lo com Ponaim, diante do "fogo sagrado". Depois do juramento mútuo do casal, entregam-se todos à dança da chimarrita, tema popular sul-rio-grandense. Com influência do brasileiro, melhorou a situação dos minuanos que já não sofriam ataques dos brancos. Confiantes, aproximam-se das estâncias e se misturam com os peões.

"Dessa bela união do elemento branco das estâncias com o indígena, resultou o tipo desse homem extraordinário que se chama Gaúcho". A princípio nômade, em seguida seminômade, o gaúcho é o digno habitante do Rio Grande do Sul, estado privilegiado entre todos e destinado a ser um dia o celeiro do Brasil.

Ao avaliar a pertinência das afirmações da autora, é fundamental lembrar que de acordo com o *teko yma* (costume antigo) é a mulher que escolhe o futuro marido, comunicando ao chefe do clã que examinará todos os impedimentos para evitar incesto. O mais engraçado do texto é os índios dançando a chimarrita, ritmo açoriano.

A autora desconhece que o nomadismo é uma atividade que consiste em levar o gado em busca de melhores pastagens, conforme a variação das estações do ano. No verão os pastores levam o rebanho para a montanha e no inverno para os vales. No deserto, os nômades habitam em tendas desmontáveis para facilitar o deslocamento constante em busca da pastagem para o gado. Sendo o gaúcho um grupo social de ínfima categoria, que vivia gaudério e não nômade ou seminômade, não poderia forma a cultura do Rio Grande do Sul, mas fazia parte dela por sua marginalidade.

Em 1937, com o Estado Novo, as instituições regionalistas são extintas em face da política nacionalista de Getúlio Vargas. Com a fundação do 35CTG, em 1948, surge um novo ciclo do gauchismo. A produção literária tradicionalista é tida como modelo de nossa tradição, sendo adotada inclusive em escolas, difundindo uma realidade idealizada, transformando em espetáculos gauchescos as manifestações culturais de diferentes etnias que formam o Rio Grande do Sul. Nas áreas de colonização alemã, italiana e polonesa, onde não existiu o gaúcho, erguem-se galpões de CTG, onde descendentes de colonos fantasiam-se de gaúcho e de prenda, esquecendo as tradições e o folclore de seus antepassados. Prefeituras de município sem a tradição do gaúcho, realizam rodeios, festivais de canções e de danças, destruindo muitas vezes o folclore e tradição locais.

A linguagem simbólica surge em decorrência da existência de muitas coisas fora do alcance da compreensão humana. O símbolo do gaúcho representa um conceito que não se pode definir, que transcende o seu significado manifesto. A representação do mito exprime, em muitas comunidades, uma experiência que as pessoas gostariam de ter vivido, mesmo transformada numa fantasia inconsciente, evasiva, precária, que precisa ser estabelecida com normas: tamanho da armada do laço, coreografia da dança e tipos de pilchas.

O símbolo do gaúcho tornou-se coletivo porque usa arquétipos arcaicos que foram elaboradas cuidadosa e conscientemente na mitologia de todas as civilizações ao longo dos séculos: a coragem, ousadia, alegria, indiferença pela morte, honestidade, honra, amor ao pago, machismo, a lealdade. Segundo Jung, estas imagens arquetípicas são instintivas, fazem parte da natureza humana. O gauchismo nada mais é do que um fator antagônico em decorrência da urbanização e da transformação da sociedade que trouxe rupturas morais, mudanças nas relações familiares, competição econômica, dificuldades de relacionamento e reivindicações de grupos, de etnia e de sexo.

BIBLIOGRAFIA

ASSUNÇÃO, Fernando O.. *El gaucho – estudio socio-cultural*. Montevidéu: Direccion General de Extensión Universitária, 1978.
BRITO, Severino de Sá. *Trabalhos e costumes dos gaúchos*. Porto Alegre: Erus, sem data.
DURAND, Gilbert. *As estruturas antopológica do imaginário*. S. Paulo: Martins Fontes, 1997
ELIEDE, Mircea. *Mito y realidad*. Madrid: Guadarrama, 1973.
FLORES, Moacyr. *Historiografia – Estudos*. Porto Alegre: Nova Dimensão, 1989.
FLORES, Moacyr. Dramaturgia regional. In FLORES, Hilda A. H. (org.) *Regionalismo sul-rio-grandense*. Porto Alegre: Nova Dimensão/CIPEL, 1996, p. 101-110.
JUNG, Carl G. *O homem e seus símbolos*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.
LIMA, Alcides. *História popular do Rio Grande do Sul*. Rio de Janeiro: Leuzinger, 1882.
MEYER, Augusto. *Prosa dos Pagos. Rio de Janeiro*: Livraria S. José, 1960.
VEYNE, Paul. *Acreditavam os gregos em seus mitos?* S. Paulo: Brasiliense, 1984.
TAVARES, Martha Dutra. *O gaúcho*. Sem local, sem editora e sem data.
TEIXEIRA, Múcio. *Os gaúchos*. Rio de Janeiro: Leite Ribeiro, 1921.

OS PRESÍDIOS E O INÍCIO DA URBANIZAÇÃO RIO-GRANDINA

Raphael Copstein

Nos quarenta anos que mediaram, entre 1737 e 1777, à margem sul do Canal do Rio Grande distribuíram-se nove fortes (Rego Monteiro, 1937, p. 244). Os dois mais antigos levantados pelos lusos e os outros de construção espanhola. Representavam concepções defensivas diante das guerras travadas pelas coroas Ibéricas nas plagas americanas. O presente trabalho tem como preocupação não o desempenho militar dos fortes construídos pelos portugueses, mas sim saber se influenciaram a urbanização do sítio da atual cidade do Rio Grande.

A defesa territorial dos Estados e de suas possessões, até há não muito tempo, compreendeu a instalação de fortalezas. As posições e sítios desses empreendimentos selecionavam-se de acordo com as necessidades e desenvolvimento militar da época. Praças fortes elevadas em pontos considerados estratégicos pelos conhecimentos militares do tempo tinham por finalidade garantir a posse da terra, a segurança do comércio, a defesa dos caminhos propícios à invasões ou os utilizados pelos mercadores e ainda servirem de apoio bélico a sítios de interesse governamental. Nada impedia agregar-se às instalações militares com a sua função decorrente, outra, geralmente, a comercial.

Junto a muitas fortalezas, a satisfação de exigências dos contingentes militares e/ou a situação propiciou trocas com o exterior, atraindo e fixando, além de soldados, moradores civis. O crescimento dessa população resultou no aparecimento de núcleos de natureza urbana, classificados em Geografia pela sua atividade principal como de função militar. Esta função, atualmente, tem reduzidíssima expressão.

O conceito geográfico de função urbana merece criticas (Reis, 1968). Sem discuti-las, diz-se o que se entende por tal. A função urbana é a resposta de um aglomerado humano, ocupando determinado espaço, com do objetivo de atender, através de suas atividades, necessidades diversas, locais e externas. Não existe habitat urbano onde todos os habitantes exercem a mesma atividade ou onde esta visa satisfazer apenas a própria coletividade. Esta postura deixa de considerar como prioritária, a importância numérica do contingente populacional para identificação de uma área como urbana e pode dispensar o ato legal da categoria do aglomerado.

Modificações funcionais, como alterações na sistemática guerreira, podiam trazer a decadência da função primitiva. Se ao lado dela, não se houvesse(m) acrescida(s) outra(s), o forte e o povoado constituídos em conseqüência, tendiam ao desaparecimento ou, na melhor das hipóteses, à decadência ou à estagnação.

A troca de função preservou muitos desses burgos mesmo quando houve exigência de mudança de sítio. Há lugares (Heidelberg, por ex.) onde ruínas das fortificações testemunham a passada origem e sítio diferentes do atual. Noutros, apenas a tradição ou velhos documentos guardaram a lembrança de um quadro já apagado.

Junto a cada um dos fortes portugueses, inicialmente referidos, arquitetados no século XVIII em sítios semelhantes da restinga gaúcha, surgiu uma povoação. Ambas distinguir-se-iam da área rural circundante como se percebe na Provisão passada a Antônio Gonçalves Chaves pelo Mestre-de-campo André Ribeiro Coutinho em dezembro de 1737

(Anais do A R.G.S., vol. 1 p.55)

> *André Ribeiro Coutinho (comandante do Rio Grande de São Pedro (...)Faço saber (...) que haja quem deva fazer as confrontações das terras que se houverem de dar aos povoadores deste distrito, tanto para erigir a povoação como as que houverem de ser para as lavouras, pastos de gados(...)*

Originalmente, com a mesma função - a militar - uma das povoações e o forte junto a qual surgiu desapareceram após curto espaço de tempo, a outra permaneceu porque ao lado da função primeira, outra, desenvolvida concomitantemente, suplantou-a e manteve-se enquanto a fortaleza deixou de ter importância. As áreas respectivas inserem-se, hoje, no perímetro urbano do Rio Grande graças ao crescimento horizontal da cidade.

O desenvolvimento da pesquisa implicou em consulta a fontes, comparações e análise do comportamento diverso.

A costa rio-grandense entre o sul de Torres e a foz do Arroio Chuí constitui-se genericamente de vasta planície resultante de fenômenos ambientais, das variações do nível marítimo ocorrido nos fins do Cenozóico e é sulcada por lagunas e lagoas. Este espaço liga-se com o oceano a 32° 04' de latitude sul através do canal do Rio Grande, desaguadouro da laguna Lagoa dos Patos. Dunas inconstantes são modeladas, ainda hoje, pelos ventos no cenário da restinga rio-grandense.

Enquanto o Rio Grande do Sul abrigou somente população autóctone, as terras da restinga tiveram apenas ocupação sazonal. Os Jesuítas, posteriormente à conquista da América, interessaram-se em catequizar e fixar os aborígenes. Atitude oposta a dos bandeirantes que, preando índios, contribuíram para o despovoamento.

O interesse das Coroas Ibéricas pelas terras formadoras do Continente de São Pedro manifestou-se tardiamente. Justificou-se na ausência de riqueza satisfatória às respectivas cobiças. Surgido o escambo, as atitudes reais modificaram-se diante de vantagens diversas.

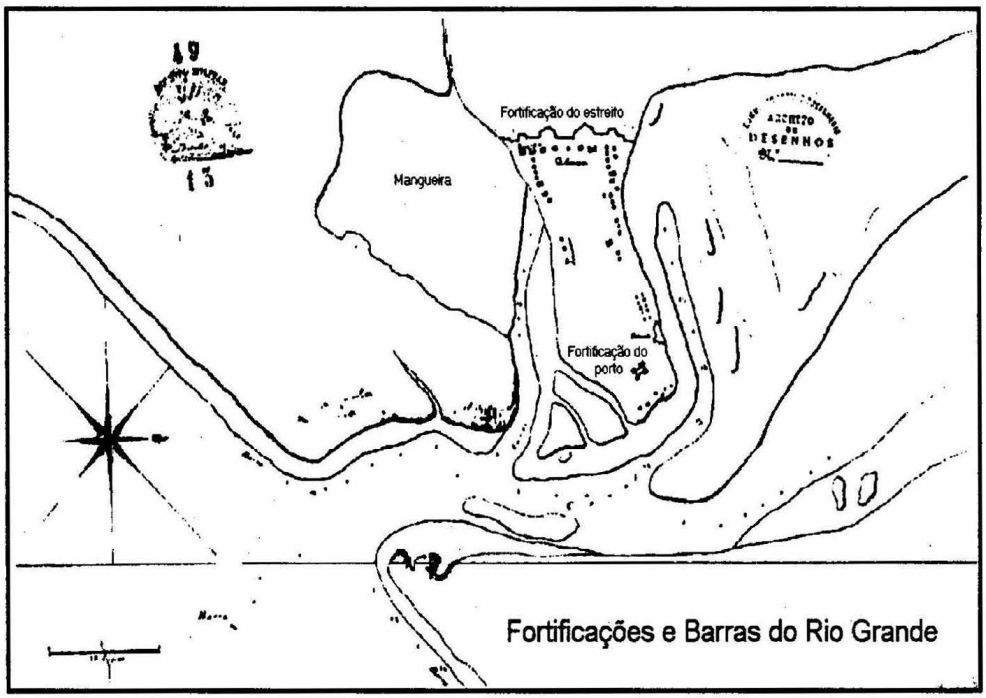
A fundação da Colônia do Sacramento movimentou, através do contrabando, rendoso comércio em detrimento dos privilegiados negociantes sevilhanos. Atingindo os interesses do erário espanhol, provocou reação governamental e exigiu do governo português pontos de defesa no espaço que a separava do Brasil. A isso, acrescentou-se, na área, a exploração do rebanho alçado de bovinos, valorizado pelo surgimento de um mercado para os subprodutos - couros, sebo etc. - e o comércio de muares com Sorocaba. Essas felizes combinações provocaram o início da ocupação espontânea e fixação de súditos lusos na área litorânea do Rio Grande do Sul. Despertaram, como não poderia deixar de ser, os interesses da Coroa para um espaço que se valorizara, mas tido pelos espanhóis, pacificamente, como seu. Os monarcas bragantinos iniciaram a regularização da posse das terras de Tremandi ou Tramandi a partir de 1732 (Bastos,1936, p. 135). Houve, ainda, empenho em achar melhores caminhos para as tropas de mulas. O apoio bélico necessário à Colônia do Sacramento - marca da ocupação meridional lusa - exigiu a permanência de contingentes militares à margem sul do Canal do Rio Grande (1737).

A inclusão oficial da faixa litorânea rio-grandense no ecúmeno português iniciou-se em 19 de fevereiro do ano de 1737[33]. Transpondo a Barra do Rio Grande, o Brigadeiro José da Silva Pais fundeou e iniciou a construção de fortificações garantindo ao seu monarca a posse das novas terras. A tarefa do Brigadeiro não era fácil. A grande planície que se estende do sul do Canal do Rio Grande até Castilhos Grande, atualmente território uruguaio, (hoje Departamento de Rocha) não oferecia o relevo mais adequado às instalações em vista. A escolha da posição geográfica onde surgiram as fortificações isto é, a margem sul do canal do Rio Grande, foi decisão da Corte como se lê nas correspondências enviadas por Dom João V ao Capitão de Mar e Guerra Luís de Abreu Prego, Comandante da esquadra portuguesa no Rio da Prata, datada de 23 de março de 1736, a Gomes Freire de Andrade, escrita no dia seguinte, e na ordem ao Brigadeiro José da Silva Paes (RIHGRGS. 1948, p. 4). Mandou o rei erguer fortaleza na parte do Sul no **cítio, que se julgar mais vantajoso** (...) e povoar a área. A seleção dos locais ficou

[33] Em 1725, a mando de Brito Peixoto, seu genro, chefiando pequena expedição terrestre, conhecida como a Frota de João de Magalhães estabeleceu-se na s proximidades da atual cidade de São José do Norte. Esta efêmera ocupação não marcou a paisagem rio-grandense.

sujeita à competência do Brigadeiro que, rapidamente, os determinou e iniciou as respectivas obras. Na atual área urbana da cidade do Rio Grande, Pais encetou a construção de dois fortes. Na porção oriental, não distante dos pântanos do leste e do sul, *em situação muito a propósito para senhorar o porto* (...) (Varnhagem, 1975, p. 21) começou o Presídio de Jesus-Maria-José. Para a defesa contra ataques terrestres, de espanhóis ou de indígenas (Belchior, 1937), quatro meses após, iniciou a oeste da primeira,. à distância de 3300 metros aproximadamente, na parte mais estreita da península, o forte denominado do Estreito e, também, conhecido como de Santa Ana ou de Santa Ana do Estreito em virtude do orago do templo ali erigido. Para o sul foram estabelecidas guardas avançadas no Taim e em São Miguel. Antes de findar o mês de julho de 1737, já estavam prontas as igrejas dos fortes de Jesus-Maria-José e do Estreito. O Brigadeiro retirou-se em fins de dezembro, sendo substituído no comando pelo Mestre de Campo André Ribeiro Coutinho que praticamente construiu o forte do Estreito, e demais instalações, exceto a igreja, e ali estabeleceu a sede dos serviços civis:

> *(...) para cômodo da mais gente, arrecadação da Fazenda Real e expediente de tudo o que era preciso a um estabelecimento novo fiz uma vedoria e casa para o comissário de mostras (...) casa para o governo ;* (Memória dos serviços prestados pelo Mestre-de-Campo André Ribeiro Coutinho. 1936, p. 238)



A futura vila do Rio Grande, portanto, marcou o seu nascimento com duas povoações que Coutinho (op.cit. p. 238) disse: *que formei no Porto e no Estreito.* A última exercendo funções militar e administrativa e a surgida com o forte de Jesus-Maria-José no local de travessia do gado dos campos do sul, desde 1717 (Domingues, 1992) donde a denominação porto (Rego Monteiro, 1979, p. 349). O ancoradouro atraiu mercadores levando, em seguida, a função comercial a sobrepujar a militar. Em 1738, (Porto, 1954, p.137) o Porto contava com doze negociantes.[34]

O forte não teve destaque no desenvolvimento e nem na defesa do Rio Grande. Conforme o Regimento de Coutinho, (...) *forte do* ***Porto*** *só construiu* [Silva Pais] *para segurar o primeiro passo que deu neste terreno (...)* (p. 128). Serviu sim, como marco do poder à sombra do qual uma população laboriosa exerceu suas atividades apesar da areia e das dificuldades apresentadas pela barra. Quando do término da construção do forte e povoado do Estreito de Santana, o núcleo do porto tinha menos de 10% do efetivo sob as ordens de André Coutinho. Por ocasião da conquista espanhola, o poderio de Jesus-Maria-José não foi testado devido a fuga da autoridade mas, não deveria ser grande coisa. Até recentemente havia dúvidas sobre a sua localização, tanto que o marco comemorativo de sua existência foi implantado nas proximidades do terreno que ocupou, no que foi chamado Praça do Forte.

Portugueses e espanhóis apresentaram intenções diferentes quanto ao Rio Grande. Os primeiros, tiveram em mente a fixação de povoadores e o desenvolvimento comercial o que jamais foi preocupação dos castelhanos. Nos treze anos em que retiveram o Rio Grande, afastaram a população, as trocas perderam a importância e a vila entrou em decadência. Pretendiam exclusivamente evitar o contrabando e garantir uma posse do que consideravam seu. O pouco cuidado dispensado ao ambiente aumentou o movimento das areias que avançaram em direção ao oeste. Quando da reconquista, (1776) a área urbana da vila do Rio Grande achava-se reduzida e em péssimo estado de conservação. Ainda assim, rapidamente, se recuperou.

A administração de ordem civil, que, nos primeiros tempos, se assentou no Estreito, não era de competência inerente aos chefes da Comandância. A situação peculiar (Costa e Silva, Riograndino, 1968, p. 112) criada com a inexistência de autoridades designadas para o ordenamento civil e a necessidade deste ordenamento levou os comandantes a exercer, até a criação da vila, funções pertinentes a administradores de Capitania.

O Mestre de Campo estabeleceu-se com a maior parte da tropa no Estreito. Explicou o destaque desse estabelecimento *no Regimento pelo qual se há de governar o oficial comandante da guarda do porto* (Anais do Arquivo Histórico RS, 1977). As instalações do Estreito eram mais importantes do que as do Porto. Deveriam conjurar os perigos vindos por terra o que determinou a fixação ali da Comandância Militar.

Apesar da aparente durabilidade que a nomenclatura forte sugere, os mesmos eram construídos com material precário Cedo desapareceram da paisagem rio-grandina. Quando da Invasão Espanhola, Jesus-Maria-José era o único deles ainda de pé.

Santana do Estreito desapareceu e o fato tem sido explicado, em vários trabalhos, pela ação eólica sobre as areias que teriam soterrado a povoação e a fortaleza.

Baseia-se a afirmativa no *Diário da expedição às Missões do Uruguai de Gomes Freire de Andrada* (Barreto, 1973 p. 47):

> *a povoação do Estreito (na Vila do Rio Grande) se desfez toda, e de novo se passou tudo para o porto, e cauzou grande admiração ver donde vivia maior parte deste povo todos cobertos de areya, que muitas vezes lhes tapa as portas das cazas em que morão.*

---

[34] Os comerciantes eram: Antônio Vieira de Mendonça, José Ribeiro Gomes, Manuel Jorge, Jerônimo Ferreira, Manuel da Silva, Tomé Domingos Pereira, José Pinheiro Soares, Paulino da Costa, Manuel Francisco Dias, José Freitas Guimarães, Lourenço Antônio e Bernardo Furtado Vasconcelos

Teria sido, portanto, a movimentação das dunas a causadora do desaparecimento do povoado e forte do Estreito. Se essa a explicação fosse válida, como justificar na faixa litorânea norte-rio-grandense a sobrevivência de Mostardas, paróquia em 1773; Estreito, paróquia em 1761; Bojuru, São José do Norte, freguesia em 1820, todas submetidas ao mesmo fenômeno. Ademais, seria crível o abandono de um lugar devido aos incômodos produzidos pela areia e transferência da população para o Porto para enfrentar o mesmo problema causador da expulsão? As transcrições seguintes, datadas de anos diferentes mostravam a povoação do Porto, posteriormente vila, não isenta dos efeitos do vento sobre as areias. Bem pelo contrário

> *Los infelices vecinos tampouco en ellas están seguros, por ser casi sepultados por la mucha arena que el fuerte viento acumula en derredor.* (Strasser, 1744)

Três anos após esse registro, o Rio Grande do Porto tinha condições para que o Monarca Português mandasse elevá-lo à condição de vila.

Carta do vigário de Rio Grande Manoel Francisco da Silva, datada de 25 de janeiro de 1755, expondo a Gomes Freire (Barreto, op. cit. p. 47) as péssimas condições da principal igreja, quatro anos após a instalação da Vila, é outra garantia de que a ação eólica no solo arenoso, apesar de violenta, não impedia a existência de um núcleo populacional próspero.

> *Mas pela pouca firmeza da edificação,* [do templo] *e pela continuada invasão das areias, e tempestades deste ano, se tem posto aquele sítio indecente, incapaz de se poder conservar ali o templo de Deus e tanto assim que na noite de 25 para 26 deste mês, em que houve a rigorosa tormenta, e tempestade que V. Exa. muito bem viu e presenciou, indo eu para dizer missa ao povo, o não pude conseguir, porque achei a porta coberta de areia até o meio (...) E indo outro dia, que era domingo, para dizer missa o não pude também conseguir pela muita e continuada areia que vertia do telhado (..) E entrando em consideração de transladar o Santíssimo Sacramento para outra igreja, vejo a não há no Rio Grande,; porque ainda que há a tal capelinha da Lapa e a da Sn.ra Santana, nem, para esta, por estar meia légua distante da Povoação (...)*

Betâmio, em 1780, falando do Rio Grande assim se manifestou:

> *Dirão que o terreno é indigno pelas muitas areias que formam combros e que formidáveis e que estes cada vez mais se vão aproximando à vila, sepultando edifícios dela, e que não duvido sucede, e sucederão se não houver algum trabalho para os impedir.*

Aires de Casal, em 1817, prestou o seguinte depoimento sobre Rio Grande:

> *(...) as ruas de areia finíssima (...) onde anda à vontade do vento e chega a sepultar casas pequenas. Na estação das ventanias nada se come sem uma porção deste sal (...) (p. 100).*

Gonçalves Chaves (1978, p. 176) anotou na *Quinta e Última Memória* publicada em 1823, passados 70 anos da remessa da carta do Vigário Silva, a permanência do fenômeno:

> *As areias no Rio Grande fazem continuamente uma terrível invasão em toda parte da Vila (...), e têm submergido ruas inteiras. Pelos exames que procedemos conhecemos que 27 propriedades que em 1811 pagaram de décima 67$564 já em 1816 não existiam por terem sido submergidas pelas areias. Todas estas casas eram situadas nas ruas Direita da Praia desde a Igreja para Oeste.*

Essa invasão que continuou por muito tempo, abrangendo as principais ruas, não acabou com a Vila mas foi preocupação constante dos seus vereadores. As atas da Câmara contêm inúmeras referências. Destaca-se aqui, entre as muitas, em 28 de abril de 1830, a existência de uma comissão incumbida de promover uma subscrição voluntária para remover areias na parte ocidental da rua da Praia.

Existe no Arquivo Municipal Rio-grandino um índice dos livros de Vereança onde se constata, em 1830, que o fiscal suplente da vila apresentou a Câmara um orçamento de 288$000 (Duzentos e oitenta e oito mil reis) para abertura de areias na Rua da Praia. Em 1835, foi indicado ao Fiscal dividir os carros que trabalham no Beco do Justino, sendo três deles para leste e outros tantos em sentido oposto onde o problema das areias era mais grave.

Pela Lei nº 57 de 29 de maio de 1846, título 10 - Despesa Municipal, Art. 1 parágrafo 2., o ficou a Câmara autorizada a gastar, *com a remoção de areias, todo o saldo que houver da receita orçada.*

Na verdade, os rio-grandenses, cedo, apreenderam a conter, expulsar e a conviver com as areias quando, alguma vez elas pareciam sair vencedoras no relacionamento homem-meio. Não é em vão que os rio-grandinos são conhecidos, ainda hoje, pela alcunha de **papa-areias.**

O abandono de Santana do Estreito não se vinculou ao deslocamento de dunas e respectivos efeitos apesar da presença do problema. Se a movimentação dos cômoros acabasse com vilas e povoados da Restinga Gaúcha, Rio Grande talvez nem constasse na memória histórica provincial.

Não se deve ignorar, entretanto a colaboração antrópica no movimento das dunas no sítio de Santana o Estreito. André Coutinho na Memória enviada a Gomes Freire em 1740 (RIHGRGS, 4º trim. 1936, p. 239) disse ter abatido um mato de 933 braças de comprimento por 40 de largura. Barreto, (op.cit.,1973, p. 380) consultando documentação na Diretoria do Patrimônio do Exército, transcreveu a seguinte passagem também de autoria de Coutinho: *desmontei hum outeiro, que cobria huma chegada ao fosso na curta distância de 40 palmos.* O citado outeiro era sem dúvida, uma duna estabilizada cujos capões são constituídos, comumente, por *salsos, figueiras, maracujá, maricá, jerivá, corticeira, barba-de-pau, coronilhas etc.* (Vieira,1988, p. 154) As citações, confirmam a presença da ação humana na quebra do precário equilíbrio ecológico da região. Afirma-se, porém, que essa interferência no movimento das dunas, não alcançou intensidade maior do que a verificada em outras áreas da Restinga onde os povoadores resistiram, como já se fez ver, ao deslocamento dos combros pelo vento.

Não se aceitando a explicação usual sobre o abandono da povoação do Estreito que, conforme Queiroz (Op. cit., 1987, p. 65) *possuía o maior contingente populacional, formado por civis e por sessenta e cinco por cento de todo o efeito militar* do Rio Grande, é preciso buscar outra razão.

Registrou-se, anteriormente, a importância da função geográfica no estabelecimento e permanência dos núcleos de características urbanas. Na comunidade do Estreito de Santana, parte apreciável da população era formada por militares cuja soldadesca, com vencimentos constantemente atrasados, não podia nem se movimentar

livremente entre as duas povoações (Representação do Corpo de Dragões ao Governador Diogo Osório Cardoso em 1742. Anais do Arquivo Histórico, p. 153) onde as distrações de um porto, mesmo então, deveriam atraí-la. Tratava-se apenas de gente ali domiciliada por constrangimento funcional. A ela deve-se acrescentar servidores públicos, incluindo religiosos e pouco mais. A maior importância numérica dos habitantes de Santana do Estreito, em certo momento, não tinha correspondência em maior pujança econômica ou religiosa. A povoação do Porto, inclusive, dispunha de mais um templo, além do elevado por Silva Pais, o de Rosário do Hospício (Loréa Pinto, F., 1937).

Desaparecendo a função primordial, a castrense, não haveria razão para manter ali a burocracia, ainda mais após a implantação da vila. A perda da função para a qual fora criada é confirmada nos seguintes trechos de Gomes Freire a Tomás Luís Osório, datada de 1762, e de D. Joaquim del Pino.

> *De nos fortificarmos na dita angostura* [Castilhos] *tiraremos o bem de nossa conservação (...) He o antemural a Tropa e a fortificação que fizemos no citio da angostura (no terreno que medeia daquella Vila* [Rio Grande] *até o Chuí) só essa nos poderá livrar do golpe (...).* (Osório, 1937, p. 292)

Foi na Angostura de Castilhos que Tomás Osório ergueu e comandou a Fortaleza cujo orago era a santa espanhola de Santa Teresa de Ávila. Dela diz D. Joaquim Del Pino em 1772 (apud. Fortaleza Santa Teresa, 1976):

> *Llaman a este sitio* [Castilhos] *la angostura, talbez por ser um paso estrecho, preciso para venir del Rio Grande a Maldonado y Montevideo, y p.a ir de estos alla;*

e pouco adiante:

> *(...)spre* (sic) *severá* (sic) el *Enemigo obligado a venir p. este paso preciso desde el Rio Grande (...)* (Del Pino apud Fortaleza Sta. Tereza, 1967)

A defesa contra invasão terrestre do Rio Grande tendo-se deslocado bem mais para o Sul, condenou Santana do Estreito porque, enquanto, existiu não conseguiu desenvolver outra função que lhe permitisse a sobrevivência.

Tendo a razão para o abandono do forte e povoação do Estreito de Santana falta a data da ocorrência. Quando teriam desaparecido da paisagem?

Salvatori et alli (1989, p. 29) registram o ano de 1747 como o do avanço das areias que obrigara a *população praticamente a abandoná-la*. Cinco anos depois só haveria traços da povoação. Barreto (op. cit. p. 380) no verbete Coutinho falando sobre o forte e povoação do Estreito diz:

> *Ainda mais porque, ao chegar ao Rio Grande Gomes Freire de Andrada em 1752, fez transferir a povoação para o porto, aproveitando-se o material existente no antigo Estreito.*

No de ano 1752, porém, houve vários batizados no templo de Santana do Estreito, os dois últimos datados de 30 de setembro, foram o do filho de José Ferreira casado com Josefa Antônia de Oliveira, Luís, apadrinhado pelo Tenente-coronel Tomás Luís Osório e por Francisca Joaquina de Almeida Castelo Branco (pag.71/2 N. 310) representados Francisco Coelho Osório, capitão-mor. (p. 71/2); e o de Belquior, filho do casal Tenente-coronel de Dragões Tomás Luís Osório e Francisca Joaquina de Almeida Castelo Branco, apadrinhado por Gomes Freire de Andrade e Ana Lorena, camareira-mor da Rainha, representados por procuração por Francisco Coelho Osório, capitão-mor (p. 112- N. 560) (Ferraz, 1980). Mas não apenas batizados foram realizados nesse templo, no mesmo ano. Rego Monteiro (1979 p. 38 nota 45), apontou a inumação na Capela de

Santana do Estreito, do Coronel Diogo Osório Cardoso, falecido no Chuí em 4 de outubro de 1752. No livro 1 de Casamentos do Rio Grande - 7/10/1756-18/4/1763, cópia de Moacyr Domingues, existente no Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, constam: a fl.1 nº 1, a realização do casamento de Joaquim Vaz da Silva com Quitéria Ferreira de nação minuana em 7 de outubro de 1756; a fl. 15, em a 5 de maio de 1757, o casamento de Antônio Francisco Mendes com Rosa dos Anjos; em 21 de maio de 1759, as núpcias de Manuel Laranjo com Ana dos Anjos. É de se presumir que não se batizariam inocentes com padrinhos de tal importância, nem se enterraria pessoa de qualidade ou se realizariam casamentos em povoação da qual se conhecessem apenas traços. Na carta do vigário do Rio Grande, Manoel Francisco da Silva, anteriormente citada, a igreja de Santana realizava cerimônia religiosa em 1755 e no 1. Livro de Batizados de Rio Grande (Op. cit.) o registro de nº 639 feito na Capela de Santana consta pela primeira vez, após Capela de S. Ana, *que serve agora de matriz,* (fl. 101) expressão que se repete em vários outros registros. Como a Igreja de Santana do Estreito fazia parte do forte, (Queiroz, A Vila do Rio Grande de São Pedro, p. 68) é de se supor que ambos se encontravam de pé. Isso põe em dúvida a afirmação de Barreto. De qualquer maneira, Santana do Estreito era uma realidade, muito provavelmente, em decadência, ao iniciar-se a segunda metade do século XVIII.

Em 1780, ainda havia lembrança de Santana como forte. Betâmio (op. cit p. 249), referindo-se à defesa do Rio Grande assim se expressou:

> *se pode cobrir com algumas fortificações no sítio chamado Estreito onde já houve uma cortina ou obra que tanto valha.*

Até meio século atrás, no local em que se ergueu o Forte de Santana do Estreito, encontravam-se espalhados cacos de cerâmica portuguesa, de louça indígena, pregos, botões, moedas etc. (Pernigotti, 1989) Rodrigues (1898) registrou o achado de partes de alicerces, troncos de árvores e balas de artilharia que a areia escondia. Havia vestígios de sua existência, cobertos pela areia, no então chamado Campo da Hidráulica até aproximadamente 1950, quando o sítio de expansão da cidade alcançou aquela área e não respeitou os testemunhos do passado.

Teria essa povoação, sido transferida por Gomes Freire de Andrade conforme a transcrição de Barreto e a afirmação no mesmo sentido de Aires de Casal (op. cit. p. 100). Rodrigues (1895, p. 227) negou o fato, acrescentando que a provisão de 17 de julho de 1747 que criou a vila do Rio Grande *não mudou nem o local nem o orago como pretendem Pizarro, Aires Casal, Araújo e Silva e outros.* Barreto (op.cit p. 897) no verbete *MAPA,* referente ao *Plano Particular de la Poblacion* falou em transferência:

> *No" plano particular" (...) está a ' Catadura ' que é a fortificação do Estreito com poucas construções que se acumulam maiormente en La "poblacion" lá localizada na altura da atual cidade, isto é no que depois se chamou zona portuária desde quando para lá fez transferir Gomes Freire o centro cívico em 1755 (...)* ".

Comparando esta última citação de Barreto com a anterior nota-se uma pequena diferença nas respectivas redações. Na primeira diz ter Gomes Freire transferido a *povoação* e nesta última fala em *centro cívico.* Se não há duvida que a povoação persistia bem após 1752, como demonstram os documentos citados, o que se deverá entender pela transposição ao passado da expressão *centro cívico*? Seriam as repartições lá postas por Coutinho? A instalação da vila as chamaria para lá naturalmente. Que outro material poderia ser transferido além de armas e objetos da burocracia, se Santana do Estreito ainda se mantinha?

Somente o aparecimento de documentação provando ato de Gomes Freire poderia justificar uma transferência tão tardia.

Buarque de Holanda refere-se ao costume dos portugueses transferirem, comumente, o sítio das vilas (p. 26) o que deu origem às *Vilas Velhas,* mas este não foi o caso do Rio Grande.

Como a sede da vila rio-grandina jamais foi implantada no Estreito, Rodrigues, tem razão em sua afirmativa. Basta ler a Resolução de 17 de julho de 1747. Nesta, disse D. João V -

> *faço saber a vós Gomes Freire de Andrade, Governador e Capitão general da Capitania do Rio de Janeiro, que sendo-me presente a conta que me deu o Ouvidor da Comarca de Paranaguá sobre a conveniência de criar-se Vila o Presídio do Rio Grande de São Pedro, e que informastes neste particular (...) fui servido ordenar ao referido Ouvidor de Paranaguá,* por resolução de 11 do presente mês e ano (julho de 1747), (...) e que nele crie uma vila (...).

A ordem real não foi logo cumprida e as razões apresentadas pelos estudiosos são diversas e não convincentes. Em 1750, Gomes Freire, deve ter solicitado ao Ouvidor Geral de Santa Catarina instalação da vila criada exclusivamente pela vontade e resolução do monarca português. Em carta de 12 de maio de 1750, Gomes Freire ordenou a Diogo Osório Cardozo dar *toda ajuda e favor* ao desembargador Manuel José de Faria ouvidor-geral do Rio Grande e da ilha de Santa Catarina que viria a Rio Grande para criar a vila *na forma da ordem de sua Majestade de 17 de julho de 1747 (Fortes e Wagner, op. cit. p. 9).* Em 16 de dezembro de 1751, a autoridade desencumbiu-se da missão. Foi demarcada a praça da Vila, no Campo do Moinho de Vento [35] onde se levantou o Pelourinho. (Rocha, Daoiz de la 1996). Se funcionário competente implantou o pelourinho em local do aglomerado decorrente da povoação do Porto, e sendo o pelourinho, *símbolo da autoridade* (Machado Neto, 1958) ou *símbolo primitivo de autonomia e autoridade* (in Genealogia Municipal do R.J) é indiscutível a inexistência de transferência.

O núcleo rio-grandino desenvolvido ao lado do Presídio Jesus-Maria-José, como já se referiu, era ponto de passagem de gado proveniente do Sul, bem antes da criação de Silva Pais. O estabelecimento do povoado melhorou as condições de passagem dos muares para as Gerais e se tornou porto de embarque de derivados da produção extrativa do alçado rebanho bovino e redistribuidor de contrabando destinado ou proveniente do Prata. Progrediu rapidamente.

Os fortes estudados funcionaram principalmente como testemunhos ostensivos do poder real português na área. Do ponto de vista urbano, Santana do Estreito não teve a menor importância. Jesus-Maria-José foi mais uma baliza a orientar, inicialmente, para oeste o crescimento da povoação que dele não dependia.

[35] Em outro trabalho, o autor deste situou o pelourinho no atual Largo Alcides Lima. Antenor Monteiro (R.I.H.G.R.G.S., 1936) localizou-o na Praça da Caridade. A razão está com o último.

BIBLIOGRAFIA

AIRES DE CASAL - *Corografia Brasílica.* São Paulo, Ed. Cultura, 1943.

ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL - *Anais.* Porto Alegre, IEL/DAC/SEC,1977.

BARRETO, Abeillard - *Bibliografia Sul-Riograndense.* Rio de Janeiro, Conselho Federal de Cultura, 1973.

BASTOS, Manoel E. Fernandes - *A Fundação da Freguesia de N.S. da Conceição do Arroio.* In Anais do Concresso Sul-Rio-Grandense de Geografia e História. Porto Alegre, Of.Graf. Liv. do Globo, 1936.

BEAUJEU-GARNIER, / Chabot, G - *Tratado de Geografia Urbana.* Barcelona, Ed. Vicens Vives, 1970

BELCHIOR - *Crônicas da Vila de Rio Grande.* Jornal RIO GRANDE, 19/02/1937

BETÂMIO, Sebastião Francisco - *Notícia particular do Continente do Rio Grande do Sul.* In Revista do I.H.G.B. 3. Trim. Rio de Janeiro, 1858.

BOEHN- João Henrique (Tenente-General) - *Memoires relatifs à l'expedition au Rio Grande.* in Anais do Simpósio Comemorativo do Bicentenário da Restauração do Rio Grande, v. III. Rio de Janeiro, I.H.G.B/I.M.H.G.B, 1979.

BORGES FORTES, A. / WAGNER, E.J.B.S. - *História Administrativa Judiciária e Eclesiástica do Rio Grande do Sul.* Porto Alegre, Ed. Globo, 1963.

BORGES FORTES, João - *Fundação de Rio Grande.* in Anais do Segundo Congresso de História e Geografia Sul-Rio-Grandense, Vol. III. Porto Alegre, Of. Graf. Liv. do Globo, 1937.

BUARQUE DE HOLANDA, Sérgio - *Raízes do Brasil.* Rio de Janeiro, Ed. José Olímpio, 1971.

CHABOT, Georges - *Les Villes.* Paris, Colin,1948.

COPSTEIN, Raphael -. *Rio Grande - Justificativa de uma situação geográfica.* In Boletim Gaúcho de Geografia N. 7 Porto Alegre, Associação dos Geógrafos Brasileiros, Seção Regional do Rio Grande do Sul. Porto Alegre,1979.

_____ - *Evolução urbana do Rio Grande.* in Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul N, 122. Porto Alegre, 1982.

COSTA E SILVA, Riograndino da - *Notas à margem da História do Rio Grande do Sul.* Porto Alegre, Ed. Globo, 1968.

COUTINHO,André Ribeiro - *Memoria dos serviços prestados pelo Mestre de Campo (...) no Governo do Rio Grande de São Pedro dirigida a Gomes Freire de Andrada em 1740.* In R.I.H.G.R.G.S.., IV Trim. Porto Alegre, 1936.

DOCUMENTOS. sobre A Colônia do Sacramento - *Cartas régias para Gomes Freire de Andrade, Luiz de Almeida Prego e José da Silva Paes, etc.* in R.I.H.G.R.G.S. N. 109/112. Porto Alegre, 1948

DOMINGUES, Moacyr - *O Rio Grande do Sul antes do Brigadeiro José da Silva Pais.* Conferência pronunciada no IHGRGS em 5/8/1992 em cujo arquivo detém a gravação.

ESTADO MAYOR DEL EJÉRCITO - *Fortaleza de Santa Tereza.* Montevideo, Universidad de la Republica, 1975.

FERRAZ, João Machado - *Os primeiros gaúchos da América Portuguesa.* Porto Alegre, IEL/Univ. de Caxias do Sul / Escola Superior de Teologia,1980.

FONTOURA, Edgar Braga - Sinopse da História do Rio Grande -17371822.Rio Grande, FURGS, 1985.

FRAGOSO, Tasso - A Batalha do Passo do Rosário. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército Ed., 1951.

GONÇALVES CHAVES, Antônio José - *Memórias Ecônomo-Políticas.* Porto Alegre, Cia. União de Seguros,1978.

LUCCOCK, John - *Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil.* São Paulo, Liv. Martins, 1942.

LUIZ EDMUNDO - *O Rio de Janeiro no tempo dos Vices-Reis.* Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1932.

MACEDO, Francisco Riopardense de - *Nascimento da Vila.* in Correio do Povo, Caderno de Sábado, 7/11/1970. Porto Alegre, Cia Caldas Júnior, 1970.

MACHADO NETO, Brasílio - *O município no Brasil.* In Revista Brasileira dos Municípios. N. 41/42, Ano X, 1958 Rio de Janeiro, IBGE/CNE, 1958.

NEIS, Ruben - Guarda Velha de Viamão. Porto Alegre, Escola Superior de Teologia S. Lourenço de Brindes/Sulina, 1975.

OSORIO, Fernando Luís - *A trincheira de Castilhos.* In Anais do Segundo Congresso de História e Geografia Sul-Rio-Grandense, vol. II. Porto Alegre, Of.Graf. Liv. do Globo, 1937.

PORTO, Aurélio - *História das Missões Orientais do Uruguai.* Porto Alegre, Liv. Selbach, 1954

QUEIROZ, Maria Luiza Bertuline, *A vila do Rio Grande de São Pedro.* Rio Grande, FURG, 1987.

REGO MONTEIRO, Jonathas - *A Dominação Espanhola no Rio Grande do Sul.* In Anais Simpósio comemorativo do bicentenário da Restauração do Rio Grande, Rio de Janeiro, IHGB/IGMB, 1979.

REIS, Nestor Goulart Filho - *Evolução Urbana do Brasil.* São Paulo, Livraria Pioneira/Ed. USP, 1968.

ROCHA, Daoiz de la - *O Demorado Cumprimento da Determinação Real.* In Soamar n. 18, p. 18. Rio Grande, maio/junho 1996.

RODRIGUES, Alfredo Ferreira - Estatística História e Geografia. in Almanack do Rio Grande do Sul, Anos 1895, 1896 e 1898. Rio Grande do Sul, Carlos Pinto Cia Ed.,

RUBERT, Arlindo - *História da Igreja no Rio Grande do Sul.* Porto Alegre, EDIPUCRS, 1994.

S/A - *Genealogia Municipal - Estado do Rio de Janeiro.* In Revista Brasileira dos Municípios, ano V, N.18,abril/junho 1952. Rio de Janeiro, IBGE/CNG,1952.

SAINT - HILAIRE, Auguste de - *Viagem ao Rio Grande do Sul.* Porto Alegre, Martins Livreiro Ed, 1987.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de - *História Geral do Brasil.* Tomo 4. São Paulo, Ed. Melhoramentos/mec,1975.

VIEIRA, Eurípedes. F. & RANGEL, Susan. Regina S. - *Planície costeira do Rio Grande do Sul.* Porto Alegre, Sagra, 1988.

ONDE FICAVA O IBIÃ ?

Ruy Ruben Ruschel

1. INTRODUÇÃO: HISTÓRICO DO PROBLEMA.

Segundo relatos da época, IBIA ou IBIÃ foi o lugar em que os índios agrediram e martirizaram o jesuíta espanhol Pe. Cristóvão de Mendonça, em 25 e 26 de abril de 1635. Sabe-se ter ocorrido o fato no atual território do Rio Grande do Sul, mas persistem dúvidas sobre o ponto exato ou aproximado.

Tentativas de respostas à pergunta que serve de epígrafe a este artigo, feitas por historiadores gaúchos, datam de meados do século XIX. Em 1863, ao elaborar sua "História da República Jesuítica do Paraguai", o Cônego João Pedro Gay narrou o episódio da morte do Pe. Cristóvão e comentou seu lugar.[36] Com base num manuscrito em guarani datado de 1737, o autor informou ter o dramático massacre do padre acontecido "em Ceaguayú, no território de São Borja". Porém, ele próprio desconfiou dessa alegada situação e opinou: "parece ter tido lugar não no próprio território de São Borja, mas sim na Serra dos Tapes, pouco mais ou menos onde se acha atualmente a colônia de Santo Ângelo, na margem esquerda do Jacuí." Seria, pois, nas proximidades da atual Rio Pardo, contudo o historiador não justificou seu ponto de vista.

Hemetério Velloso também se ocupou do assunto, mais de 40 anos depois.[37] Conformou-se com a tese de localizar-se o fato "nas proximidades da ex-Colônia de Santo Ângelo, na Serra Geral, hoje município de Cachoeira". Porém reportou-se à existência de outra opinião, "menos verossímil", que o situava no Campo dos Quuys, em Corrientes.

Quase dez anos depois, o Pe. Carlos Teschauer alvitrou solução própria, em apêndice a sua "História".[38]Convencido de que o local do episódio seria o vale do rio Caí, acabou por identificar o arroio Feitoria com o antigo Ibia. Segundo seu raciocínio, o transcurso do fato sucedera no vale profundo desse arroio, lugar conhecido pelos colonos como "Teufelsloch" (buraco do diabo), perto da localidade de São Pedro do Jardim, que hoje é a cidade de Ivoti.

1.1. A TESE QUE PREVALECEU .

Somente na década de 1940 o problema foi enfrentado com base nas crônicas dos jesuítas castelhanos, da Coleção De Angelis, e critérios científicos, pelos historiadores Aurélio Porto e Pe. Luís Gonzaga Jaeger. A conclusão do primeiro foi apresentada no 3º Congresso Sulriograndense de História e Geografia.[39] Sua premissa mais importante consistiu na equivalência

---

[36]Gay, João Pedro - História da República Jesuítica do Paraguai; in Rev. Trim. do IHGBr., 1863, 2º trim., tomo 26. Ver às pp. 236-7 e 268, nota 29. A mesma obra foi editada em igual ano pela Tipografia de Domingos Luís dos Santos, no Rio de Janeiro.

[37]Velloso da Silveira, Hemetério - As Missões Orientais e seus Antigos Domínios. Porto Alegre, ERUS, 1979, pp. 9 e 11, nota 5. A 1ª edição data de 1909.

[38]Teschauer SJ, Carlos - História do Rio Grande do Sul dos Dois Primeiros Séculos. Porto Alegre, Livr. Selbach, 1918, 1º v., pp. 348-9.

[39]Porto, Aurélio - Martírio do Venerável Padre Cristóvão de Mendonça S.J. Porto Alegre, Ed. Livr. Globo, 1940 (Separata dos Anais do IIIº Congresso Sulriograndense de História e Geografia), pp. 37-

do topônimo atual Piaí com o primitivo Ibia, aos quais dava um mesmo significado: "caminho do rio" Concluiu que o lugar do martírio fora próximo do arroio Piaí, no município de Caxias do Sul.

Para mais próxima fixação do lugar contribuiu o Pe. Jaeger, ao vistoriar a região e escolher Água Azul, a 7 km de Santa Lúcia do Piaí, somando novos argumentos aos de seu parceiro.[40] Embora sem participar nos trabalhos de campo, para os quais fora convidado, Aurélio Porto conformou-se com o lugar definido, como se vê em sua monumental obra póstuma.[41] Como que se oficializou o ponto escolhido uma vez alí construída uma capela, que de imediato passou a receber romeiros.

Mas nem isso importou em unanimizar as opiniões. Já em 1943 Manuel Duarte, profundo conhecedor do Planalto Oriental, manifestou seu ceticismo à recente tese, contra a qual aventou motivos de ordem topográfica.[42] Outra objeção nasceu do setor arqueológico, na pessoa do Prof. Danilo Lazzarotto, em comunicação ao 3º Simpósio Nacional de Estudos Missioneiros, 1979.[43] Chamou ele a atenção para a circunstância de ser Água Azul sítio arqueológico de tradição Jê, ao passo que os assassinos do Pe. Cristóvão pertenciam ao ramo Guarani.

Persistem ainda hesitações entre os pesquisadores. Recentemente o Pe. Arthur Rabuske escreveu: "Hoje não sabemos com precisão de nenhum dos mesmos [locais das mortes de cinco mártires] e conosco afirmaria outro tanto, se vivesse, o Pe. Arnaldo Bruxel SJ."[44]

1.2. OUTRA HIPÓTESE .

Em trabalho pessoal que oferecemos em 1993, no 4º Encontro dos Municípios Originários de Santo Antônio da Patrulha, ousamos defender hipótese diversa da vigente.[45] O local seria a Serra de São Francisco de Paula, não longe do arroio Ibiã, subafluente do rio dos Sinos. A nova opinião encontrava apoio em fontes jesuíticas portuguesas que não haviam sido consideradas por Aurélio Porto e Luís Gonzaga Jaeger. Por outro lado, mediante o uso de meia-dúzia de dicionários Guarani e Tupi, procuramos pôr em cheque a afirmativa de que Piaí e Ibia tivessem o mesmo sentido de "caminho do rio" e se referissem a uma só localidade.

---

[40]Jaeger SJ, Luiz Gonzaga - A Identificação do Lugar Onde Foi Martirizado em 26-04-1635 O Venerável Padre Cristóvão de Mendonça; in Rev, do IHGRS, P. Alegre, 1942, 3º e 4º trim., pp. 117 e seguintes.
Jaeger...- O Herói do Ibía. Porto Alegre, separata sem indicação do editor, 1943, pp. 50 e seguintes.
[41]Porto, Aurélio - História das Missões Orientais do Uruguai. P. Alegre, Livr. Selbach, 1954, 1ª parte, pp. 110 e seguintes.
[42]Duarte, Manuel - Nota 1 a seu texto "Origem dos Ausentes", in Rev. IHGRS nº 91, 1943, 3º trim., p. 11.
[43]Lazzarotto, Danilo - O Problema da Localização do Lugar do Martírio dos Três Mártires Riograndenses e do Pe. Cristóvão de Mendonça; in Anais do 3º Simpósio Nacional de Estudos Missioneiros, Santa Rosa, Faculdade D. Bosco, 1979, p. 207.
[44]Rabuske SJ, Arthur - Alguns Reparos Feitos à Historiografia Missioneira, Sobretudo à Nova Edição da Relação Abreviada; in Rev. IHGRS, nº 132, 1998, p. 141.
[45]Ruschel, Ruy Ruben - A Presença Jesuítica: Nova Hipótese sobre o Local da Morte do Pe. Cristóvão de Mendonça; in Raízes de Lagoa Vermelha, Porto Alegre, EST, 1993, pp. 27-47.

O presente ensaio nada mais pretende do que acrescentar novas reflexões e dados ao assunto, que ainda nos parece de extrema valia histórica.

2. ANTECEDENTES: RESGUARDO DA FRONTEIRA.

Afim de melhor entender o episódio trágico de 25 e 26 de abril de 1635, e sua localização, há que dar ênfase à "linha de tensões" que naquele ano se havia estabelecido entre a área controlada pelos jesuítas castelhanos, a oeste, e a de influência dos traficantes portugueses de escravos, para o lado do mar. Tanto as crônicas dos padres espanhóis, como as dos jesuítas portugueses, convencem de se haver formado uma fronteira viva, pronta a explodir, dado às fortes pressões de lá e de cá.

Os índios Guarani do litoral sul-catarinense e norte-gaúcho vinham se retraindo para o interior, ao longo da Depressão Periférica do Rio Grande do Sul, perseguidos pelos caçadores paulistas de escravos e seus agentes indígenas, conhecidos pela palavra abanheeng "mu", ou seja, contratantes. O transplante do nome Patos para a maior lagoa do Rio Grande do Sul deve ser atribuído a tal movimento migratório dos Carijó (ou Carió) oriundos dos arredores de Laguna, apelidados de "índios Patos". Igual explicação se dá, possivelmente, a outro topônimo - o "largo dos Patos" -, ainda ocorrente à época de Roscio - 1774-1775 - e designativo de parcela do baixo Jacuí, entre a foz do Taquari, a uns 30 km, e a do Caí, a uns 20 km.[46] No mapa de Guillaume de l'Isle, de 1703, também consta a "Terra dos Patos" no baixo Jacuí.[47]

Segundo se lê num documento de fevereiro de 1635, nos "princípios do Tibiquari" [baixo rio Taquari], no "Caramataí" [Gravataí] e no "Yequijyi ou Tequijiy" [talvez na serra a leste do Taquari] era "onde está a maior parte da gente que desde o mar se tem retirado".[48] No meio dessas tribos deslocadas se alojavam os agentes do tráfico paulista, seja os que vinham acompanhando a migração, seja os nativos, despertados pela ambição de trocar seus parentes por objetos utilitários (facas, anzóis, chapéus, roupas etc.).

Ao iniciar-se o ano de 1635, a perigosa fronteira se estendia de norte a sul ao longo do meridiano dos 52° W, ou seja, na linha representada pelos rios Capigui (então Capyi ou Capii), Guaporé (Mbocarirói) e Taquari (Tebiquary ou Tibiquary). As reduções de Santa Tereza do Curiti, no topo do Planalto, e de Jesus-Maria do Botucaraí, na borda da Serra, representavam as pontas de lança na direção oriental e assumiram o papel de garantir essa fronteira.

Em janeiro desse ano, o Pe. Francisco Ximenes partiu de Santa Tereza e percorreu os rios da fronteira, fazendo bons contatos com os moradores. Desceu o Tibiquari até 4 léguas abaixo da "boca do Mboapari" (confluência do rio das Antas) afim de prender um desses "mus". Tendo-lhe este fugido "com alguns tupis que consigo tinha", o padre mandou pôr fogo em sua casa e destruir seus mantimentos, para que não voltasse a estabelecer-se aí.[49]

---

[46]Roscio, Francisco João - Compêndio Noticioso; in Rev. IHGRS, 1942, 3° e 4° trim., p. 39.
[47]Sanmartim, Olyntho - Bandeirantes no Sul do Brasil. Porto Alegre, Ed. A Nação, 1949, mapa n° 9.
[48]Ximenes, Pe. Francisco, carta de 04-02-1635; in Jaime Cortezão (org.) - Manuscritos da Coleção De Angelis, Rio de Janeiro, Bibl. Nacional, 3° v., p. 98. A tradução é de nossa responsabilidade.
[49]Ximenes... Manuscritos... cit., pp. 97-100.

Simultaneamente investigações no baixo Taquari eram realizadas a partir de Jesus-Maria. Nos escritos castelhanos há referências muito sumárias sobre tais incursões. Pelo menos duas se podem identificar.

2.1. EXCURSÃO AO BAIXO TEBIQUARI .

Uma das entradas foi feita pelo Pe. Pedro Mola, em companhia do Pe. Cristóvão de Mendonça, para o fim de limpar as margens do Tebiquari dos Tupi compadores de escravos. Está assim narrada na carta do Pe. Mola a seu superior: "para isto (os portugueses) haviam já posto alguns índios de confiança, bem vestidos, para que falassem aos (demais) índios e os afastassem de procurar as nossas reduções; porém Nosso Senhor foi servido de levar Sua obra adiante e atalhar os passos a seus inimigos, porque eu e o Padre Mendonça fomos a ajudar aos amigos que nos pediam socorro e trouxemos os tupis que estavam desta banda do Tebiquari."[50] Nesta ocasião, a vitória dos índios reduzidos e a fuga de alguns dos agentes Tupi propiciou que os índios da região libertassem os que tinham sido capturados.

Essa mesma incursão está assim referida no livro de Montoya: "A alguns desses pombeiros prendeu-os o virtuoso padre, isto é, Cristóvão de Mendonça, e, tirando-lhes a presa, à qual deu liberdade, mandou-os às reduções distantes, para que ali fossem doutrinados. Percorreu o mesmo padre e seu companheiro, o Pe. Pedro Mola, toda aquela terra, descobrindo povoados de gentios e dando-lhes notícia da religião cristã."[51] Há indícios, na parte final da carta do Pe. Ximenes, de que essa expedição efetivou-se na segunda quinzena do mesmo mês de janeiro, tanto que o expedicionário de Santa Tereza ouviu notícias "in loco" sobre a captura dos Tupi pelos outros dois expedicionários.[52]

Não resta dúvida de que tal excursão se fez na bacia inferior do Tebiquari, explorando-a bem. A presença de "tupis" na área sugere ter-se estendido, pelo menos, até o arroio Tupi (ou Tupé), afluente esquerdo do arroio Castelhano, por sua vez afluente direito do próprio Taquari. Hoje o arroio Tupi chama-se arroio Grande e fica na divisa dos municípios de Venâncio Aires e Cruzeiro do Sul.

Referindo-se a um feiticeiro que foi capturado pelos padres nesta mesma ocasião, em carta de 26-09-1635 o Pe. Francisco Dias Taño menciona o lugar da captura como sendo "Ygayriapipe", o que significa "na ponta baixa do rio Igaí". Também isso revela que a entrada dos dois sacerdotes ultrapassou o leito do rio Tebiquari e se aproximou do Guaíba atual.[53]

2.2. EXCURSÃO AO BAIXO CAÍ .

A outra excursão foi realizada pelo Pe. Cristõvão sozinho, isto é, só com índios reduzidos, presumivelmente entre fevereiro e abril de 1635. Vem narrada em resumo num relatório publicado no 4º volume da Coleção De

---

[50]Mola, Pe. Pedro - Carta ao Pe. Pedro Romero, de 22-10-1635; in Manuscritos da Coleção De Angelis, cit., 3º v., p. 115. A tradução é de nossa responsabilidade.
[51]Montoya, Pe. Antônio Ruiz de - Conquista Espiritual. Porto Alegre, Ed. Martins Livrº, 1985, p. 229.
[52]Ximenes...Manuscritos..., cit., p. 100.
[53]Taño, Pe. Francisco Dias - Carta de 26-09-1635; in Manuscritos..., 3º v., cit., p. 107.

Angelis.[54] Depois de comentar o empenho do Pe. Cristóvão de Mendonça em "atalhar os passos", "cerrar as portas" e "impedir os desígnios do inimigo", informa: "Isto o obrigou a sair da redução de Jesus-Maria e chegar-se ao rio de Tebiquari para reconciliar os ânimos e ganhar as vontades dos índios que nele havia." No mesmo 4º volume há outro documento, assinado pelo Pe. Romero, um ano depois da morte do Pe. Cristóvão, que provavelmente se refere a esta mesma expedição, só que indica como ponto de chegada o "Cayyy".[55] É de se presumir que essa expedição se tivesse alongado até o baixo rio Caí. Se não foi esta, foi a anterior.

3. IBÍA OU IBIÃ ?

No relatório do Pe. Ximenes sobre o martírio do Pe. Cristóvão aparece quatro vezes a palavra Ibia, sempre sem qualquer acento gráfico.[56] Mas já ao traduzir o mesmo texto para o português, o Pe. Luís Gonzaga Jaeger aplicou um acento agudo sobre o segundo i, nas quatro vezes.[57] Foi assim que introduziu o vocábulo no debate da questão, até mesmo conferindo a seu livro o título "O Herói do Ibía", com acento gráfico na segunda sílaba. O nome se consagrou sem maiores discussões.

Ora, como salienta Mário Arnaud Sampaio, "a grande maioria dos vocábulos guaranis são agudos e muitos deles terminam em duas vogais".[58]

Outro documento jesuítico da Coleção De Angelis [59]apresenta seis vezes a palavra Ybia (com Y inicial), mas com acentuação vária: três vezes como Ybiã , com til no fim, duas como Ybiá, oxítona aberta, e apenas uma vez Ybia, sem acento.

É sabido que a pronúncia da palavra tem grande importância porque os significados variam. Ibia ou Ibía, como escolhera o Pe. Jaeger, nem figura nos dicionários. Parece inexistente no abanheeng. Quanto a Ibiá e Ibiã, sim.

Se oxítona aberta, aplica-se a um vegetal: "fructa de tierra, y vinagrillo, y una raiz com que tiñen", conforme a explicação do Pe. Montoya, contemporâneo dos fatos.[60] Arnaud Sampaio especifica tratar-se de uma batata silvestre, "Oxalis odorata".[61]

Se for Ibiã, oxítono nasalizado, Montoya traduz por "ladera, barranco"[62], o mesmo fazendo Sampaio [63] e Souza Docca.[64]

---

[54]Relação sem data e sem autor conhecido, nº XXXVI, in Manuscritos da Coleção De Angelis. Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, 4º v. orgº. por Hélio Vianna, p. 264.
[55]Carta do Pe. Romero, de 03-04-1636, nº XXXIX, Manuscritos..., 4º v., cit., p. 305.
[56]Ximenes, Pe. Francisco - Relação do Martírio..., nº VIII, nos Manuscritos da Coleção De Angelis, 3º v., cit. pp. 101-2.
[57]Rev. IHGRS nº 87, Porto Alegre, 1942, 3º e 4º trim., pp. 118-9.
[58]Sampaio, Mário Arnaud - Vocabulário Guarani - Português. P. Alegre, L & PM Ed., p. 10.
[59]Relação nº XXXVI, cit., pp. 252, 266, 267 e 268.
[60]Montoya, Antônio Ruiz de - Vocabulario y Tesoro de la Lengua Tupi ó Guarani. Viena, Faesy y Frick, 1876, p. 167.
[61]Sampaio, Mário Arnaud - Vocabulário... cit., p. 183, verbete Yvy'á.
[62]Montoya...- Vocabulario y Tesoro... cit. ibidem.
[63]Sampaio...- Vocabulário... cit., p. 183, verbete Yvi'ã.
[64]Docca, Souza - Vocábulos Indígenas na Geografia Riograndense; in Rev. IHGRS, 1924, 1º e 2º trim.,ano IV, p. 112. Em nosso trabalho anterior citamos mais meia dúzia de dicionaristas que indicam

É preciso lembrar que os manuscritos da Coleção De Angelis quase sempre se revelam descuidados na redação das palavras e seus acentos. Aliás, o castelhano da época pouco usava o til em vogais finais, só como sinal de abreviatura (vg: sacarõ, pela pessoa verbal sacaron); no mais, em consoantes para as nasalizar (vg: ñ) ou para fazer abreviaturas (vg: q com til para significar que; Nro, com til no r, para dizer Nuestro; xpanos, com til no p, para cristianos).

Existe, porém, uma palavra que deixa inequívoca a alternativa nasal: "ibianguaras" para identificar os moradores da região, como se vê na dita carta do Pe. Taño: "los ybianguaras q mataron al Sto Padre Xpval".[65]

Por tudo isto, não subsiste qualquer hesitação a respeito. O nome do lugar era Ibiã e não Ibía. O uso desta última pronúncia prestou um desserviço à solução do problema.

4. PIAÍ NÃO ERA IBIÃ.

Quando da apresentação de nossa hipótese em maio de 1993, no 4º Encontro dos Municípios Originários de Santo Antônio da Patrulha, proporcionamos cinco possíveis sentidos do nome Piaí, outrora escrito Piahy.[66] Haveria outros, como "lugar alagado" (Silveira Bueno), "rio dos meninos" (Teodoro Sampaio) e "ponta desmoronada" (Oberdan). Porém nenhum se confunde com a acepção, unânime entre os autores, de Ibiã. Ademais, a própria interpretação "caminho do rio", feita por Aurélio Porto e Luís Gonzaga Jaeger, é contestável, sendo a mais própria "rio do caminho".

Piaí era um lugar. Ibiã, outro.

O topônimo Ibiã persiste num arroio da encosta (= ibiã) da Serra de São Francisco de Paula. Bastaria examinar as fontes que indicamos no ensaio anterior.[67] Constata-se que dito arroio Ibiã, desde sua confluência no rio da Ilha até o passo do Moinho Velho, serve de divisa entre os municípios de Taquara e São Francisco de Paula.[68]

Tal circunstância parece demonstrar que Ibiã era a denominação genérica da dita encosta de serra, de que o arroio conservou o nome. A impressão fica enriquecida com a etimologia que Aurélio Porto adotou para Viamão - "Ibia + moon", isto é, "junto ao Ibia".[69] Dita etimologia pode ser aperfeiçoada: "Ibiã" = encosta da serra + "mo" ou "bo" (que vira "mo" quando segue radical nasalizado), uma "das poucas posposições simples" correspondentes às preposições portuguesas, com sentido causativo, "o lugar por onde".[70] Peralta também refere esse sufixo "mo".[71]

---

igual significado; o próprio Jaeger concorda com isto. Ver Raízes de Lagoa Vermelha, cit., p 31, nota 30.

[65]Taño... Manuscritos... cit., carta nº IX, p. 110.

[66]Raízes de Lagoa Vermelha, cit., pp. 30-1, ítem 3.3.1. e notas 21 a 28. Acrescentar: Lima, Afonso Guerreiro - Pequeno Diocionário Toponomástico; in Rev. IHGRS, nº 117 a 120, 1940, 1º a 4º trim., p. 356.

[67]Raízes de Lagoa Vermelha, cit., p. 32, item 4, notas 31 a 34.

[68]Diário Oficial do Estado de 05-01-1962, Lei nº 4269, artigo 1º.

[69]Porto, Aurélio - História... cit., 1ª parte, pp. 45 e 60.

[70]Nogueira, Batista Caetano de Almeida - "Esboço gramatical do Abáñeê ou Língua Guarani", in Anais da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, 6º v., 1879, p. 65.

[71]Peralta, Anselmo Jover e Tomas Osuna - Diccionario Guarani - Español y Español - Guarani. Buenos Aires, Ed. Tupã, 1950, p. XXVI. Idem in: Navarro, Eduardo de Almeida – Método Moderno de Tupi Antigo. Petrópolis, Ed. Vozes, 1998, p.403.

A planície de Viamão (Ibiã+mo), que outrora se estendia até a faldas da serra, tomou esse nome por ser o lugar por onde se chegava ao Ibiã.

5. OUTRAS DENOMINÇÕES .

Outros nomes aparecem nos documentos da época, infelizmente sem capacidade de ajudar a resolver o problema.

5.1. VILLARROYON .

"A Conquista Espiritual", do Pe. Montoya, começa assim o relato do martírio: "Chegou ele a Villarroyon às duas da tarde..."[72] O tradutor brasileiro, Pe. Arnaldo Bruxel S.J., acrescentou a esse nome próprio um ponto de exclamação entre parênteses, demonstrando sua estranheza, eis que não existe no Rio Grande do Sul qualquer topônimo com tal formato. Mas foi fiel ao traduzir a edição de Bilbáo, de 1892, onde consta: "Llegó á Villaroyon á las dos del dia, ..."[73]

Não nos foi dado examinar a edição de 1639, de Madri, a original de Montoya. Porém, Teschauer, que por essa edição se baseou, sentiu igual estranheza, tanto que comentou ser "um nome visivelmente corrompido, talvez pela tipografia".[74] Não seria impossivel, por exemplo, que o manuscrito de Montoya houvesse inserido "Ibiã arroyo" e o tipógrafo madrilenho deformado para "Villarroyon"...

Na Biblioteca Nacional há um códice de 254 pp, em abanheeng, com o título "Aba Reta y Caray ey Baecue Tupã" (ou seja: Primeira Catequese dos Índios Selvagens"). É datado de 1733 ou 1754 e consiste em uma tradução da "Conquista..." de Montoya, edição de 1639. Batista Caetano de Almeida Nogueira verteu do guarani para o português. A dita frase ficou assim traduzida: "Quando o sino dava duas badaladas chegaram à borda de um ribeirão".[75] Isso faz crer que, já na época, o nome Villarroyon fora desconsiderado por ser totalmente inválido.

5.2. CEAGUAYU E AGUAPEY .

Como foi referido acima (item 1), o Côn. Gay forneceu outra denominação ao lugar da tragédia: Ceaguayu. Mas esse nome não nos diz nada, nem deciframos seu significado. Porém, se a letra "e" correspondesse a um erro tipográfico, devendo ler-se Caaguayu, a expressão pareceria mais lógica: Caaguá + yu (ru) = a entrada (boca) do Caaguá, ou Caaguá + yu = chegar do Caaguá. Mas não ajudaria a decifrar onde foi o local da morte do padre, afora a idéia da relativa pouca distância do Caaguá, de onde retornava.

Entretanto, o próprio Gay oferece nova pista ao escrever que, antes de deslocar-se para onde haveria de morrer, o Pe. Cristóvão teria pregado o evangelho e batizado vários índios na "costa do Aguapey"[76] Que rio seria este? Se o nome estiver alterado e o verdadeiro for Angabeí, tratar-se-ia de indício em favor da tese que estamos sustentando. Com efeito, o rio Angabeí nasce em

---

[72]Montoya...- Conquista Espiritual... cit., p. 232.
[73]Montoya, idem. Bilbáo, Imprenta de Corazón de Jesus, 1892.
[74]Teschauer... História..., cit., p. 348.
[75]Anais da Bibliotexa Nacional. Rio de Janeiro, 1878-1879, v. 6º, p. 360.
[76]Gay... História... cit., p. 237.

Gramado e conflui no Paranhana pouco acima de Três Coroas. Situa-se, pois, na mesma encosta de serra, corre paralelo ao arroio Ibiã, sendo ambos subafluentes do rio dos Sinos.

Contudo, esta versão hipotética não é por nós encampada. Apresentamo-la apenas como curiosidade. Só poderíamos eventualmente dar-lhe consistência se nos fosse possível examinar o manuscrito utilizado como fonte pelo Côn. Gay. Escreveu Ramiz Galvão que tal manuscrita existia, guardado na Biblioteca Real de Berlim, datado de São Borja, 02-06-1737, e atribuido a Jaime Bonenti.[77] Embora consista em outra versão da obra do Pe. Montoya, difere bastante das demais, com isto perdendo credibilidade os dados que fornece.

6. DISTÂNCIA .

Os Padres Arnaldo Bruxel e Arthur Rabuske SJ convenceram-se de que o lugar do martírio do Pe. Cristóvão não podia ser distante do Taquari, ainda na margem direita ou "se muito, do rio das Antas".[78] No máximo, estaria na serra de Mariante. Essa hipótese não combina, entretanto, com o antecedente de que o próprio Pe. Cristóvão já havia explorado e utrapassado essa região (vide item 2). Se o objetivo da nova entrada se limitasse às margens do rio Taquari, por certo não teriam sido tantos os preparativos, as missas e as orações pelo êxito da viagem, nem teria havido a necessidade de consultar todos os sacerdotes da redondeza.

Ademais, os documentos da época indicam, inequivocamente, que a terra dos Caaguara, para onde o Pe. Cristóvão se destinou, eram a leste do rio Tebiquari, na direção do mar: "Uma parcialidade de gente que estava da outra parte do Tebiquari na direção do mar, em umas serranias muito férteis e abundantes de comida, que é como que outra província, distante desta da Serra, a que chamam Caaguá."[79]

Também Montoya foi específico ao informar que o Caaguá era "muito distante das reduções".[80]

Há uma avaliação de 1637, do Pe. José de Orégio, em mais de 40 léguas até a redução de Santana (que era próxima de Jesus-Maria), ao falar de um índio velho que veio de lá: "Veio de longe, mais de 40 léguas...[omissis]... E é de saber que para vir à redução havia passado pelas terras dos índios que haviam morto o Pe. Cristóvão de Mendonça".[81] Este cálculo não destoa da posição que viemos mantendo, eis que da cidade de Agudo (em cuja redondeza presume-se existira a redução de Santana) até São Francisco de Paula (Caaguá) medem-se em linha reta cerca de 260 km, ou seja, pouco mais de quarenta léguas castelhanas.

---

[77]Anais da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, Typ. Leutzinger, 1879; v. 6°, p. VIII.
[78]Rev. do IHGRS. Porto Alegre, 1998, n° 132, pp. 141-2.
[79]Relação n° XXXV, sem data e sem autor, dos Manuscritos da Coleção De Angelis, cit., v. 4°, p. 265.
[80]Montoya...- Conquista... cit., p. 230.
[81]Carta ânua de 13-03-1637; in Manuscritos da Coleção De Angelis, Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, 1970, 4° v., p. 152.

7. ACESSO AO CAAGUÁ.

Interessam-nos os Caaguara meridionais, os que viviam próximos - a apenas uma ou duas jornadas - das populações Guarani, no caso, dos Ibianguara. O Caaguá Meridional constituia-se da área planaltina limitada ao norte pelo cânion do Santa Cruz (alto Caí) e nos demais lados, pelas bordas do planalto. O acesso poderia fazer-se a partir da parcela oriental da Depressão Periférica, denominada Campos de Viamão. Na Serra a ser escalada é que se encontrava o Ibiã.

A Depressão Periférica do Estado, por sua natureza de várzea pouco interrompida de morros, era rica em trilhas indígenas. Por aí chegaram, uns dois mil anos faz, as populações Tupiguarani, oriundas da Amazônia e dos médios rios Paraná e Uruguai, afim de ocuparem as encostas de mato, seu "habitat" preferido.[82] Por essas mesmas trilhas chegaram os jesuítas espanhóis, de oeste para leste, para fundarem as reduções do Tape, e os jesuítas portugueses, de direção contrária, que alcançaram o rio Guaíba quando buscavam entendimentos com os Carijó aí refugiados.

7.1. ACESSO DESDE OESTE.

O Padre Cristóvão de Mendonça viajou presumivelmente por uma das trilhas da Depressão Periférica, para fazer a programada visita aos Caaguara. Sugerimos, a seguir, como eventual caminho por ele utilizado, os trechos abaixo discriminados.

a) Da redução de Jesus-Maria, situada perto da Candelária de hoje, até a atual cidade de Santa Cruz, por uma trilha primitiva por onde, poucos anos antes, entraram os jesuítas, no dizer de Hemetério Velloso.[83]

b) De aí seguiria para o passo do rio Taquari, onde no século XVIII se assentariam os colonos açorianos, prosseguindo até um dos passos do arroio Santa Cruz ou Catupi.[84]

c) Depois, na direção do rio Caí, o qual poderia ser vadeado em um de seus passos, como fariam os tropeiros do século XVIII.[85]

d) O trajeto subseqüente, entre o Caí e o rio dos Sinos, passaria nos campos que no século seguinte pertenceriam a Jerônimo de Ornelas e seu genro José Leite de Oliveira, pontos de referência dos ditos tropeiros.[86]

e) Atravessado o rio dos Sinos, bastaria acompanhá-lo na margem esquerda ou tomar o divisor de águas entre esse rio e o Gravataí, até a falda da Serra.

f) Na zona onde hoje é Taquara ou Entrepelado, o caminho flexionava para o norte, afim de subir a Serra que posteriormente seria denominada do Padilha, mas que então se chamava Ibiã.

---

[82]Schmitz, Pedro Ignacio - Migrantes da Amazônia: a Tradição Tupiguarani; in Arqueologia Pré-Histórica do Rio Grande do Sul, organizada por Arno Kern. P. Alegre, Mercado Aberto Ed., 1991, pp. 295 e seguintes. Veja-se o mapa de p. 325.

[83]Velloso da Silveira...As Missões... cit., p. 523. Acredita que S. Cruz seria o 1º sítio de Jesus-Maria.

[84]Balém, João Maria - A Paróquia de São José do Taquari. P. Alegre, A Nação, 1952, mapa da p. 36.

[85]Macedo, Francisco Riopardense de - Artigos publicados no Correio do Povo, Porto Alegre, 14-07-1973 e 20-07-1971, onde descreve um "roteiro que mostra em léguas o caminho da cidade de São Paulo até Rio Pardo", de 23-09-1788, de José Joaquim de Macedo Leite.

[86]Silva, João Palma da - As Origens de Canoas. Porto Alegre, 1989 (4ª ed.), pp. 67-68 e mapa de p. 173.

Lógico que a presente sugestão não exclui variantes. Expomo-la apenas no intuito de mostrar sua viabilidade e conveniência, sobretudo quando confrontada com os difíceis trajetos imaginados por Aurélio Porto e Luís Gonzaga Jaeger. O traçado-sugestão parte do raciocínio de que as trilhas de índios de começos do século XVII não seriam muito diferentes daquelas adotadas pelos primeiros povoadores brancos cem e poucos anos depois.

8. OS JESUÍTAS PORTUGUESES E O GRANDE ANJO.

Em nosso trabalho anterior, já citado, oferecemos argumentos recolhidos nas cartas dos jesuítas portugueses. Suas tentativas se voltaram para a evangelização dos Carijó que viviam no entorno do atual rio Guaíba. Apostaram principalmente na cooptação do feiticeiro Grande Anjo (Caraibebe, também chamado Cotiguara e Pindobuçu), conquistando sua amizade e lucrando com seu prestígio.

Desde 1617, quando os Padres João Fernandes e João de Almeida estiveram meio ano em Torres (Mboipetuba) e de lá enviaram recados a esse personagem indígena, o relacionamento foi-se estreitando. Em 1624 os padres Pedro da Mota e Antônio Araújo deslocaram-se até a aldeia de Caibi, "no norte da região da atual cidade de Porto Alegre"[87], mas o Anjo não quis recebê-los. Em 1628, os jesuítas da missão portuguesa aos Patos enviaram o índio cristão Silvestre (da aldeia de Barnabé, no Rio de Janeiro) a visitar dito feiticeiro, que era seu tio. O Anjo acolheu muito bem o sobrinho e mandou dizer que iria ao encontro dos padres. Para demonstrar sua boa-vontade, enviou seu próprio filho Ocara-Abaetê (= Terreiro de Verdade) afim de preparar sua caminhada até Laguna. O Grande Anjo, que até então vinha exercendo o papel de agente de escravos para os paulistas, aparentemente tinha percebido que seu eventual lucro voltar-se-ia contra ele mesmo. E preparou uma saída honrosa: preferível o internamento numa aldeia jesuítica do Rio de Janeiro do que a escravização numa lavoura de cana em São Paulo.

8.1. O ANJO E O PADRE CRISTÓVÃO.

Mas as coisas desandaram e o Anjo acabou por se envolver na morte do Pe. Cristóvão. Ao saber do fato, os padres portugueses mandaram a seu encontro o filho, Ocara-Abaetê, e outro sobrinho cristão, Maurício de Albuquerque, com mensagem conciliatória.

A correspondência recolhida por Serafim Leite em sua monumental obra já citada, sobretudo a carta do Pe. Inácio da Siqueira, deixa claro que os Carijó do Grande Anjo participaram do assassinato do Pe. Cristóvão, fato que teria ocorrido não longe da dita aldeia do Caibi, portanto do rio Guaíba e do baixo Caí.[88] Caibi talvez signifique "extremidade do Caí".

Não é nossa intenção voltar a expor dita probatória. Mas parece haver certa confirmação numa carta do espanhol Pe. Romero, datada de 03-04-

---

[87]Leite SJ, Serafim - História da Companhia de Jesus no Brasil. Lisboa e Rio de Janeiro, 1938-1950, 6º v., capítulo III : "A Missão dos Patos".

[88]Dita correspondência está no 6º v., Capítulo II, da obra citada, de Serafim Leite. Sobre Caibi ver também, do mesmo autor - Os Jesuítas no Brasil e a Aldeia de Caibi ou do Anjo; in Província de São Pedro, nº 5, Porto Alegre, Livr. Globo, 1946, pp. 7-8.

1636: "Y verdaderamte cõbienen q aqlla gte del Caaby estabã maleados do los matadores del buê Pe. Xpõal."[89] Será que esse Caaby é o mesmo Caibi ?

Ao que parece, a principal queixa do Anjo contra o Pe. Cristóvão consistiu no autoritarismo deste, "mandando seus embaixadores ao Anjo com vara e alçada" e "tratar de pazes com varas de justiça levantadas".[90] De fato, há referências na correspondência dos jesuítas castelhanos à entrega de varas de autoridade a certos índios de confiança, quando da ida do Pe. Cristóvão ao Caaguá. De um dos varistas se conhece até o nome: "Ybarayu, aquele varista baixo de corpo que V. S. viu em Jesus-Maria, a quem o bom Pe. Cristóvão deixou no Caaguá para falar à gente, voltou com farto perigo porque os matadores do padre estão ainda empedernidos e com mau coração para conosco e com nossos filhos e assim lhe quiseram matar e se escapou desnudo de suas mãos."[91] Havia pelo menos outros dois varistas postos no Caaguá pelo Pe. Cristóvão, um de São Miguel e outro de Jesus-Maria[92], não computando varas de autoridade dadas a alguns caciques dos próprios Caaguara.

Teria sido uma demasia do Pe. Cristóvão ? Não nos parece, porquanto quase dez anos antes o governador de Buenos Aires havia conferido aos padres da Companhia de Jesus "ampla faculdade e poder sem limitação e restrição alguma, para que façam e fundem todas as reduções que puderem e ponham nelas os caciques e justiças que lhes parecerem, em nome de Sua Majestade e meu, dando-lhes varas e autoridade, toda que julgarem conveniente para o serviço de ambas as majestades."[93] Tratava-se de um requisito imanente à função de criar reduções, como o Pe. Cristóvão pretendia fazer no ano seguinte no Caaguá.

O que talvez haja irritado o Grande Anjo foi a exibição gratuita e imprudente de algum dos "ibirajaras" (varistas) nomeados. Como não admitisse interferências em sua jurisdição, o Anjo decidiu-se contra o Pe. Cristóvão. Mas essa não poderia ser causa justificativa suficiente para o assassinato praticado.

9. CONCLUSÃO : O SÍTIO DO MARTÍRIO .

Se há como demonstrar que o Ibiã de 1635 corresponde à Encosta da Serra que fica ao sul da cidade de São Francisco de Paula, todavia resta impossivel dizer qual o sítio exato em que o Pe. Cristóvão de Mendonça recebeu a palma do martírio. Essa impossibilidade tende a ser permanente. Talvez nunca se venha a saber ao certo, a não ser que se encontre alguma sinalização especial deixada na época, o que se reconhece improvável.

A agressão à vítima teve início às margens de um ribeirão. O tradutor da 1ª edição da "Conquista Espiritual" para o abanheeng assim caracterizou: "yacã guaçu", ou seja, "arroio grande".[94]

---

[89]Vianna, Hélio (org.) - Manuscritos da Coleção De Angelis. RJ, Bibl. Nacional, 1970, 4º v., p. 306.
[90]Leite... História... cit., 6º v., pp. 518-9.
[91]Carta do Pe. Romero, 03-04-1636, in Manuscritos... cit, 4º v., p. 303.
[92]Manuscritos... cit., 3º v., p. 110.
[93]Manuscritos... cit., 7º v., p. 25.
[94]Anais da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, 1879, 6º v., p. 380.

Consideramos dois dos maiores arroios daquela encosta, sensivelmente paralelos, ambos afluentes do rio da Ilha: o Ibiã e o Cruzinha. Nascem nos arrabaldes de São Francisco de Paula e percorrem vales profundos, separados um do outro por espigões de serra.

O arroio Ibiã conserva o nome que é de presumir fora de toda aquela encosta. Serve hoje de divisa entre os municípios de Taquara e São Francisco de Paula.

Quanto ao Cruzinha, deve esta denominação ao fato de haver-se erguido nas suas proximidades, outrora, não se sabe quando, uma pequena cruz, que vem sendo substituída pelos colonos. Trata-se de topônimo de século e meio de idade, pelo menos, visto que já figurava numa lista de propriedades em 1854 [95] e era mencionado num roteiro de 1851.[96] Neste roteiro, que descreve a estrada da Serra do Padilha, assim se define a localidade: "Cruzinha é um pequeno claro que há na veia que forma o cerro denominado da Ilha, e que o divide de outro cerro menor pertencente à mesma cordilheira, onde há uma cruz pequena (disso é que lhe vem o nome) cravada em uma árvore."[97]

Em relação à dita "cruzinha" conserva-se até hoje curiosa reminiscência. O Sr. Celso Tovo, a quem visitei em 03-12-1994 na localidade de Padilha, onde mora, tem longa experiência e conhecimento da região, da qual foi sub-prefeito. Informou-me que os antigos diziam passar ali uma picada, cheia de curvas, subindo a Serra, picada que teria sido aberta pelos jesuítas. Quanto à "cruzinha", marcaria o lugar em que foi morto um jesuíta, tanto que os moradores escavaram muito aquele ponto, em procura de um tesouro dos jesuítas, mas nada acharam.

Na carta ânua do Pe. Pedro Romero, de 16-05-1634, relativa a 1633, fala-se da veneração que os índios tinham à cruz, como "sinal da paz", "o sinal que dão de que querem ser filhos de Deus", "o círculo com que se reduzem os infiéis ao grêmio da Igreja", "a guarda, defesa e amparo dos que se põem debaixo de sua sombra".[98] Na "Conquista Espiritual", do Pe. Montoya, consta que ele e o Pe. Cristóvão de Mendonça, ao catequizarem índios do Paraná, "sempre costumávamos levar nas mãos uma cruz..."[99]

Não é, pois, de estranhar o elo que se costuma fazer entre a existência de um cruzeiro antigo e a passagem de jesuítas, e seus indefectíveis tesouros enterrados...

O Prof. Lúcio Fleck, autor da interessante monografia "A História de Sapiranga", é natural de Padilha e lá exerceu o magistério por mais de uma década. Narrou-nos verbalmente e por carta, que um seu tio, já falecido, quando moço fazia caçadas no mato da Boa Vista, ocasião em que descobriu uma ruína com crucifixos e figurinhas de santos. O mato mencionado alonga-se nas cabeceiras do arroio Cruzinha, no município de São Francisco de Paula.

---

[95]Oliveira, Sebastião Fonseca de - Aurorescer das Sesmarias Serranas. P. Alegre, EST, 1996, p. 307, nº 37, e 204, nota 10.

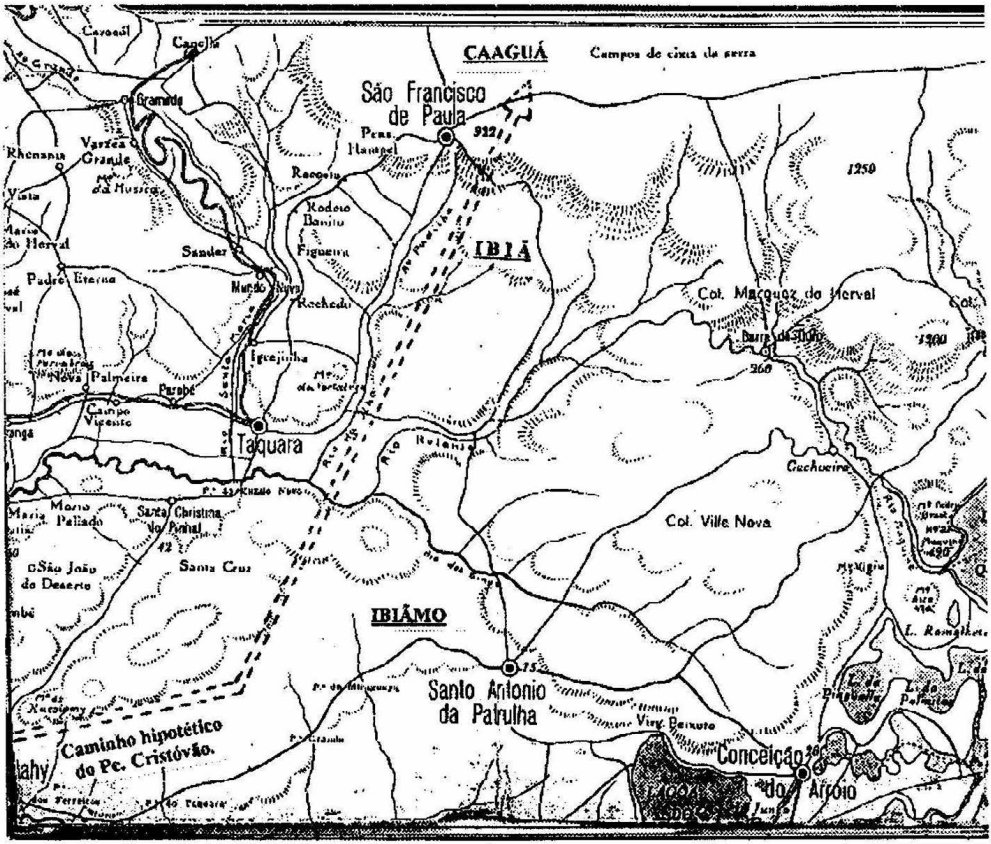
[96]Cruz, Alcides - Notas dos Distritos da Serra e Vacaria. Transcrito por Mário Gardelin, no Correio do Povo, Porto Alegre, 03-12-1976, p. 21.

[97]idem idem.

[98]Manuscritos da Coleção De Angelis... cit., 3º v., p. 39.

[99]Montoya...-Conquista..., cit., p. 86.

Por mais dignos e verazes que sejam os informantes, contudo os eventos antigos de mais de três e meio séculos dificilmente teriam alicerces suficientes de credibilidade. Isso por uma razão simples: a tradição local não guardou continuidade, tendo os índios desaparecido no século XVII e a colonização alemã começado no século XIX ; a presença anterior de uns poucos sesmeiros não seria bastante para ligar as lembranças de uns a outros. Transmitimos os episódios acima tão somente para indicar as dificuldades da pesquisa, obstáculos que tornam cada vez mais inatingíveis os objetivos de localização. Passa o tempo, morrem as gerações, mudam-se as paisagens, e a memória histórica fica prejudicada.



Regiões de 1635 inseridos em mapa de 1926.